





p o p u l a ç ã o  
cadernos neps  
s o c i e d a d e

# **Abordar o Património Documental: Territórios, Práticas e Desafios**

■ **MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE**

**Título:**

*Abordar o Património Documental: Territórios, Práticas e Desafios*

**Autor:**

Maria Otília Pereira Lage

**Colecção:**

Cadernos NEPS 4

**Edição:**

Núcleo de Estudos de População e Sociedade  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho  
Guimarães/2002

**Depósito legal:**

186935/02

**ISBN:**

972-98695-5-3

**Composição:**

NEPS

**Impressão e acabamento:**

Eden Gráfico, S.A.  
Rua dos Casimiros, 21  
Apartado 2047  
3510-061 Viseu

**Direitos reservados:**

NEPS  
Núcleo de Estudos de População e Sociedade  
Universidade do Minho  
Campus de Azurém  
4800-058 GUIMARÃES

**Edição integrada no projecto:**

Espaços Urbanos e Rurais  
Microanálise de Comportamentos Demográficos  
Mobilidade Geográfica e Social  
e Dinâmicas Culturais (séculos XVI-XX)

## SUMÁRIO

### **1. Património documental - uma noção em construção**

1.1. Que é o património documental?

1.2. Documento /monumento. Demografia, documentação e memória colectiva das populações.

1.3. Património documental, história das populações e turismo cultural – rupturas e encadeamentos.

### **2. Gestão do património documental : lugar e práticas nas bibliotecas e arquivos**

2.1. Acesso e recuperação de informação em Património e Turismo – pesquisa e descrição.

2.2. Avaliação de documentação acumulada. Instrumentos de descrição do património bibliográfico e arquivístico.

### **3. Gestão do património documental : territórios e desafios**

3.1. Fontes e documentos - tipologias. Fontes para a história das populações.

3.2. Contextos de produção socio-histórica de fontes e documentos.

3.2.1. O 'Nome' e o 'Como' - perspectiva da micro - história.

3.2.2. Do 'Cultural' - perspectiva da história cultural.

3.3. Património Documental - do Portugal Quinhentista à contemporaneidade

3.3.1. Património arquivístico - 'Leitura Nova' Manuelina.

3.3.2. Património bibliográfico - 'Biblioteca Cosmos'.

### **4. Gestão do Património Documental : diversidade e lugar do património em bibliotecas e arquivos**

4.1. Inventário do património cultural móvel.

4.2. Fundos Especiais.

4.2.1. Fundos antigos e de raridade bibliográfica.

4.2.2. Fundos locais /regionais.

### **5. Património Documental : leituras plurais**

5.1. História das Populações, Património Documental e Turismo Cultural - interface e transversalidades.

5.2. *De Percurso a Manifesto* - a produção oculta de património intelectual em ambiente escolar.

### **6. Património documental : leituras plurais – projectos de intervenção e estudos de caso**

6.1. Para Projectos de intervenção e estudos de caso.

Conclusões.

Notas e referências Bibliográficas.



## INTRODUÇÃO

A informação elementar e condensada neste Caderno NEPS tem como finalidade principal orientar para uma abordagem ao Património Documental considerado sob três perspectivas essenciais: 1) a da sua dimensão instrumental, no suporte que pode trazer à investigação, enquanto integrado no vasto campo das Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação; 2) a da sua dimensão cultural enquanto factor e elemento essencial de um Turismo Cultural; 3) a da sua dimensão científica, enquanto conceito e disciplina em construção, a partir da integração do que se considera património arquivístico e património bibliográfico.

Escrito em contexto docente - Cursos de pós - graduação e mestrado em Património e Turismo (anos 1999-2000 e 2001-2002) da Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais, na Disciplina de Património Documental e História das Populações (Módulo Património Documental) - dele beneficia especialmente, e em particular, das intervenções, nas aulas, dos nossos alunos a quem agradecemos.

Abordar o Património Documental - noção recente em construção - numa perspectiva pragmática e abrangente de aproximação à Gestão do Património Documental, atravessando os seus diferentes territórios e práticas, atentos aos múltiplos desafios com que desde sempre se tem confrontado, são os objectivos básicos deste Caderno NEPS.

Segue uma orientação metodológica que procura harmonizar teoria e prática. Assim confere particular ênfase à diversidade de conteúdos técnicos e científicos que a noção de Património Documental supõe, tendo por referência uma base enciclopédica de textos, documentos, fontes e bibliografia de diversas áreas e domínios e procura estimular a reflexão crítica e o despiste, inventariação e conhecimento de casos paradigmáticos, incentivando à construção de projectos de intervenção para salvaguarda e difusão do património documental.

Estrutura-se em duas partes essenciais respectivamente designadas como:

*1- Património Documental - uma noção em construção.*

*2 - Gestão do Património Documental: Territórios, Práticas e Desafios.*

Na primeira parte de natureza mais teórica ensaia-se um percurso de acompanhamento dos modos como a recente noção de Património

e mais particularmente a de Património Documental se tem vindo a construir social e historicamente privilegiando, na medida do possível, a sua aproximação ao campo da demografia, da história das populações e da problemática das fontes históricas, contextos e processo cultural da sua produção. Nela se desenvolvem os seguintes tópicos e sub-tópicos :

1. Património Documental e História das Populações.

1.1. Explosões demográficas e documentais.

1.2. Documento/Monumento. Estado da Memória e Memória do Estado

2. Fontes e Documentos para a Demografia e a História das Populações.

2.1. Investigação documental - pesquisa de arquivo e trabalho de campo - e organização de materiais.

2.2. "O nome e o Como". Do 'cultural' no processo de produção das Fontes.

3. Introdução ao Património Documental (Património Arquivístico, Bibliográfico, Fontes e Documentos)

3.1. De Património Histórico a Cultural - memória Colectiva e bem cultural

A documentação e informação são analisadas na sua natureza de recurso estratégico (programas, sistemas, políticas de informação nacionais e internacionais) e sobretudo de relação dinâmica e material com o conhecimento (saberes e práticas de peritos e leigos). Distinguem-se sucintamente os vários tipos de unidades documentais, modalidades e instrumentos de pesquisa, realçando a necessidade e modos de fazer a avaliação de documentação acumulada, particularmente em arquivos. Apresentam-se os principais instrumentos de descrição, acesso e recuperação da informação em Património Documental e Turismo. Nesta dimensão destaca-se a importância e utilidade das bases de dados e das redes de comunicação de documentos e informação. Deixam-se algumas indicações sobre os modos de proceder à organização documental - descrição bibliográfica, análise e representação de conteúdos - principais técnicas e linguagens documentais e respectiva normalização. Seguidamente aborda-se a problemática dos Fundos Especiais e Fundos Locais/Regionais - núcleos ilustrativos do Património Documental -, retomando-se por fim o património documental num cruzamento englobante de perspectivas, nas suas características de transversalidade e interface com a História das Populações, o Património Histórico e Cultural e o Turismo cultural.

## 1. O PATRIMÓNIO DOCUMENTAL: UMA NOÇÃO EM CONSTRUÇÃO

**Resumo:** Património Documental em construção - abordagem nas perspectivas da História das Populações e do Turismo Cultural: Demografia e Documentação. Explosão documental e explosões demográficas. Documento/Monumento e memória colectiva das Populações; Memória da Humanidade - arquivos e bibliotecas. Património Documental História das Populações e Turismo Cultural - rupturas e encadeamentos.

### 1.1. QUE É O PATRIMÓNIO DOCUMENTAL?

Começamos por problematizar a noção de património documental, apoiando-nos na proposta de leitura dos seguintes três excertos

#### **(Excerto 1) - Memória da Humanidade- Bibliotecas e Arquivos** <sup>1</sup>

*A biblioteca do meu pai foi o acontecimento capital de minha vida. Ali, pela voz de meu pai, me foi revelada essa coisa misteriosa, a poesia; ali me foram revelados os mapas, as ilustrações... Conheci... e as virtualmente Mil e uma noites. Em algum poema, viria a dizer: E imaginava o Paraíso / em forma de uma biblioteca. Séneca, numa de suas epístolas a Lucílio, zombava de um homem que possuía uma biblioteca de cem volumes. No decorrer de minha longa vida, creio que não cheguei a ler cem volumes, porém folheei um pouco mais. Sobre tudo enciclopédias: de Plínio a Brockhaus, passando por Isidoro de Sevilha, por Diderot e pela décima primeira edição da Britânica - cujas lombadas douradas imagino na imóvel penumbra da cegueira- elas são, para um homem ocioso e curioso, o mais deleitável dos géneros literários. As bibliotecas são a memória da humanidade. Uma infame memória, disse Shaw. Mas com ela ergueremos um futuro que se pareça, pelo menos um pouco, com a nossa esperança.*

#### **(Excerto 2)** <sup>2</sup>

Tempos modernos e modernos costumes  
Vê - lo - ão viajar entre as grandes cidades,  
Entre e dentro dos grandes continentes,  
Carregando em malas de conhecidas marcas  
O pesado peso de chegar;  
Dicionários de biografia incluirão o seu nome  
(...)  
família e amigos crescerão na reflectida luz  
da sua glória (...)  
pagar-lhe-ão na dourada moeda  
da homenagem e do elogio público,  
mas a quieta e silenciosa hora da manhã  
*encontrá-lo-á só, na companhia de sonhos.*

#### **(Excerto 3) O Bicho- de - prata**<sup>3</sup>

*De seu nome latino  
Lepisma Saccharina,  
Insecto sabedor  
E muito pertinaz,  
Divaga pelos livros,  
Disfruta a biblioteca./  
Insensível à regra,  
Vai distorcendo o texto,  
Mandibulando letras./  
E refaz o sentido  
Das palavras sumidas  
Abrindo galerias  
Para nova semântica./  
Que imaginário leva  
Na sua travessia? /  
Será que ele devora,  
Devora lentamente,  
O romance, o rimance,  
Sem qualquer intenção? (...)*

Introduzimos pela via literária algumas problemáticas actuais do Património Documental e na sua dimensão de memória da Humanidade, memória mundial.

A história da população mundial regista, pelo menos a partir do séc. XVIII a chamada 3ª explosão demográfica. Associa-se desde então, esse crescimento populacional à expansão considerável dos que "escrevem"- tomada aqui a escrita no sentido amplo de qualquer sistema semiótico de carácter visual e espacial. Tais dimensões aparecem, por sua vez, intimamente ligadas ao desenvolvimento espectacular das ciências e da inovação tecnológica, designadamente no campo dos documentos (suportes de registo e difusão), à ampliação do campo do conhecimento e do saber

científico, e à expansão do campo da memória intrinsecamente relacionada com a chamada "revolução documental".

Como observa Bernard Stiegler,<sup>4</sup> assistirmos desde meados do séc. XIX, com a instalação no fundo do Atlântico do primeiro cabo telegráfico que ligou doravante a Europa ao Novo Mundo (1866) e o subsequente nascimento de sociedades dominadas pelo texto, a imagem e o som massivamente produzidos e difundidos pelas telecomunicações, a uma evolução actualmente marcada pela industrialização da memória a qual passou primeiro pela sua mercadorização.

Hoje em dia, assiste-se sem a correspondente reflexão crítica, à usura e voracidade próprias de um entendimento linearmente instrumental da informação enquanto recurso estratégico. *Enquanto mercadoria industrial transmitida por uma rede sob qualquer forma, a informação é aquilo cujo valor é determinado pelo tempo. Valor efêmero pois quanto mais a informação é conhecida menos vale....A ela é preciso opôr o carácter constitutivo do saber: uma obra científica, literária ou artística não varia no seu valor. O saber não tem preço.*<sup>5</sup>

Crescem, ainda sem capacidade de defesa correspondente, as ameaças (in)voluntárias que se materializam nas múltiplas formas de perder-se irremediavelmente património documental. Ou porque se ignora a sua existência e se desconhecem os mecanismos e processos correntes da sua contínua produção inerente ao acto criador de toda a actividade humana. Ou por essa rasura contribuir fortemente para que o património documental, garante da memória colectiva e individual dos povos e suas culturas e alicerce insubstituível da história das populações, fundamental à consciencialização - afirmação e construção - divulgação das nossas identidades, tenda a desaparecer, mesmo fisicamente.

Ao desabrochar dos media nos anos 1930, com a sedução da ilusão que o cinema nos dá e a potência da palavra ampliada pelo som e imagem, sucede a paisagem dos écrans dos anos 90. Um novo império, o das novas tecnologias de informação e das indústrias culturais, manipula e consome património documental durante séculos acumulado, juntando, em matéria da sua conservação, a riscos antigos de incúria que persistem, novas ameaças. E no entanto, a tendência crescente de erosão de memórias, de empobrecimento para as novas gerações, a que assistimos, coabita, contraditoriamente, com

potencialidades tecnológicas de garantir a preservação do património documental antigo e moderno, nunca antes vistas.

Compreender a noção de Património Documental - recente e em construção - exige abordar esse panorama no campo especializado e em profunda mudança das Ciências da Informação, cuja afirmação se verifica a partir dos anos 1960, integrando a perspectiva abrangente e fragmentária da História das Populações, até chegar a uma compreensão transversal e alicerçada dos múltiplos documentos, fontes e suportes de valor patrimonial resultantes de diferentes processos socio- históricos e variadas formas de cultura. Supõe por isso proceder a uma reconfiguração de saberes e práticas leigos e especializados capaz de nos ajudar a ultrapassar rupturas que desde o séc. XIX se vêm acentuando entre três formas de cultura: literária, técnico - científica e de massas.

Neste enquadramento geral, a noção moderna de património formada por sucessivas e diversas camadas ideológicas e afectivas parece conhecer um desenvolvimento que pode vir a tornar-se num dos traços mais importantes de nossas mentalidades contemporâneas. No contexto histórico actual das sociedades pós-industriais, devido a um conjunto de factores como a ocupação plena dos espaços e o crescimento da especulação fundiária desde os anos 50, ou as inquietações geracionais, o fundo patrimonial tornou-se quase uma obsessão que releva da sensação de falta. Isto é, têm vindo a gerar-se atitudes negativistas detectáveis em situações de crise, perda, desastres, calamidades, grandes incertezas das sociedades postas bruscamente perante problemas que por falta de uma cultura apropriada são mal geridas, as quais desencadeiam investimentos emotivos, cristalizações afectivas, por vezes vertidas em polémicas, explicando-se assim, de certo modo a convicção de que um património não se manifesta enquanto tal, senão quando é preciso pensar em defendê-lo. Esta a atitude de base face ao património, marcada pelo binómio declínio/insubstituível e por uma espécie de dupla morte: objectos que se arruinam, sentimentos que mudam. Pelo menos, no mundo ocidental, já que por exemplo no Japão, a atitude que prevalece radica no sentimento de continuidade, reconstrução ideal periódica de um extremo formalismo, ricos significantes e quase nulo significado.

O que podemos hoje - diante da erosão da memória e do medo dos riscos de esquecimento que caracterizam as nossas sociedades -

definir como patrimonial? O agrado pelo antigo que vemos alargar-se significará uma mudança séria na concepção patrimonial?

Tudo evolui depressa entre as políticas da cultura e as preocupações da moda.

Se o romantismo, do séc. XIX pedia uma atenção ao histórico, à consciência nacional, à paisagem histórica semeada de ruínas a preservar, com o fim do seu optimismo vemos desenhar-se a valorização do habitat como "propriedade fundamental da existência" (André Leroi-Gourham), o que leva à valorização do "lugar" como experiência humana e do espaço existencial como um conjunto de formas e imagens reflexivas que se respondem. Nos anos 60, é o meio natural que é descoberto sob o fundo da ecologia, - o que traz ao problema a sua dimensão de fenómeno global -, gerando-se um novo contexto em que o fundo patrimonial ganha novo relevo e significação mais marcada. Também na nossa época, se sobrepôs a atenção etnológica: as coisas e os seus usos, as realidades materiais, as artes e as tradições - via aberta para o quotidiano e os procedimentos triviais.

Outrora, as igrejas, os castelos, os sítios históricos. Hoje, a oficina do artesão, a quinta, o parque natural, a par de tudo o que é "antigo", como curiosidade e objecto de antiquário. Esta a nova forma de entrada num património - onde a tipicidade se diferencia da unicidade da peça, espécie, documento, objecto, obra de arte -, definição meramente tópica que pede novas formas de abordagem ainda imperfeitamente estabelecidas.

As tipologias que parecem impôr - se para dar conta deste domínio - o Património como o conjunto de formas transmitidas - conduzem-nos a simplificar - lhe o acesso? O que é útil para proteger é o melhor meio para conhecer?

O único meio de resistir à anulação do fundo patrimonial pela expansão da civilização industrial, segundo Babelon e Chastel (1994:102-103) que vimos seguindo, é utilizar os seus extraordinários equipamentos em cada domínio onde tende a arruinar-se o seu estado de conservação. O desenvolvimento científico pode suscitar a atenção em falta, favorecendo a curiosidade do pormenor e a descoberta do conjunto. Tornam-se frequentes as exposições em que edifícios, lugares, comunidades, populações, objectos e documentos aparecem associados - as suas relações constituindo para uma dada sociedade, comunidade, grupo ou indivíduo, o fundamento da sua memória, na medida em que disponibilizam e favorecem a própria articulação no quadro, na intersecção da natureza que modela o solo e da cultura

que o interpreta.

A abertura, tímida e titubeante, de vestígios antigos a novas multidões de visitantes, a lenta e intermitente devolução ao domínio público de colecções privadas, permitindo esbater nos meios populares o sentimento de estar fora dos circuitos de bens retidos e reconhecidos como dignos de ser conservados, parece estar a constituir -se num dos fenómenos típicos da nossa época em que a preservação e a apreciação poderão vir a acompanhar a construção/produção e a aquisição.

O programa anteriormente introduzido visa motivar para uma formação multidisciplinar de profissionais de gestão do património cultural onde o património documental tem lugar de relevo, enquanto dispositivo de qualidade. Destes profissionais, espera-se a difícil tarefa de conservar, defender, difundir e promover o conhecimento da história de nossas populações, nossa memória colectiva e documentos essenciais que as constroem, traço sempre presente nos aspectos artísticos, científicos e culturais do património documental e cultural português. As sociedades actuais precisam de profissionais com competências e capacitação técnica suficiente para responder à procura cada vez mais intensa e exigente, como consequência do desenvolvimento do tempo livre, do ócio e do fomento do turismo, de cidadãos, administrações pública central e autárquica, Fundações, Instituições culturais - públicas e privadas, entidades financeiras, centros de lazer, e, como infraestrutura de conhecimento subjacente a todas essas modalidades, centros de património documental.

O plano de entendimento que propomos é por isso concebido de acordo com a seguinte sequência não linear: histórico - artístico (conhecer factos); social (conhecer o meio); político (conhecer as acções, conservação e restauro, promoção do património, turismo cultural, cultura do ócio e actividades para o tempo livre); instrumental (conhecer os elementos adequados para actuar); metodológico (conhecer as técnicas); prático (inventariar casos para estudo e intervenção)

De diversa ordem são também os objectivos que se prosseguem : abrir para o conhecimento dos distintos campos de intervenção no domínio do património documental em que um gestor de turismo cultural pode actuar, ou de que pode necessitar para actuar como gestor de património cultural; motivar para os conhecimentos necessários a que a sua acção se ajuste ao direito, economia e política por forma a conseguir uma maior difusão e

promoção do património documental; proporcionar aos alunos o contacto com algumas técnicas de pesquisa e acesso à informação e documentação mais adequadas ao campo da sua actividade profissional; relacionar, através das noções e algumas tipologias de fontes e documentos, com os conteúdos e objectivos deste módulo com o da História das Populações que integra a mesma disciplina.

Esta proposta de ensino – aprendizagem, veiculada por esta publicação que procuramos gradualmente desenvolver nos textos que se seguem. Trata-se naturalmente de uma proposta algo ambiciosa e exigente, mas que apenas procura estar à altura do objecto deste módulo de Património Documental “continente” vasto de grande amplitude e diversidade, sedimentado em “placas” moveáveis, sobrepostas e que carece, por isso, de ser inserido nos contextos da sua produção histórica e social.

Tema hoje emergente, na área das Ciências da Informação, supõe o Património Documental que sejamos capazes de integrar conhecimentos, práticas e competências que nos permitam passar da “ordem dos documentos, à carta dos saberes” despistando com os utensílios adequados a identificação de direitos patrimoniais em evolução e de novos problemas suscitados pelas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação. O que implica hoje pelo menos duas configurações materiais diferentes:

por um lado, o conjunto de servidores e memória de comunidades de autores/leitores, como por exemplo:

- a cultura oral que preserva o passado adaptando-o ao presente;
- os arquivos escritos que mantêm a diversidade do passado sem a apagar;
- as bibliotecas, arquivos e outras unidades de documentação que organizam materiais de conhecimento;
- as hiperbibliotecas, arquivos-museus, bibliotecas imaginárias utópicas do passado, integrados no espírito das unidades de documentação e informação virtual.

Paralelamente a este conjunto, a coexistência e oposição de múltiplos sistemas de comunicação que implicam novos dispositivos de leitura/escrita com convergência nas práticas cognitivas, nos saberes intelectuais. De facto, os ecrãs abrem janelas múltiplas sobre configurações visuais e conceptuais multidimensionais reversíveis e memorisáveis. Mas a nossa experiência de leitura /escrita hiper- textuais com o folhear sinóptico

multivariável que alarga as possibilidades de aquisição e invenção de conhecimentos é ainda curta, apesar de evidenciar já o interesse destes recursos que respondem à natureza comparativa da reflexão histórica, sociológica ou literária.

Como conciliar num mesmo universo real estas duas configurações, uma que relewa do passado, outra que nos interroga sobre as possibilidades de apropriação desse património pelas sociedades actuais?

Desafio estimulante inscrito nas necessárias clarificações do que se entende hoje por Património Documental, na sua singularidade e ambiguidade, história, práticas e perspectivas de usos, públicos e profissionais que se encarregam da sua preservação e divulgação.

Durante muito tempo reservado aos monumentos e sítios históricos, testemunhos celebratórios, peças e objectos de museus o termo Património e a tomada de nova consciência a que anda associado, tem vindo a conhecer nos últimos anos um desenvolvimento e diversidade invulgares que requerem quer uma reanálise de fundos históricos e representações que as colecções e as bibliotecas têm suscitado, quer uma ponderação da medida da sua diversidade e uma avaliação da importância cada vez maior das bibliotecas e arquivos em processo de modernização e oferta de múltipla natureza – científica, cultural e lazer.

A compactação da informação que marca a nossa época e de que aqui se fez eco, exige que saibamos manejar novos instrumentos de análise, outros modos de ser e saber guardar.

### **O que o filho deseja esquecer o neto procura recordar <sup>6</sup>**

Existe um património documental diversificado designadamente de natureza bibliográfica e arquivística, disperso, à escala regional e local, por uma constelação variada de instituições e entidades públicas e privadas. Constituído por colecções de documentos de maior ou menor valor e raridade, apresenta, no seu conjunto, um inegável interesse para o estudo da história das nossas populações.

Neste panorama dos chamados *fundos patrimoniais locais* onde naturalmente sobressaem as bibliotecas públicas e os arquivos municipais, tem lugar e papel não negligenciáveis outro universo de instituições que deve por isso ser destacado. É por exemplo o caso de Fundações e Sociedades que guardam importantes espólios relativos à vida, obra e interesses de figuras públicas e

personalidades ilustres, e também o das Associações Profissionais, algumas vindas já do meados do século XIX, como a Associação dos Architectos Civis (1863) ou a Associação dos Architectos e Arqueólogos Portugueses, à qual se deve, em 1880, a primeira classificação dos monumentos nacionais, o das Associações Culturais e Recreativas, ou o das Associações de Defesa do Património Cultural, de criação mais recente, com o fim de estudar, defender e divulgar a nossa herança cultural e natural através da sua recolha, inventariação e reabilitação e da formação da opinião pública. Estas últimas, surgidas com o "25 de Abril" num contexto de revitalização do movimento associativo, foram institucionalizadas em 1975 e depois integradas na Federação das Associações de Defesa do Património (FADEPA), oficializada em 1981, com os objectivos de melhor consolidar o movimento, sensibilizar mais eficazmente a opinião pública para a defesa dos seus valores culturais, colaborar e participar activamente com entidades oficiais na elaboração de projectos concretos visando a salvaguarda da identidade cultural do povo português.

### **De "bem patrimonial " a " bem cultural"**

Este movimento de revitalização das raízes do nosso património cultural e documental resulta em grande medida das condições que então surgiram de abertura nacional a teorias e práticas internacionais. Com a Carta de Veneza (1964), a Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural (1972) e a Carta Europeia do Património Architectónico (1975) vai tomando corpo a noção de património cultural universal. Em 1979, o "Comité do Património Mundial" publica a lista das "novas maravilhas do mundo" cujo alargamento prossegue sob o controlo de peritos. Estas iniciativas contribuem para criar um novo plano de referência para o Património em que, por exemplo, noções distintas como "bem patrimonial" e "bem cultural" (objectos de colecção, testemunhos etnológicos, sistema de tradições e costumes) passam a confundir-se, pelo menos metaforicamente.

Objecto de estudo e "tradução" para o caso nacional, os princípios e recomendações destas Cartas e Convenções irão plasmar-se numa abundante legislação sobre Património promulgada pelo Estado Português, a partir de 1975, com base na Constituição da República Portuguesa<sup>8</sup>, que contempla desde logo o "Património Cultural"<sup>9</sup>, e os direitos e deveres

do Estado e dos Cidadãos na matéria. Classificam-se monumentos, sítios e conjuntos, ampliando - se assim sucessivamente, o conceito de "monumento".

Subjaz a este movimento a concepção de património cultural como um bem colectivo, cujo protagonismo, em grande medida devido ao papel das autarquias e à participação das populações, importa hoje reforçar reconfigurando-o, pois de "Riqueza Social" se trata, como observava em relação ao nosso "património histórico", já em 1838, Alexandre Herculano, com o seu "Monumentos Pátrios" precursor da salvaguarda do património cultural português.

Como se pode intuir, a recente e vasta noção de Património que cobre todos os "bens" e "tesouros" do passado, tal como hoje se entende em linguagem oficial e em linguagem comum, resulta de um processo de construção social e histórica. Feito de rupturas e encadeamentos de gerações em que "o que o filho deseja esquecer é o que o neto procura recordar", não residirá aí o problema último do património? <sup>10</sup>. Trata-se de facto de uma noção que integra um certo número de camadas sobrepostas que será útil distinguir, já que intervém no termo de uma longa história inclusivé da sensibilidade em relação ao passado. No que nos concerne, por exemplo, começando pela "Leitura Nova" de D. Manuel <sup>11</sup>, passando depois pelo optimismo romântico do séc. XIX e a sua salvaguarda racional da arte, dos factos históricos e do património etnológico e industrial, ou pela descentralização cultural republicana e a mobilização da participação pública na salvaguarda dos bens históricos, ou ainda pela "reificação" das "antiguidades pátrias" do Estado Novo, até chegarmos à actual ideia de Património como conservação e fruição de um bem cultural comum, usos e coisas transmitidas, as "realia" <sup>12</sup> contemporâneas das sociedades pós - industriais preocupadas com as complexidades e os riscos do esquecimento.

Ou seja, um fundo comum de objectos, que promovidos a elementos de um património, mudam de natureza e de função, servem para outra coisa, mais habitat considerado enquanto "propriedade fundamental da existência" (André Leroi - Gourham) que leva à valorização do "lugar" como experiência humana e do "espaço existencial" como conjunto de formas e imagens reflexivas que se respondem. A distinção útil mas muito simples dos valores de uso e dos valores de troca alargando-se para dar lugar aos valores - símbolos." *O património é o que nos concerne, uma espécie de reserva*

*de energias. Não conta senão por uma imitação, uma sedução, um saber que o sono pesado das coisas no museu [no arquivo ou na biblioteca] não restitui de imediato.*<sup>13</sup>

Na sua extensão, a recente noção de património parece assim dever englobar não só certos bens mas os factores de que depende a própria existência e mesmo as condições de vida e de sobrevivência.

Em suma, um património que não se manifesta enquanto tal, senão quando é preciso defendê-lo, ideia a que naturalmente se associa a noção de património em potência.

### **A memória triunfa menos na posse que na fruição**<sup>14</sup>

O que é útil para proteger é o melhor meio para conhecer?

Reconhecer e preservar não tem sempre nem em todos os lugares os mesmos sentidos e as consequências. E tudo evolui depressa entre as políticas da cultura e as pressões da moda.

Se o património documental a que nos referimos foi conservado durante mais ou menos tempo em condições aproximadas do necessário, e sinalizado por registos/inventários e catálogos mais ou menos completos e rigorosos do ponto de vista da sua elaboração técnica - documental (descrição, classificação, indexação das espécies) - o que no caso nacional, salvo honrosas excepções não se verificou, actualmente tem de ser objecto de cuidados atentos de preservação e conservação efectuados por profissionais bem formados ou, no mínimo com o apoio e enquadramento destes, em locais especialmente estudados para o efeito (luz, higrometria, calor, etc.).

A conservação está intimamente ligada à valorização e à divulgação e comunicação do mesmo. As iniciativas de vulgarização pública, esporádica, pontual ou periodicamente realizadas - actividades de animação e extensão educativa e cultural enquanto elos e espaços mediadores não só de divulgação, mas também de confrontação e criação, as exposições de fundos patrimoniais, debates e encontros de autores, leituras e clubes de leitura, teatro, ciclos de cinema, música que se realizam em espaços polivalentes locais, de autarquias e/ou em coordenação de instituições, testemunham-no.

Numerosas e diversificadas exposições desse património são hoje possíveis e relativamente fáceis de organizar com o recurso às novas tecnologias que possibilitam

por sua vez uma larga difusão destes "tesouros esquecidos escondidos" sem atingir ou danificar a integridade destes documentos: diapositivos, videos, CDRoms, de realização cooperativa ou mobilizadora de parcerias institucionais e profissionais, múltiplas e diversificadas de uma mesma região e/ ou localidade, "conversões retrospectivas" de catálogos conduzidas em cooperação.

### **Leitura Nova**

Este modo diferente de olhar o Património articula a abordagem semiótica (sistemas de sinais e relações) e a abordagem pragmática do património como cultura material, dá atenção às formas visíveis dos produtos humanos, à sua diferenciação, distribuição espacial e temporal, ao trabalho que os afeiçoa, aos usos que se faz deles e aos mercados onde circulam. Tudo isto necessitando de ser compreendido e explicado, reconduzindo-o às características do meio ambiente, e regime social, aos modos e condições de produção com regras de troca e apropriação dos bens que lhes estão ligados.

Donde a atenção particular ao património documental local, memória do lugar e das redes que o atravessam, das suas historicidades, das trajectórias temporais e espaciais que o tecem, dos objectos que as populações fabricam e de que se servem, e sem os quais não são compreendidas nem os seus comportamentos nem os seus lugares nas hierarquias sociais, nem os seus papéis e identidades. Por isso devendo ser objecto de toda a solicitude dos arquivos e das bibliotecas: recolha sistemática de documentos antigos ou contemporâneos e conservação, microfilmagem, digitalização da imprensa, produção editorial e gráfica local que verse aspectos e acontecimentos da vida local/regional e que, para além dos tradicionais domínios da história ou da literatura, dedique uma especial atenção aos objectos e aos actores, agentes e sujeitos políticos, económicos, sociais.

Chegamos assim a um ponto em que o conceito de "fundo local" evoluiu consideravelmente, em grande medida também por impulso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e dos suportes audiovisuais e multimedia que são aqui um contributo e suporte apreciáveis.

Mas dois perigos, pelo menos, ameaçam hoje sobremaneira, o nosso Património Documental: a debilidade nacional em termos de consistência cultural e uma crítica reflexiva incipiente face à usura e voracidade de um entendimento político e económico linear e

instrumental da informação tomada apenas como recurso estratégico; e as crescentes ameaças (in)voluntárias materializadas em múltiplas formas de perda irremediável do nosso património documental. Isto porque se ignora a sua existência e se desconhece a sua contínua produção inerente à toda a actividade humana - rasura que explica que o património documental, garante da memória colectiva e individual dos povos e suas culturas, e nessa medida, alicerce insubstituível da história das populações, tenda a desaparecer mesmo fisicamente, num processo irreversível.

O novo império das tecnologias de informação e das indústrias culturais reforça, com novas ameaças, riscos antigos de delapidação do património documental, numa tendência de erosão de memórias, incúria e empobrecimento para as novas gerações, ao mesmo tempo que, podendo como nunca nas suas actividades fundamentais contribuir para a sua preservação, irónica e contraditoriamente, consome e manipula património documental durante séculos acumulado e preservado.

Neste panorama, uma visão integrada dos diferentes suportes de informação e formas de cultura que a noção de Património Documental numa perspectiva abrangente supõe, a par da reconfiguração de práticas e saberes leigos e especializados que assim permite, favorece o necessário ultrapassar de rupturas que desde o sec. XIX se vêm acentuando entre as formas de cultura literária, técnico - científica e de massas. Tal é, em nosso entender, um projecto de trabalho que, com sabedoria, perseverança e muita imaginação, vale a pena nos/vos propormos.

À vinculação do vivido deverá juntar-se a autoridade do conhecido. Tudo se joga nesta oportunidade.

## **1.2. Documento /monumento. Demografia, Documentação e memória colectiva das populações.**

*"Ampliando-se a cada passo o campo semântico da palavra 'cultura' – porque progressivamente se vão integrando, na realidade a que ele corresponde, recentes ou remotas províncias do conhecimento, novas ou negligenciadas formas de experiência e de actividade, vestígios das mais antigas práticas rituais e artesanais ou resultados das mais modernas conquistas tecnológicas – simultaneamente se amplia a área do que há - de ser conservado, preservado, exposto e difundido como exemplo e*

*memória do que o homem tem feito, ao longo dos séculos."* (David Mourão Ferreira, 1977)

Processos idênticos se verificam, como procuraremos ver, nos campos correspondentes às noções de património e turismo, até adquirirem os significados que hoje lhes damos.

O conceito de Património é por natureza um conceito histórico, remetendo por isso desde logo para a história e os processos de reestruturação e encadeamentos sucessivos a que está sujeita, como aliás qualquer campo do conhecimento, por influência dos quais se forma a nossa consciência histórica das coisas, e que na sua "modernidade" remonta ao séc. XVII, com raízes na obra do filósofo inglês Francis Bacon e em particular no seu *Organon* ou *Novum Organum*, livro de 1620 que por oposição ao *Organon* de Aristóteles torna "historiável" a natureza e a experiência dos humanos que aí vivem.<sup>15</sup>

Mais do que definir, importa-nos, no entanto, estabelecer o conceito válido de Património Documental numa perspectiva teórica que atravessa domínios do conhecimento tão vastos, consolidados e formalizados como o são as Ciências da Documentação e da Informação, a História das Populações e a Demografia Histórica e os Estudos Culturais e Sociais das Ciências e das Técnicas, e na perspectiva prática da sua compreensão necessária à sua salvaguarda, difusão e desenvolvimento.

Não deixa porém de ser útil lembrar, numa acepção ampla e tendo por referência o quadro legal, que :

- De acordo com o Código Civil e o Código de Processo Civil, Património é antes de mais o conjunto de relações jurídicas (obrigações e direitos) avaliáveis e efectivamente constituídas, de que é titular (activo e passivo) uma certa pessoas, singular ou colectiva. Para além desta noção geral de património há também um conjunto de relações patrimoniais específicas: patrimónios autónomos ou separados. Exemplo de património autónomo é a herança. Mas, por outro lado, a noção de património distingue-se da capacidade patrimonial que é a capacidade de quem quer que seja poder adquirir um património; logo, à noção de património associa-se a noção de património em potência.

- Conforme está consignado na Constituição da República Portuguesa (artº78, nº1 e nº 2), Património Cultural é o conjunto de todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, são ou devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura nacional

através do tempo. Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural. Incumbe ao Estado a promoção da salvaguarda e valorização desse património tornando-o "elemento vivificador da identidade cultural comum", sendo aliás uma das suas tarefas fundamentais (artº 9º, alínea e). À Secretaria de Estado da Cultura cabe promover a execução dessa tarefa, no quadro do regime jurídico genérico do património cultural português [Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro].

Neste horizonte de definição genérica, o Património Cultural aparece-nos integrando já diversas áreas – arqueológica, museológica, arquivística, bibliográfica, etc. - algumas mesmo reconhecidas juridicamente na sua autonomia. É o caso por exemplo do património arqueológico definido (na Lei 13/85 de 6 de Julho, artº 36º) como a área do património cultural constituída pelos bens arqueológicos, imóveis ou móveis. Bens que são património nacional, pelo que "quem encontrar em terreno público ou privado, incluindo meio submerso, testemunhos arqueológicos fica obrigado a dar imediato conhecimento à autoridade local, que, por sua vez informará o ministério que tiver a seu cargo a cultura, para que sejam tomadas as providências convenientes".

### **História(s), cultura(s) e património(s); Informação, documentos e fontes : rupturas e encadeamentos**

A partir do momento em que o(s) património(s) se tornam uma mercadoria, um objecto oferecido ao consumo de massas, a distribuição do saber fixa-se em novas categorias. E desde logo, a categoria de público pede uma nova precisão. As leituras, as publicações de vulgarização (consumo) permitem acumular saber, mas não nos permitem só por si tornar-nos sábios, nem produtores de saberes.

Valor de culto e valor de exposição, suscitando processos sociais e culturais de acumulação mas também de fruição integram, numa perspectiva do viver de dentro para fora, o valor patrimonial – capacidade de testemunho, elemento simbólico, instrumento pedagógico - de qualquer objecto, monumento, documento. Significado e Beleza, para além da utilidade (i)mediata definem uma peça de património.

O conceito de Património Documental liga-se intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural -,

sendo no entanto mais complexo que os conceitos já de si complexos de Documento (unidade de informação), Informação (dados do conhecimento registados) ou Fonte histórica (todo o dado procedente do passado, do recente, que tem uma realidade material e objectiva, relacionado com a actividade científica e social e historicamente produzido; testemunho original, não re-elaborado, do conhecimento do passado).

Património distingue-se de documento por especificar numa determinada cultura alguns elementos, objectos, formas que se consideram particularmente significativos e recebem por isso uma consideração especial, enquanto susceptíveis de serem entendidos como testemunho de existências, de crenças, de formas de viver/sentir, e em tudo isso participando da definição da identidade dos povos, das populações.

Assim, Património Documental não pode encerrar-se num só aspecto, nem tão pouco nas categorias clássicas de Património Bibliográfico – património intelectual da humanidade, i.é do saber humano produzido sob qualquer modalidade e gravado/inscrito em qualquer tecnologia e/ou suporte, "depositado" em bibliotecas e constituindo referência básica do ensino/investigação/produção de conhecimento - e/ou Património Arquivístico - fontes documentais e património intelectual funcional de entidades públicas e privadas, colectivas e individuais, integrado em sistemas semi - fechados de informação social com determinada estrutura (natureza orgânica) e funcionalidade (serviço/uso) constituídos por fundos ou núcleos (conjunto orgânico de documentos de uma única proveniência); séries (docs. correspondentes ao exercício de uma mesma actividade) e distintas unidades arquivísticas - processo (docs. relativos a uma acção administrativa/judicial), colecção (docs. org. para referência), registo (docs. para controlo/descrição de docs. recebidos, produzidos) organizados em diferentes unidades de instalação.

Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação tiveram historicamente vocações distintas :

- as primeiras de reunião e depósito de documentos de proveniências variadas, com a função prioritária da sua divulgação para estudo /pesquisa;

- os segundos de reunião e depósito de documentos produzidos no âmbito de actividades de certas entidades (escola/serviço público, empresa, colectividade, etc.) por motivos administrativos, jurídicos, históricos,

com a função prioritária de conservação e prova;

- e os últimos - de extracção de dados e informações a partir de documentos e fontes, com a função primordial de proporcionar o acesso aos conteúdos dos documentos, mediante instrumentos de descrição (catálogos, índices, etc.) e seleccionar itens de informação para utilizadores específicos e fins especializados.

Hoje, ao tomar-se a informação <sup>16</sup> como recurso estratégico muitas destas diferenças tendem a esbater-se, tal como a diferença entre Documento e Monumento deixa também de fazer sentido, quando nos sentimos compelidos a perspectivar a "informação, não como uma "forma" no sentido platónico do termo, mas como uma relação muito prática e muito material entre dois lugares, em que o primeiro negocia o que deve prevalecer no segundo a fim de o ter sob controlo e agir sobre ele à distância."<sup>17</sup>. E no entanto, em todos os casos, organização e comunicação arquivística, biblioteconómica, documental e informacional são indissociáveis da história dos poderes, das tecnologias e das ciências, sendo portanto de grande complexidade o sistema patrimonial que lhes é subjacente.

Para além desses dois domínios, a ideia de Património Documental abarca acervos de mais largo espectro e integra uma diversidade cada vez maior de espólios e colecções, conteúdos e suportes novos - cuja razão de ser se funda na existência de informação social, materializada em suportes físicos e implicada na dinâmica da comunicação também social. E estende-se ainda a uma série de territórios em que a informação tem uma dimensão instrumental: produtos e resultados de distintos processos históricos da terra e dos homens (registos, marcas, traços de actividades e de culturas de povos e das populações em determinados espaços - tempos e realidades concretas - comportamentos, usos e costumes, tradições, manifestações culturais e artísticas (teatro, cantares, danças, música, feiras, romarias, etc.), actividades e trabalhos antigos e recentes, objectos e instrumentos de trabalho, formas e objectos de culto, de instrução, educação, recreio e lazer, em síntese uma diversidade de marcas e manifestações materiais e simbólicas da memória e história colectivas da humanidade, da diversidade de povos e culturas e das populações anónimas.

A noção de Património Documental partilha e serve a construção das noções de Património Histórico e Património Cultural, entendidos um e outro na sua complexidade e abrangência

actuais e tomando-se cultura na sua acepção mais ampla e concreta : um conjunto de modelos de comportamentos, usos/costumes e instrumentos /objectos usados por uma população num dado espaço - tempo; uma realidade concreta de uma população, de um povo, o que constitui a sua identidade em resultado interactivo de um dado processo histórico; um todo coerente de relações mútuas (ex. igrejas, pontes, etc. têm a ver com o "universo" contexto em que se inserem, como expressão de grupos, pessoas; uma realidade dinâmica (e não fixa nem imóvel) constituída por formas de trabalhar, rezar, cantar, contar, etc. sujeitas a mudanças profundas, como por exemplo as derivadas dos surtos migratórios, níveis diferentes de cultura, etc.

Enquanto Património, o Património Documental, reclama como todas as modalidades categorizadas de Património a que sempre subjaz, medidas de defesa genéricas que vão desde a promoção do seu conhecimento, o incremento da sua pesquisa e levantamento, inventariação e classificação, a formação do e para o uso, educação e promoção para a tomada de consciência e utilização como renovação de acções educativas, criação de centros de património documental (língua, literatura, ou outras fileiras em que se é historicamente diferenciado como do que melhor se faz e sabe fazer - exemplos: Vila Nova de Gaia - Os armazéns do Vinho do Porto - do local ao global ; Guimarães - A Fundação no duplo sentido de origem e suporte da nacionalidade - da Idade Média à Indústria Moderna e Contemporaneidade; Barcelos e Vila Real - A arte do Barro; Viana do Castelo - Mar, Serra, Rio, Terra; Porto - Granitos, Trabalhos da Pedra e da Madeira, Artes e Tratos do Comércio, etc.; Populações agrárias do Portugal rural - O Borda d'Água ou O Seringador "*Seringa o pobre, o rico e o lavrador...*"; Populações urbanas - Arqueologia industrial).

Encontra-se na rubrica 6, referência a exemplos de outros casos de Património Documental entretanto inventariados por alguns dos nossos alunos.

### **Património e Turismo - perspectiva histórica**

Importa - nos aqui deixar alguns elementos para melhor se compreender como a noção de Património cultural, histórico e documental se foi diacronicamente construindo entre nós, até começar de se imbricar, nos nossos dias, no campo do Turismo Cultural.

Lembramos entretanto que sendo "a história

uma disciplina predadora”(Emmanuel Leroy-Ladurie), isto é, procurando em todos os domínios, instrumentos para a sua própria renovação e dos seus paradigmas, apesar de continuar a efectuar-se sempre no quadro da sua própria tradição, os elementos de ordem geral aqui esboçados, delimitam tão só um campo de investigação e outras tantas pistas de estudos a desenvolver, se se quer obter do Património a compreensão mais densa que ele exige.

Fenómeno histórico, ele próprio e o seu entendimento resultam em grande medida de sucessivos movimentos e correntes de actuação e pensamento, ou simplesmente de enfoques diversos, modos e “modas” que explicam e fazem com que o que hoje consideramos Património, o respeito e a consideração que por ele temos, não seja o que era há 10 ou há 100 anos, não sendo por certo o que virá a ser no futuro.

E é por isso que pensar e/ou trabalhar sobre Património Cultural exige conhecer e discutir a sua história, concepções e valores que explicam medidas tomadas ou ausência delas, e soluções que foram ou não dadas, para a adopção de outras posições ajustadas a novos valores.

### **Património nacional : “antiguidades pátrias” e monumentos**

*“Se fosse rico, iria comprar a capelinha, iria comprar o pardieiro onde houvesse a ombreira gótica; os homens do progresso vender-me-iam isso tudo, porque havia de enganá-los; porque havia de prometer-lhes que converteria aquela em lupanar, este em casa de câmbio”<sup>18</sup>.*

Até se chegar a esta consciência crítica, vinda pela voz desassombrada de Alexandre Herculano do romantismo do séc. XIX, muito caminho foi preciso percorrer.

São fragmentos - momentos onde relevam factos, nomes, documentos e fontes - de uma sucessão de etapas cumulativas de um processo de construção histórica e social do actual conceito de Património histórico e cultural, que vamos alinhar numa espécie de esquema cronológico de elementos chave com que se forjou a nossa consciência de um Património colectivo nacional. Nesse quadro de evolução histórica e sentidos múltiplos, se configura, em co - construção, uma história do nosso Património Documental, função do seu registo/prova/conhecimento/comunicação.

Da defesa das “antiguidades pátrias” aos documentos para alicerce do conhecimento e/

ou às fontes para a história das populações, até à conservação de bens culturais nacionais para fruição social colectiva, vai um longo percurso, só linear no modo esquemático de tentar apreendê-lo, sempre mediado pelo que se chama documentação/informação, constituída por elementos e suportes vários que começamos por exemplificar, abrangendo de modo tópico um arco temporal que vem do séc. XVI aos nossos dias.

### **Achegas documentais, fontes**

Depois da monumental empresa que foi a Leitura Nova Manuelina, já atrás referida <sup>19</sup>, transcrição dos documentos essenciais da história pátria, elaborada durante quase meio século por calígrafos humildes e iluministas destacados, publicava-se em Évora (1553) a *História das Antiguidades de Évora* da autoria do grande humanista português André de Resende e, 40 anos mais tarde, (1593) *Libri quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae*, do mesmo autor a quem se fica a dever ainda *Monumenta Romanorum in Lusitanis Urbibus*.

Destaque-se ainda de Francisco de Holanda - *Da fabrica que fallece à cidade de Lisboa. Da Sciencia do Desenho e Geographia d’Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, de João de Barros.

De 1741 a 1759, publica-se a *Biblioteca Lusitana*<sup>20</sup>, magnífico repositório de história, crítica e cronologia, notícia dos autores portugueses e das suas obras, e, por isso, grande dicionário bibliográfico. Obra em 4 volumes, actualmente republicada em CDROM pela Comissão dos Descobrimentos Portugueses foi seu autor Diogo Barbosa Machado (1682-1772), nascido em Lisboa, mas mais conhecido por Abade de Sever, por nesta freguesia (Stº Adrião de Sever) da diocese de Lamego haver sido colocado como presbítero. Bibliógrafo, estudioso e erudito constituiu uma seleccionada e excelente livraria onde abundavam espécies de grande raridade que ofereceu a D. José e que D. João VI levou para o Brasil, onde viriam a constituir o fundo primitivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Pela mesma ocasião começavam a ser publicadas as Memórias da Academia Real de História Portuguesa e nos anos 1747 e 1758, o Padre Luís Cardoso publicava as *Memórias Paroquiais*, obra ainda hoje de consulta recomendada para quem se dedica ao estudo sistemático dos Arquivos Paroquiais e à Reconstituição de Paróquias, designadamente no campo da Demografia Histórica.

Nos finais do séc. XVIII, viajantes

estrangeiros eruditos percorreram Portugal, registaram as suas observações sobre paisagens, ambientes e transformações urbanísticas, sinais de atitudes de (des)respeito para com os monumentos, sendo só mais tarde (a partir de 1834) publicados os resultados dessas viagens e/ou estadias. É o caso por exemplo de Beckford e de Murphy e das suas conhecidas "Travels".

O nosso séc. XIX é pródigo em obras de idêntica natureza vocacionadas para o conhecimento e defesa do nosso património. Lembremos por exemplo: de Alexandre Herculano, *Monumentos Pátrios* in "Opúsculos" (1838); *Monumentos Nacionais* de Mendes Leal, bibliotecário-mor do reino bem conhecido na sua época, pela defesa da actualização das leis de salvaguarda do património no espírito nostálgico do passado próprio do romantismo; de Vilhena Barbosa autor de *As Cidades e as Villas da Monarchia Portuguesa que teem brasões d'Armas* (1860), *Estudos históricos e archeológicos* (1874) e *Monumentos de Portugal* (1886); de Ramalho Ortigão *Culto de arte em Portugal* e *Arte Portuguesa* (1897); de Sousa Viterbo - *Arqueologia Industrial Portuguesa - Os Moinhos* ("O Arqueólogo Português", vol. II, nº 8 e 9, 1896); de Luciano Cordeiro, criador da Sociedade de Geografia, *Relatório para uma reforma da Academia de Belas Artes* (criada em 1836) o qual com um outro livro sobre o mesmo assunto do Marquês de Sousa Holstein, filho do Duque de Palmela e sub-inspector da Academia de Belas Artes (por lei, o inspector era o ministro do reino), e depois um folheto de Joaquim de Vasconcelos, erudito de longa formação alemã e criador da História de Arte em Portugal, interessa igualmente ao conhecimento patrimonial.

São também da segunda metade deste século, os Estatutos da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses (Lisboa: Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa, 1864) e os Estatutos do Real Instituto Arqueológico de Portugal (Lisboa: Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa, 1869).

Ainda neste século, surge um novo tipo de manifestações de interesse pela preservação do nosso património numa acepção já mais lata de património cultural que inclui a reflexão e o ensino, como o ilustra, por exemplo, a publicação em 1875 de *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal. A organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e de arqueologia* (Lisboa, Imprensa Nacional) e, em 1893, na Revista "Mundo da Arte" ( nº13) *Subsídios para uma reflexão sobre o património cultural*, de

Mário Nunes. São aliás de referir também as publicações periódicas vocacionadas para a divulgação e defesa do Património, como a revista *Panorama* que iniciada em 1837, vai durante muitos anos ser importante meio de comunicabilidade no país e no Brasil, nela defendendo a salvaguarda do património, por exemplo Vilhena Barbosa e Alexandre Herculano, autor com o mesmo objectivo de muitas outras páginas, contos e romances históricos, o *Arquivo Pittoresco* e o *Universo Pittoresco* que muito mais tarde irão ser continuadas por muitas outras publicações como por exemplo, já na década de 1970, a *Informação Cultural-Boletim* da Secretaria de Estado da Cultura dedicada à defesa e valorização do património cultural português, nos termos enunciados por David Mourão Ferreira, citado em epígrafe, ou a *Mínia* editada em Braga com *Achegas documentais para o estudo e a defesa do património*<sup>21</sup>.

Assim, às iniciativas de defesa e valorização do nosso património, inicialmente com expressão acentuada do histórico, arqueológico, arquitectónico e monumental, vemos suceder-se, ao longo de todo o séc. XX, um alargamento do campo e uma abrangência cada vez maior da noção de Património traduzido designadamente na intensificação e diversificação das expressões de defesa, análise social e ideológica e enquadramento legal do património cultural e do património natural, não só à escala nacional, mas também local e na realização dos primeiros encontros de associações de defesa do património. São exemplo disso mesmo as seguintes referências bibliográficas: Jorge Custódio - *Arqueologia industrial e património*. "Revista História e Crítica", nº 5, 1980; Jorge de Alarcão - *Introdução ao estudo da história e do património locais*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1982; *Património, sociedade e ideologia : algumas reflexões para a construção do futuro do pretérito "Vértice"*, nº 449, 1982; *I Encontro das Associações de Defesa do Património, Santarém, 1980. Comunicações. Actas*. Lisboa: FADEPA, 1981; *I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural. Actas*. Braga, 1981; *Legislação, Instituto Português do Património Cultural - Museus, Palácios e Fundações*, 1983; *Legislação, IPPC e Serviços Regionais*, 1983.

A finalizar esta síntese tópica do estado sumário da arte nesta matéria numa perspectiva de evolução histórica, quadro legal e reflexão crítica sobre problemas actuais, são de destacar, a título de exemplos mais recentes

duas referências bibliográficas básicas – uma de autoria colectiva centrada no campo do direito do património cultural e estudos comparados à escala nacional e internacional e a outra, obra de autoria individual e de natureza mais no campo da arqueologia e património – que embora de abrangência e incidência diversas, relevam de idêntico esforço de se procurar desenvolver uma política nacional de preservação do património cultural, de nos (re)pensarmos e ao nosso Património Cultural – recurso colectivo de mediatização crescente e de cuja necessidade de preservação se tem vindo a criar mais alargada consciência, na complexa sociedade de hoje. Trata-se no caso desta última do conjunto de textos e ensaios “Arqueologia, Património e Cultura” do reputado arqueólogo português Vítor Oliveira Jorge, publicado em 2000 pelo Instituto Piaget, sendo a primeira obra referida, o “Direito do Património Cultural”, volume publicado pelo Instituto Nacional da Administração (INA), em 1996 e que reúne contribuições importantes nos campos do direito internacional, direito comparado e direito nacional de autores estrangeiros (franceses, italianos, espanhóis) e nacionais como António Marques dos Santos, professor de Direito em Lisboa e representantes de Portugal nos trabalhos da Convenção do Unidroit sobre a restituição internacional de bens culturais roubados ou ilicitamente exportados, António Marques Guedes, Presidente da comissão do Património Cultural Subaquático, José- Augusto França, Membro da Academia das Ciências de Lisboa e do Conselho Consultivo do IPPA e Vice-presidente da Academie Européenne, etc.

### ***Cronologia - momentos, factos, nomes...***

Para além dos elementos intervenientes na produção histórica e social do Património Nacional já referidos na secção anterior, e na qual se destacam nomes como Francisco de Holanda, João de Barros e Manuel Severim de Faria, cuja obra e acção mereceriam neste âmbito, estudos aprofundados, a nossa história regista outras iniciativas de destaque na salvaguarda do património colectivo português<sup>22</sup>.

Já no séc. XIII, com D. Dinis, se publicava legislação sobre recuperação dos burgos arruinados e dos castelos e também sobre a protecção de todos os meios de riqueza nacional, até então pouco conhecidos.

Para o longo período seguinte – sécs. XIV, XV e XVI -, existem também vários documentos reveladores da preocupação de salvaguarda

do nosso património cultural<sup>23</sup>.

No séc. XVI, sob a ambiência cultural do Humanismo e do Renascimento, muitos vestígios antigos foram estudados e apresentados como valores culturais a defender, por diferentes escritores, de que se cita o caso de André de Resende o qual se dedica a trabalhos arqueológicos – colige lápides com inscrições romanas, investiga e decifra um grande número de documentos epigráficos e publica estudos sobre o assunto.

São também tomadas diversas iniciativas isoladas para salvar as designadas “antiguidades pátrias”. Por exemplo, em 1525, a abadesa de Vila do Conde manda derrubar um imóvel onde havia sepulturas antigas que se encontravam mal abrigadas e manda fazer uma capela para as colocar em melhores condições de preservação. D. João III envia então a Vila do Conde o Corregedor de Entre Douro e Minho para se inteirar do que se estava a passar, emitindo este o seguinte parecer favorável “estarão na dita capela melhor e mais honradamente que na dita galilé [de mosteiro], ainda que se cubra como dantes”.

Ainda no séc. XVI, destaca-se, como já anteriormente referido, a exemplaridade com a sistemática e metódica acção de D. Manuel nesta matéria, designadamente no domínio arquivístico – obras de reconstrução da Torre do Tombo, preservação e embelezamento de milhares de códices e escrituras das mais antigas do reino, etc. – empreendimentos que merecem em separado abordagens aprofundadas como a que procurámos fazer recentemente para a “Leitura Nova”<sup>24</sup> e de que apresentamos adiante versão resumida.

Essa acção infelizmente não continuada por outros governantes, em idênticos moldes, só largos anos mais tarde foi retomada por D. João V e D. João VI, através da realização de um conjunto coerente de novas medidas.

Assiste-se então (séc. XVIII), à criação da Academia Real de História Portuguesa, instituição de natureza mista – eclesiástica e secular – que vai dar início à organização de estudos e trabalhos de História e outras Ciências então consideradas subsidiárias: Geografia, Arqueologia, Numismática e Diplomática, e que muito virá a contribuir para a compreensão do património cultural nacional.

Por alvará de D. João<sup>25</sup>, com o objectivo de inventariar e conservar os monumentos nacionais, é a Real Academia de História encarregada de “examinar os monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no reino dos tempos em que n’ele dominaram os Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos e

Árabes". Pensava-se então que muitos edifícios, estátuas, mármore, lâminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos "por incúria e ignorância do vulgo se tinham consumido, perdendo-se por este modo um meio mais próprio e adequado para verificar muitas notícias da venerável antiguidade assim sagrada como Política..."

O referido alvará, cuja divulgação posterior se fica a dever em larga medida a Ramalho Ortigão e ao seu famoso livro "O culto da Arte em Portugal" publicado em 1896, transmitia ordens rígidas para se evitar a destruição do património "...ordem que d'aqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo nem em parte, qualquer edifício, que mostre ser d'aqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado...". E previa a intervenção das Câmaras na área dos seus territórios: "...encarrego as Câmaras das cidades e vilas d'este reino tenham muito particular cuidado em conservar e guardar todas as antiguidades sobreditas e de semelhante qualidade, que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu distrito..."

A par desta medida régia - *alvará fundador da consideração do Património como elemento da nossa cultura*<sup>26</sup> - para se conhecer e proteger o património cultural, outras surgiram, por iniciativa particular, e da Igreja.

Por exemplo o Padre Luís Cardoso publica, primeiro, em 1747 e depois, em 1758, o que havia de mais notável em todas as freguesias através das "Memórias Paroquiais" onde intervém abades, priores, curas, vigários, etc. Para além disso, a Igreja vai tomando, através dos seus representantes, várias posições favoráveis no que concerne ao Património Histórico: em 1789, o bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar, na sua Visitação à igreja de Santa Maria de Silves, vexado com as deturpações executadas nos pormenores arquitectónicos do templo, manda que "daqui em diante se não faça obra alguma de maior ou menor consideração sem que primeiro por nós seja aprovada".

Em capítulo de visitação então lavrado, comentava "poude a ignorância imprudente dos administradores, que tem tido cuidado da sua conservação e fábrica, deitar a perder a sua nobreza e formosura, já demolindo ou tirando dos próprios lugares os mausoléus de alguns dos nossos predecessores e outros, já com fábricas menos bem pensadas, e até contrárias aos preceitos da arte e impróprias da arquitectura da mesma igreja, já talhando

colunas sem nenhuma necessidade, e estragando pinturas originais e de grande estimação, e apagando inscrições sumamente úteis e necessárias, para o conhecimento da venerável antiguidade, bárbara imprudência que bem merecia ter sido severamente castigada ...nas pessoas que a cometeram"

Constituem, de facto, os Capítulos de Visitação uma fonte histórica sistematicamente produzida, rica de informação detalhada, designadamente sobre o estado das igrejas, obras e alterações a que iam sendo sujeitas, observações muitas vezes acompanhadas das plantas, revelando-se por isso fonte importante a não negligenciar, para o estudo do nosso património histórico construído.

Mas é nos finais do séc. XVIII, inícios do séc. XIX, que vamos ver começar a alicerçar-se o respeito e a consideração com o Património que vimos germinar no pré-iluminismo de D. João V - monarca talvez influenciado, nestas suas importantes medidas nacionais, pelo Marquês de Fontes e Abrantes, seu mentor artístico, e pelo estrangeirado D. Luís Cunha - , com a criação da Academia Real de História e o alvará de 1721, o qual, como observa J-A. França, se obedecido através dos tempos, muita desgraça se tinha poupado ao país, em termos de Património.

Porém, passados 80 anos muita coisa se tinha já alterado, designadamente em Lisboa, depois do Terramoto, e um novo Alvará, de 4 de Fevereiro de 1802, vem atribuir ao bibliotecário - mor da Biblioteca Pública, todas as funções que no Alvará de 1721 pertenciam ao secretário da Academia Real de História Portuguesa "*Vendo-se a importância de que seria não só para o conhecimento das antiguidades sagradas e políticas e para a ilustração das artes e ciências, mas para ornamento da mesma Biblioteca, formar-se nela uma grande colecção de peças de antiguidade e raridade que possa servir aos indicados fins*".

A partir do ano 1834, o património histórico nacional conhece uma nova etapa com a extinção das ordens religiosas e monásticas e a nacionalização das suas casas e bens: mais de 500 conventos de todo o país passaram para propriedade do estado, sendo adaptados a novas necessidades sociais do liberalismo e constitucionalismo - hospitais, escolas, quartéis - e outros comprados por particulares para uso próprio; muita documentação escrita alguma já bastante deteriorada, foi recolhida; obras de pintura e escultura dos mosteiros fechados e espoliados foram acumuladas no Convento de S. Francisco, em Lisboa.

Em 1836 (a 12 de Fevereiro), Luís Mouzinho de Albuquerque, Ministro do Reino, fez uma circular pedindo informações rigorosas para elaborar uma relação de todos os edifícios pertencentes às extintas ordens regulares e entretanto incorporados nos bens da nação, com menção dos edifícios dignos de serem conservados e mantidos por conta do Governo como monumentos públicos. Mas esta circular não obteve os resultados esperados e muitos conventos foram arrasados para fazer praças e documentos fundamentais de interesse fundamental para a história local portuguesa, desapareceram.

Com o Romantismo do séc. XIX, numerosos defensores do património histórico deixaram um conjunto de trabalhos escritos que denunciavam o abandono dos valores culturais e fundamentavam a importância dos monumentos e dos vestígios históricos, a par da apresentação dos processos a seguir para o seu estudo e salvaguarda. Surgem também as primeiras Sociedades e Associações em domínios e áreas, como a Arqueologia<sup>27</sup> e a Arquitectura, mais directamente relacionadas com a concepção coeva de Património Histórico Nacional.

*"Sobre os monumentos nacionais pairou durante muitos anos a desolação e o acaso",* dizia Alexandre Herculano que, em 1838, publica *"Monumentos Pátrios"*, passando a ser considerado o precursor moderno da salvaguarda do património cultural português. Entre outras medidas de preservação e consolidação do nosso Património Documental, reúne por exemplo na Biblioteca Pública do Porto, códices que traz de Santa Cruz de Coimbra, faz entrar nos fundos públicos, outros importantes documentos até então em poder da igreja, publica o *Portugaliae Monumenta Historica* e não se cansou de denunciar, em prosa enérgica e severa, a depredação sistemática de que vinha sendo alvo o património: *"é contra a índole destruidora dos homens de hoje que a razão e a consciência nos forçam a erguer a voz e a chamar, como o antigo eremita, todos os ânimos capazes de nobre esforço para a nova cruzada. Ergueremos um brado a favor dos monumentos de história, de arte, da glória nacional, que todos os dias vemos desabar em ruínas"*. Denunciou acerrimamente em termos idênticos o *"vandalismo actual"* e o que considerava um *bando de miseráveis*: *"...homens de destruição...da civilização vandalica"...semelhantes a vermes róis e não edificais"*...os partidários das *"picaretas"*, das *"alavancas"*, dos *"camartelos"* do *"bota*

*abaixo"*, do *"arrasa"*. Evidenciou, no entanto, a importância da salvaguarda dos monumentos considerando-os uma *"riqueza social"* pois que *"quando a arte ou os factos históricos os tornam recomendáveis convertem-se em capital produtivo"*

Em 1849 é inaugurada em Setúbal a Sociedade Arqueológica Lusitana destinada a promover a exploração das minas de Cetóbriga (Tróia).

Poucos anos depois, em 1858, Mendes Leal, bibliotecário – mor do reino, verificando que a legislação do Antigo Regime (Alvarás de 1721 e 1802 referidos) era pouco observada e se tornara entretanto obsoleta, tenta estabelecer novas regras e bases para a recolha e salvaguarda dos valores históricos. De acordo com a Reforma Administrativa transferiu para os governadores Civis as obrigações que estavam cometidas às Câmaras das cidades e vilas e, aos administradores dos concelhos passava a competir a vigilância e tratamento de monumentos e achados. Mas esta medida não conseguiu evitar os efeitos do *"camartelo demolidor"* nem o abandono dos valores históricos, porque a nível local, não havia funcionários preparados para intervir na recuperação do património histórico.

Na década seguinte, em 1863, é fundada a Associação dos Arquitectos Civis Portugueses que poucos anos mais tarde (1872) se passa a chamar Associação de Arquitectos e Arqueólogos Portugueses.

E em 1869, outras vozes se vieram juntar à de Alexandre Herculano para denunciar o abandono e a destruição do nosso património cultural. É, por exemplo, o caso de Augusto Filipe Simões que em *"Relatório acerca da Renovação do Museu Cenáculo"* dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Évora evidencia o estado caótico do património cultural português, nos seguintes termos *"É tão natural sentimento dos povos cultos a veneração dos monumentos da antiguidade, que ninguém acreditaria, se o não visse bem patente, o desprezo com que em Portugal têm sido tratados. Desde a capital do reino até às vilas e aldeias não faltam...copiosos vestígios do comum furor de destruir, adulterar ou emplastrar as relíquias de arquitectura e de escultura dos séculos que foram"*.

Atitude esta, como outras adiante exemplificadas, própria do movimento romântico protagonizado entre nós por figuras como Herculano e Almeida Garrett que inseridos na filosofia de defesa e exaltação dos bens culturais, sobretudo os monumentos, tomaram posição pública de destaque em defesa e

valorização do património histórico.

Com a Reforma do Ensino das Belas Artes e a apresentação de um plano para criação de um Museu, um Decreto publicado em 10 de Novembro de 1875 nomeia uma Comissão para propôr ao Governo "as providências que julgar mais adequadas à conservação, guarda e reparação dos monumentos históricos e dos objectos arqueológicos de importância nacional, existentes no reino".

No mesmo ano, o marquês de Sousa Holstein entrega o trabalho intitulado "*Observações sobre o actual estado do Ensino das Artes em Portugal, a organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e de Arqueologia*" onde evidencia a incúria a que estão votados os Monumentos Nacionais, com excepção da Batalha e do templo romano de Diana em Évora.

A vinda para Portugal de D. Fernando de Coburgo, marido de D. Maria II veio contribuir para a recuperação de vários exemplares do nosso património, "reliquias do passado" que ou desapareceram ou ameaçavam ruína iminente, como era o caso da Batalha, Convento de Cristo em Tomar, Mafra, Jerónimos, a Torre de Belém e a Sé de Lisboa.

D. Fernando II com o seu espírito romântico e capacidade empreendedora e de iniciativa, deu um grande impulso à defesa e valorização do nosso património histórico e influenciou muito a vida cultural portuguesa.

Durante a segunda metade do séc. XIX intensifica-se a criação de museus em diversos locais do país e generalizam-se as exposições com o objectivo de recolher, estudar e divulgar o nosso património cultural. Também as associações culturais desempenham importante papel na inventariação, recolha e estudo das "antiguidades nacionais", levando por vezes, com a sua acção, os órgãos do poder a intervir. A Sociedade Arqueológica de Setúbal e a Associação de Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, são disso um bom exemplo, tendo a última contribuído bastante para o estudo e salvaguarda dos monumentos nacionais. A ela se deve a proposta da primeira classificação dos Monumentos Nacionais, em 1880.

Em 1885 é fundado o Museu Industrial do Porto e em 1896, Joaquim de Sousa Viterbo publica "Arqueologia Industrial Portuguesa – Moinhos", contribuindo, a par de Joaquim de Vasconcelos, para valorizar o património industrial, como ficou traduzido designadamente nos trabalhos do Museu industrial e numa importante série de estudos publicados em jornais e revistas da época.

Outros nomes compõem a galeria de

indivíduos que desempenharam importante papel no estudo, salvaguarda e valorização do nosso património histórico : Fonseca Benevides, Martins Sarmiento, Luciano Cordeiro, Alberto Sampaio, Pinho Leal, Júlio de Castilho, Possidónio da Silva, Estácio da Veiga, Teixeira de Aragão, Manuel de Macedo, José Pessanha, Zeferino Brandão, António Augusto Gonçalves, Santos Rocha, etc.

No final do séc XIX, o conceito de Património Cultural já não se limitava só às obras arquitectónicas eruditas, à escultura e pintura monumentais, aos objectos arqueológicos, à numismática e à epigrafia; abrangia também o património etnológico, sendo dado grande relevo à tradição oral, na pegada de Almeida Garrett e seu Romanceiro, e sob o impulso da obra de outros autores: Teófilo Braga, Adolfo Coelho e J. Leite de Vasconcelos.

Na primeira metade do séc. XX, a legislação republicana veio abrir perspectivas de descentralização cultural - ex. por Decreto nº 1 de 26 de Maio de 1911, foram constituídos os Conselhos de Arte e Arqueologia, dividindo-se o país em 3 circunscrições territoriais artísticas - e criar condições de participação às pessoas colectivas ou individuais interessadas na salvaguarda dos bens históricos, artísticos e arqueológicos.

Com o Estado Novo, os Conselhos de Arte e Arqueologia, tal como haviam sido concebidos, foram abolidos (Dec.20.985 de 1932) passando para a mão do Governo o poder de decisão que, unilateralmente vai estender-se a outros domínios, designadamente, através da acção da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais que decreta a classificação de castelos e outros imóveis históricos, alguns em ruínas, como monumentos nacionais, e da instituição de concursos nacionais como o "da aldeia mais portuguesa de Portugal", palmarés atribuído por exemplo à aldeia de Monsanto na Beira.

Em 1933, tem lugar na Madeira, o 1º Congresso Nacional de Turismo

No pós 25 de Abril de 1974, surgem novas condições para que o património cultural passe a ser visto como um bem que pertence a todos, ao mesmo tempo que normas e práticas internacionais para a defesa do Património – Carta de Veneza (1964), Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975) e Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural (1972) - se tornam objecto de estudo e aplicação em Portugal.

A partir de 1975, vamos assistir à institucionalização de muitas associações com o objectivo de estudar, defender, conservar e divulgar a nossa herança cultural e natural,

retomando, em moldes novos, redobrado vigor o movimento associativo nacional que vai consolidar-se, em 1981, com a oficialização da Federação de Associações de Defesa do Património, por sua vez empenhada em colaborar activamente com entidades oficiais na elaboração de projectos visando a salvaguarda da identidade cultural do povo português e também em sensibilizar a opinião pública para a defesa dos seus valores culturais.

Paralelamente, o Estado Português uma vez definidas as bases gerais do Património Cultural, na Constituição da República aprovada em 2 de Abril de 1976 e revista em 1982<sup>28</sup> vai legislar com abundância sobre património, classificando monumentos, sítios e conjuntos, protegendo reservas naturais, classificando como imóveis de interesse público edifícios industriais como, por exemplo, a antiga Fábrica de Tecidos das Amoreiras em Lisboa e os Moinhos da Maré no concelho de Seixal (Dec.29/84 de 25 de Junho), alargando assim progressiva e sucessivamente o conceito de monumento.

No início da década de 1980 é criado (Dec.34/80 de 2 de Agosto) para superintender em todas as acções de defesa da herança cultural, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), entretanto extinto e em certa medida substituído pelo actual IPPAR.

A década de 1990 é marcada pela publicação de diplomas reguladores fundamentais. Assim, em 1993, é estabelecido o Regime geral de arquivos e património arquivístico (Dec. Lei nº16/93 de 23 de Jan). Em 1994 são estabelecidos os princípios gerais de alienação dos bens móveis do Estado (Dec.Lei nº 307/94 de 21 de Dez. e Portaria nº 1152-A/94 de 27 de Dez.) e publicado o Estatuto do Mecenato (Dec.Lei nº 74/99 de 16 de Mar.).

Em 1995 ( Lei nº90-C/95 de 1 de Set.) a Assembleia da República autoriza o Governo a aprovar a Lei de Bases do Património Cultural, a qual acaba por vir a ser publicada em 2001 (Lei nº 107 /2001 de 8 de Set.).

Nos últimos anos, as autarquias locais têm chamado a si múltiplas acções neste domínio, afirmando-se ao assumir um importante papel na defesa, salvaguarda, estudo e valorização do património cultural, promovendo e realizando iniciativas que envolvem directamente as populações e contribuindo assim para evidenciar o património cultural como bem colectivo, quadro em que se deseja que o patrimonial documental venha a ter a posição e protagonismo que merece.

### **Conservação do Património Arquivístico e Bibliográfico em Portugal**

No que se refere especificamente a este tópico, as referências mais antigas encontradas datam já do Estado Novo e são relativas a 1946, ano em que a Inspeção Superior de Bibliotecas e Arquivos manda aplicar o "*Inquérito analítico acerca das instalações, recheios, seu inventário e catalogação, serviço de leitura e pessoal dos estabelecimentos subordinados à Inspeção*", cuja importância, António Ferrão, então Inspector Superior, apresentaria nos Anais das Bibliotecas e Arquivos do mesmo ano.

Posteriormente em 1956-1957 e 1968, a mesma Inspeção, através de inquéritos de rotina vai tentando actualizar o levantamento das condições em que as instalações de bibliotecas e arquivos portugueses se encontravam bem como do estado dos seus fundos documentais. Um desses últimos inquéritos " Estado sanitário das instalações e colecções observado nalgumas bibliotecas e arquivos", aplicado apenas a 26 instituições escolhidas pelo significado nacional do património que seus fundos e colecções constituíam, era de natureza bem redutora como o indica o seu próprio título e o carácter limitado das questões aí contempladas: características físicas e ambientais dos edifícios e, no que se refere aos espólios aí armazenados, a tipologia, condições de armazenamento e resultados visíveis dos estragos provocados por ataques de bibliófagos ou pela deficiência das condições ambientais. Só 20 anos depois foram estudados os dados desses inquéritos, por técnicos do Instituto José de Figueiredo, com o objectivo de apoiar e colaborar com o então Departamento das Bibliotecas e Arquivos do IPPC num projecto de actuação preventiva dos ataques dos agentes biológicos contra suportes materiais de informação gráfica (comunicação apresentada ao 2º congresso Nacional da BAD, 1987).

Por iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura e da sua Direcção Geral do Património Cultural foi aplicado, em 1978, novo inquérito "*Levantamento das condições gerais de conservação dos documentos gráficos do nosso património bibliográfico e documental*", para recolher informação sobre: capacidade dos edifícios em matéria de segurança e equipamento e averiguar da idoneidade das instituições para conservação do património bibliográfico e arquivístico; averiguar o estado físico do seu património; conhecer a

capacidade de resposta das instituições para tomar medidas de recuperação das espécies em mau estado de conservação; estabelecer uma política de prevenção e restauro. Foram respondidos 486 inquéritos de que Luísa Alves e Horácio Peixoto fizeram a respectiva análise estatística.<sup>29</sup>

Em 1999, o grupo de Trabalho em Preservação & Conservação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) publica os resultados do mais recente "Inquérito sobre o estado de Conservação do Património Arquivístico e Bibliográfico em Portugal", respondido por 412 das 800 instituições por que foi difundido - bibliotecas e centros de documentação de Universidades e Institutos Politécnicos, Bibliotecas e Arquivos Municipais e da Administração Central, Arquivos distritais, bibliotecas e arquivos de Fundações e das Santas Casas da Misericórdia, relevantes pelo reconhecido valor dos seus fundos .

Vimos, em síntese, que cada período da história tem as suas formas próprias de património - pátrio, histórico, artístico, etnológico, cultural, bibliográfico, arquivístico, documental. Intuímos daí como variam também os modos de produzi-lo e as formas de entendê-lo.

Hoje temos outros meios para reconhecer os limites de certas concepções e soluções mais racionalistas, substituindo-lhe o sentido do "lugar" e os princípios da responsabilidade múltipla, em consonância com os novos contextos históricos e novos modos de pensar culturais, patrimónios, memórias, identidades.

É preciso por isso desagregar os problemas nas suas componentes essenciais e sujeitá-los a novas e renovadas modalidades de compreensão. É o que estamos procurando fazer no limitado espaço tempo de que dispomos para a elaboração e redacção deste Caderno.

### **1.3. Património Documental, História das Populações e Turismo Cultural: rupturas e encadeamentos.**

O Património Documental integra um conjunto diversificado de materiais da memória colectiva e da história, sujeitos a mudanças relacionadas com o triunfo do documento, no séc. XX e a crítica dos documentos numa direcção de sentido integrador de Documentos/Monumentos<sup>30</sup>, tornado explícito com a

Demografia Histórica. Nesta medida é, como vimos, uma noção recente histórica e socialmente construída.

Idêntico processo explica a emergência actual do turismo cultural a que mais directamente aquele poderá vir a andar associado, num enquadramento mais vasto e exigente de atenção renovada à História local e ao campo mais vasto da História das Populações anónimas que fazem a história sem em regra saber que a estão fazendo.

Na verdade, o Turismo Cultural é uma actividade económica e social de efeitos intensivos e extensivos na vida e história das populações, que apresenta, ainda hoje, entre nós, uma débil expressão social confinada, quantitativa e qualitativamente pouco expressiva, se comparada com essa dominante actividade económica que é o turismo social ou de massas<sup>31</sup>, também por sua vez de criação recente. De facto, este só aparece no séc. XX, no termo de uma longa cadeia de transformações verificadas durante a idade moderna e contemporânea: uso do passaporte e aparecimento dos primeiros visitantes de museus e palácios, por prazer e curiosidade de admirar obras de arte, no séc. XVI, 1º guia europeu de estradas e trajectos, surgido em França no séc XVII, cunhagem da palavra turista pela primeira vez no séc. XIX, com Stendhal e crescimento numérico de turistas, com o aparecimento dos caminhos de ferro, instituição e progressivo alargamento do direito a férias pagas (de 6 dias com as Convenções da OIT de 1936 e 1949, a 2 semanas com a Convenção de 1954), e, a partir de 1965, adopção da semana de 5 dias em muitos países.

Ora é, quanto a nós, no interface da História das Populações e do Turismo Cultural, solidamente enraizados no Património Documental que este mais explicitamente se poderá afirmar e difundir entre públicos mais amplos, enquanto bem cultural de domínio público, assim se criando as melhores condições da sua necessária preservação, como garante sólido da memória e identidade dos indivíduos, instituições e populações.

Este afinal um tema emergente que em seus múltiplos desafios e imensos territórios, rupturas e encadeamentos - outras tantas linhas de pesquisa, estudo e trabalho de intervenção - aqui nos interpela, não nos podendo deixar indiferentes, enquanto herança colectiva, espécie de energia milenar cuja transmissão nos concerne, impelindo-nos ao desenvolvimento de um novo tipo de conhecimento "o conhecimento situado" (S. L. Star).

Na mesma linha de preocupações, o desenvolvimento aqui proposto vai no sentido de conhecer e repensar o Património Documental, a importância da sua gestão criativa, o repensar do papel de actores mais ou menos tradicionais - bibliotecários, arquivistas, documentalistas, historiadores e outros cientistas sociais, gestores de património e turismo - e de construir novas parcerias mais críticas e criativas, capazes de questionar modos convencionais de pensar e agir neste domínio.

Afinal, um entendimento do Património Documental não só considerado como recurso a explorar, tal como se tem considerado a informação, fontes e documentos, património arquivístico e bibliográfico, mas essencialmente visto como alicerce da crítica e da criatividade e meio de revitalização do trabalho e produção cultural, advoga-se a criação de Centros de Património Documental que na perspectiva da História das Populações e no interface com o Turismo Cultural, contribuam para a adopção de uma perspectiva cultural nova nas acções de fruição, produção e conservação do património documental, memória colectiva e "viva" dos homens do nosso tempo conhecedores das suas "raízes", perspectiva mais consentânea com um novo modo de pensar que tende hoje a ser desenvolvido em rede, flexível, original e experimentalista, interrogativo e desafiador, humanista, isto é, centrado nas pessoas, historicamente culto e sustentado.

Advogamos, em síntese, a necessária criação integrada de centros de património documental, infraestruturas flexíveis e descentralizadas de apoio a outros centros de património, que ajudem a viabilizar a criatividade que reside na capacidade de produzir sínteses sólidas e estabelecer ligações entre o natural, físico, social, cultural, político, económico e o ambiental. Mas é também a capacidade de avaliar o património documental existente e em constante produção nas suas novas características, seus impactos nas diferentes esferas da vida, a importância das clássicas infraestruturas pesadas, dos rituais e tradições, mas também das mais recentes, dinâmicas como as redes socioculturais locais, as atmosferas e os ambientes sociais vividos em mudança constante. Tomando em consideração que o que mais importa é assegurar que o processos de decisão sobre sobre quais os elementos da política cultural que devem ser conservados ou substituídos em articulação com o tempo vivido e capacidade para conjugar ideias e práticas não tanto como uma

harmoniosa sinfonia, mas mais ao jeito moderno de uma improvisada sessão de jazz, juntando improvisação alicerçada e imaginação para se alcançarem resultados positivos.

### **Património documental, tema transversal emergente: os Centros de Património Documental**

Daí a pertinência da criação e desenvolvimento de Centros de Património Documental, para uma dada comunidade, região, sítio histórico, trajectos ou rotas culturais, instituições ou serviços de cultura e turismo cultural etc., onde se possa eficaz e autonomamente:

a) encontrar toda a informação sobre política nacional de arquivos e diferentes programas sobre que esta possa tomar forma;

b) ter acesso a fiáveis recursos de informação que permitam estruturar sólidas ofertas e projectos no âmbito da formação e das publicações; dispôr de equipamentos e meios para apostar em actividades estruturadas no âmbito da reprodução da documentação, aplicando métodos clássicos e modernos - reprografia, microfilmagem, digitalização, etc. - por forma a permitir dar resposta às inquietações sociais em matéria de conservação, tratamento e difusão do património Documental;

c) disponibilizar guias e roteiros de arquivos e bibliotecas e dos seus fundos documentais mais importantes, inventários de fundos de arquivo públicos - municipais, distritais, etc. - e privados - empresas, colecções particulares, catálogos e índices de bibliografia e documentação seleccionada por temas e tópicos de maior relevância, independentemente do locais onde se conservem, dentro ou fora do âmbito de actuação do Centro. Esta última gama de serviços assentes em informação estruturada, permitirá aceder em extensão e de modo exaustivo e normalizado a consideráveis referências documentais de longa duração e largo espectro;

d) reunir, explorar e disponibilizar importantes portais na Internet sobre Património e Turismo,<sup>32</sup> Cultura Científica e Sociedade do Conhecimento,<sup>33</sup> etc.

Sendo a finalidade principal destes Centros a preservação e a difusão do Património Documental, devem configurar-se como dispositivos de planeamento cultural não enquanto planeamento de cultura mas essencialmente como adopção de uma perspectiva cultural potenciadora de acções

de fruição do património documental assentes na revitalização da criatividade dos indivíduos, grupos, instituições, populações.

Nesta medida e reposicionado de uma forma integrada nos quadros técnico e cognitivo das Ciências da Informação e da História das Populações no interface com um turismo cultural que urge desenvolver como “mercado” que as bibliotecas e arquivos devem saber aproveitar, o Património Documental nacional configura-se hoje como um tema emergente e transversal de conhecimento que irá continuar a interpelar-nos face, por um lado, à exigência de novas políticas culturais desencadeadas pelo processo em curso de crescente classificação pela Unesco de centros históricos e naturais de Portugal como *Património Mundial da Humanidade*,<sup>34</sup> e por outro, à tendência de desenvolvimento crescente das bibliotecas e arquivos digitais.

Com efeito, à luz de experiências e reflexões já feitas, a oportunidade aberta pelas técnicas de digitalização em matéria de património irá permitir, de maneira reforçada e renovada, que a posição dos arquivos e das bibliotecas se renove como lugares de um novo enciclopedismo e de memória quer de instituições e indivíduos, no caso dos primeiros, quer da constituição das disciplinas, no caso das segundas, acrescentando-se às tradicionais funções de ambos múltiplas potencialidades como *fontes de sentido*<sup>35</sup> no domínio patrimonial.

## 2. GESTÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL: LUGAR E PRÁTICAS NAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS

**Resumo:** Acesso e recuperação da informação em Património e Turismo: Fontes de informação, Bases de Dados, Redes de Comunicação (Internet). Técnicas documentais de análise e organização da informação; Normalização. Introdução às Ciências e Tecnologias da Documentação, Informação e Comunicação; Sociedades da Informação, Novas tecnologias da Informação e Conhecimento. Preservação e divulgação de Património Documental: Análise e avaliação de documentação acumulada; instrumentos técnicos de descrição do Património arquivístico (roteiros, guias, inventários, índices) e do património bibliográfico (catálogos, bibliografias, índices); Legislação aplicada ao Património, Informação, Bibliotecas e Arquivos.

No decurso de mais de 400 anos no Mundo Ocidental (do séc. XVI, com a expansão da imprensa, até hoje) pode, esquematicamente, dizer-se que ao livro em sentido genérico, “documento de biblioteca” - unidade básica de “estudo/consulta” do conhecimento - e ao “documento de arquivo” - de natureza orgânica e com função primordial de “prova”, “testemunho” ou memória de actividade -, se vem acrescentar o “documento/monumento”, num processo marcado pela revolução ou explosão documental de meados do séc. XX e a conseqüente ampliação do conteúdo do documento e dilatação da memória histórica. Este permite no campo da história (quantitativa e qualitativa) redescobrir a chamada documentação de massas (registos de actos vitais das populações anónimas, fontes de tipo onomástico e documentos numérico-estatísticos e a memória histórica dilatada das populações dormentes. Por fim, impõe-se-nos hoje a “informação” sinónimo de “dado”, “série” ou conjunto de dados em forma compreensível registados em qualquer tipo de suporte, e dependente do processo que a produz, com valor de recurso estratégico, numa definição técnica e economicista, ou, numa definição de base mais reflexiva, considerada a relação material e prática do conhecimento.

Fica assim muito sumariamente indicada uma vasta área de estudos e conhecimento que têm a ver com o que se pode designar de

quadro histórico de recepção do património escrito (manuscrito e impresso) na sua singularidade e ambiguidade, uma história de esquecimentos e destruições, situada num período relativamente curto que vai dos chamados tempos modernos à actualidade (sécs. XVI-XX) e balizada por duas questões maiores – a das práticas e representações do património das bibliotecas – e a dos discursos do património, isto é, da política e património.

Paralelamente e subjacente a este, um outro quadro histórico de múltiplas perspectivas se interpõe obrigatoriamente na compreensão e conhecimento do Património Documental, o dos modos de constituição e transmissão do património das bibliotecas e arquivos.

Múltiplas variáveis – económicas, culturais, técnicas, sociais, históricas – e diversos factores de natureza estrutural ou meramente conjuntural, interferem assim nos diferentes modos possíveis de entender e gerir o património documental. Mais ou menos amplos são também os territórios de que se compõe este vasto e fragmentário “continente”, secular e mesmo milenar ou em desenvolvimento recente e em regra acidentado mas sempre segundo processos que nos cabe desocultar. Isto porque, como qualquer património, herança colectiva e inter-geracional, a sua defesa e conservação é um dever cultural e cívico, uma obrigação colectiva, pública e privada. E, porque o melhor meio de o preservar é saber aceder à informação e à documentação que em parte o constitui e ajuda a conhecê-lo e também a aprender a torná-lo necessário e divulgá-lo, iremos deter-nos na apresentação ainda que sumária dos três tópicos enunciados, desdobrando-os nas suas dimensões básicas que melhor concorrem para essa finalidade.

As instituições, os indivíduos, os grupos, as populações, produzem no âmbito das múltiplas actividades que desenvolvem no decurso da sua história, trajectórias e percursos de vida, enormes quantidades e uma imensa diversidade de fontes e documentos, os quais, na sua forma oral ou escrita, acabam por constituir afinal, no campo das chamadas cultura oral e popular ou no da cultura científica e técnica, elementos e materiais indispensáveis aos registos, narrativas, descrições historiográficas, análises e outros estudos das suas memórias e histórias. Numa perspectiva histórica e cultural ampla, muitos deles vêm a adquirir com o tempo uma carga simbólica e de referencial identitário que lhes confere valor e função patrimonial, incorporando o que designamos hoje, num tempo de “cultura de massas” de património documental.

Estamos assim em presença de duas importantes dimensões imbricadas entre si e supostas pela recente constituição e gestão do Património Documental.

Interessa-nos aqui pelas razões já atrás referidas, explorar mais demoradamente, em primeiro lugar, a relação instrumental dessa primeira dimensão, o que faremos, situando-nos na área das Ciências da Documentação e Informação, para introduzirmos algumas noções e instrumentos técnicos de acesso, recuperação e descrição da informação e documentação e, em segundo lugar, a relação histórica e cultural da segunda dimensão, o que procuraremos fazer situando-nos no campo reflexivo da micro-história e da sua própria elaboração, e numa perspectiva crítica de análise socio-histórica da produção de fontes e documentos.

Ambas as dimensões relevam do quadro das práticas e lugar do património nas bibliotecas e arquivos, um terceiro plano de estudos do Património Documental, seguindo-se-lhe por fim um quarto e último quadro que nos abre para a compreensão em pormenor da diversidade do património das bibliotecas e arquivos, que ilustraremos nas secções seguintes, com recurso à natureza paradigmática de alguns estudos de caso.

Este terceiro plano desenvolve-se por tópicos e problemáticas como políticas de conservação, aquisição e enriquecimento de patrimónios, organização e avaliação de colecções patrimoniais, exploração técnica e científica do património escrito (análise e representação de conteúdos e respectivas linguagens e instrumentos de normalização), patrimónios de bibliotecas, seus públicos, e supõe por isso, integrando-os os pontos que se seguem.

## **2.1. Acesso e recuperação de informação em património e turismo. Técnicas documentais de pesquisa e de descrição.**

Subjacentemente, têm-se aqui em conta não só aquele segmento estreito de leitores/ utilizadores dos vários tipos de bibliotecas e arquivos públicos, mas também um horizonte mais lato de potenciais públicos do universo escolar e da educação, do turismo e lazer, e do campo associativo, junto dos quais importa em particular, nas actuais sociedades de imagem veiculada pela televisão e pelo computador, promover a utilização pedagógica, cultural e

recreativa do património documental escrito, gráfico, audiovisual e musical.

A inerência do cultural e do histórico à acção humana e social é, como deixámos sugerido e adiante iremos ver, indiscutível. Assim, pode e deve discutir-se a delimitação “contra natura” de um conjunto de artefactos informativos e culturais separando-os dos seus contextos de produção. E no entanto, antes de abordarmos a questão dos processos e contextos de produção de documentos e fontes, factor essencial à crítica que o seu carácter não neutro exige, importa estabelecer em matéria de Património Documental, algumas clarificações, a partir do domínio que melhor no-lo possibilita, o das Ciências da Documentação e Informação.

Na verdade, e como se pretende deixar sugerido, a génese do processo informacional seja qual for a tônica dominante (administrativa, institucional, particular individual, literária, artística...) precede o cultural e tem de ser encarada de um ponto de vista técnico e científico.

Quanto à gestão da documentação e informação de natureza bibliográfica, na óptica da sua utilização importará ter presente o que melhor se explicará em ambiente de oralidade e de prática, através de exemplos e ilustração de tópicos como alguns dos que se seguem.

No que concerne ao acesso e recuperação da informação pertinente para estudos em Património e Turismo, há toda uma panóplia de dispositivos técnicos internacionalmente normalizados de organização e apresentação da documentação e informação que se têm vindo a desenvolver desde que em meados da década de 1960 se começou a assistir à “explosão documental” até ao actual momento do virtual/digital que importa ter presente e a eles recorrer se necessário com o apoio de técnicos.

Trata-se quer de um conjunto diversificado de instrumentos técnicos de descrição e organização de documentos e informação em bibliotecas (catálogos, bibliografias, reportórios, etc.) e em arquivos (inventários, guias, roteiros, etc.) quer de um acervo considerável de metodologias, técnicas e práticas de pesquisa documental e investigação (Guias de pesquisa e serviços de referência para orientação no acesso a fontes de informação, análise de conteúdos – indexação e classificação) actualmente mais sofisticadas e poderosas graças ao desenvolvimento e disseminação das novas tecnologias de informação (Bases de dados, redes de unidades documentais, sistemas e programas de

informação, diversos tipos de bibliotecas e arquivos, múltiplas páginas e sites na Internet, catálogos informatizados, livros, publicações em série, textos, informação electrónica e outros recursos de documentação acessíveis em linha) índices de “sites”.

Por evidente impossibilidade de aqui explanarmos significados, utilidades e modos práticos de operar com tão diverso manancial de técnicas e tecnologias, remetemos os leitores, particularmente no campo da elaboração e apresentação de relatórios e trabalhos científicos para a leitura e consulta da Normalização Portuguesa disponível através do IPQ e para as Normas Internacionais ISO, cujos catálogos e colectâneas actualizados periodicamente se publicam bem como para a leitura de algumas publicações de divulgação das principais recomendações, normas e princípios orientadores<sup>36</sup>.

## **2.2. Avaliação de documentação acumulada<sup>37</sup>. Instrumentos de descrição de património bibliográfico e do património arquivístico. Tipologias de fontes e documentos.**

O aumento exponencial do volume de documentos produzidos/recebidos/adquiridos, a par do desconhecimento e da insuficiência de âmbito ainda muito generalizado entre nós, de procedimentos adequados e sistemáticos de gestão de documentos mormente por parte dos seus produtores tem provocado uma acumulação excessiva de documentação, com correspondente desorientação dos utilizadores e o aumento de riscos em matéria das medidas adequadas à salvaguarda do nosso património arquivístico. Como meio e contributo para obviar a uma parte considerável desse problema, editou recentemente o Instituto Nacional de Arquivos/Torre do Tombo (INA/TT) algumas publicações de natureza técnica e didáctica de que destacamos, como leitura recomendada, o *Manual para a Gestão de Documentos* (1998) e *Orientações Técnicas para Avaliação de Documentação Acumulada* (1999), e deste último, em particular, os modelos de fichas propostas como meio auxiliar de diagnóstico e apoio à avaliação e tratamento da documentação, e os anexos onde se inclui informação sobre critérios de avaliação, métodos de amostragem e um glossário técnico.

A avaliação de documentação acumulada - solução de recurso face a uma política recomendável de gestão documental, que no entanto a realidade nacional aconselha como prática necessária se bem que conjuntural - pressupõe a realização de diferentes fases de trabalho: elaboração do diagnóstico, constituição da equipa de avaliação, definição da metodologia de trabalho, levantamento e análise documental, elaboração dos correspondentes relatórios a partir dos quais se pode proceder com segurança à selecção e eliminação de documentos dentro dos prazos e critérios fixados e/ou a fixar por Portaria, conservando, pela incorporação em arquivo histórico, documentos de arquivo com valor secundário, isto é, susceptíveis de configurarem Património arquivístico e documental.

Todavia, o processo técnico de gestão da informação que esta medida preliminar e decisiva de preservação de Património Documental em risco que é a avaliação da documentação acumulada não pode negligenciar, implica a intervenção de técnicos experimentados de arquivo, "parceiros" que qualquer profissional em Património e Turismo tem toda a vantagem em ter como aliados activos, ao nível de todas as fases referidas, ainda que em graus de intervenção diversos. O que deverá traduzir-se no pedido de apoio técnico ao IAN/TT (ou arquivos dependentes, como sejam por exemplo os arquivos distritais) ao qual compete emitir parecer para aprovação final do relatório de avaliação.

O diagnóstico da situação e análise de necessidades, meios e recursos (humanos, materiais e financeiros) devem ser apresentados à instituição que deverá promover o processo de avaliação num relatório claro e preciso acompanhado da proposta de intervenção a efectuar.

O nível de acesso e de recuperação e instrumentos de descrição ou instrumentos auxiliares de classificação permitem perceber o controlo existente sobre os documentos a avaliar. Também é essencial a análise do contexto administrativo/institucional de produção documental - enquadramento legal, orgânico e funcional da massa documental a avaliar - o que exige recolha de informação de: organogramas, regulamentos, planos, relatórios de actividade, funções do organismo, etc; instrumentos de gestão, descrição e pesquisa da documentação (planos de classificação, registos de processos, guias de remessa, séries produzidas e respectivas relações, etc); sistemas intermédios que geraram por ex. docs. electrónicos;

informações de funcionários para completar ou corrigir dados e informações antes levantados.

### **Instrumentos de descrição e referência de património bibliográfico e arquivístico**

Tendo em conta, numa perspectiva abrangente necessidades genéricas de conhecimento e divulgação do Património Documental, importará agora considerar alguns dos principais instrumentos técnicos para a descrição da documentação em geral e do Património Documental em particular: Repertórios, Roteiros, Guias, Inventários, Bibliografias, Índices e Resumos.

Uns aplicam-se, indiferenciadamente, a documentação arquivística e/ou bibliográfica. Outros, embora com a mesma designação, apresentam especificidades próprias em função das características particulares das espécies - bibliográficas, arquivísticas ou outras - a cuja descrição melhor se adequam. É o caso por exemplo dos repertórios. Temos assim:

Cadastro - instrumento para uma primeira abordagem ao acervo documental, identifica e agrupa todos os fundos (arquivos) encontrados ou detectados na entidade detentora, com menção das datas extremas. Ex: GA(Grupo de arquivo): Administração Central (ACL) - Governo Civil do Porto [1622-1943] ; GA-Administração Local - Câmaras, Juntas de freguesia; GA - Pessoais ; GA -Paroquiais, etc.

Repertório - instrumento de descrição sumária ou orientação que dá informação sobre pessoas, organismos ou documentos existentes numa dada data ou período ou num dado domínio. Ex. Repertório de livros disponíveis em língua francesa em 1988 - 281.400 títulos em 65 países; repertórios de instituições, também chamados Anuários, etc.

Repertório (no âmbito da arquivística) - enumera as unidades de instalação (suportes físicos - caixas, maços, etc.) heterogéneas de um fundo, por vezes independente da ordem primitiva. Pode ser cronológico e/ou numérico simples, pode apresentar uma análise que caracteriza o conjunto de documentos (numérico simples e com sumário);

Roteiro - Instrumento de orientação geral ou global, constituído por uma apresentação histórica, descrição sumária e localização, por exemplo de um conjunto de instituições culturais ou de um conjunto de documentos relacionados segundo um dado critério ou tema

Inventário - Instrumento de descrição e referência que identifica e descreve de modo preciso cada uma das peças ou espécies

documentais de um fundo ou de uma coleção (catálogo analítico, etc.);

**Guia** – instrumento de referência de ordem geral destinado a dirigir os arquivistas, bibliotecários, documentalistas e investigadores no conhecimento, difusão e exploração dos fundos e coleções de arquivo. Ex: – guias de gestão (regulamentos, directivas, normas, procedimentos, sistemas de gestão, etc. destinados ao pessoal); guias de classificação ou uniforme (regulamentam a criação de uma estrutura de classificação e posterior organização dos documentos de uma entidade, pessoa física ou moral);

**Catálogos** – Listas ordenadas, cumulativas e estruturadas de referências bibliográficas e/ou documentais, ordenadas por títulos, nomes de pessoas e colectividades – autores, livreiros, impressores, compradores de estampas, etc. – nomes de lugares, assuntos, matérias, datas, cotas traduzidas em notações numéricas e/ou alfa-numéricas, podendo ou não ser acompanhadas de índices, e todos estes elementos constituindo outros tantos pontos de acesso aos catálogos e aos documentos. São desenvolvidos sempre a partir de um núcleo de base constituído pela descrição bibliográfica, actualmente elaborada segundo as normas internacionais ISBD(s)<sup>38</sup>, mas também, e sobretudo no caso dos documentos de valor patrimonial, pela descrição catalográfica de cada exemplar único, que hoje tende a integrar-se com aquela em catálogos colectivos numerizados e informatizados, graças à enorme capacidade de armazenagem de informação proporcionada pelas NTI/TIC (novas tecnologias da Informação e Comunicação. Alguns dos elementos da descrição bibliográfica (por exemplo, título) constituem também pontos de acesso, embora insuficientes para pesquisa mais exaustiva e especializada de catálogos, bancos e bases de dados, pelo que são em regra complementados por “entradas” (termos) ou descritores de assunto ou de classificação, estabelecidas com base em linguagens e planos próprios, internacionais ou nacionais. Assim se complementando descrição e indexação e/ou classificação. Por sua vez, a informatização dos catálogos determinou a definição de uma estrutura lógica das informações bibliográficas – a que se chama estrutura –, que terão de ser geridas pelo software de aplicação do sistema. O que veio a dar origem ao aparecimento dos formatos Marc<sup>39</sup> para a recolha, pesquisa, difusão e troca à escala internacional, de notícias bibliográficas, assim também de um modo normalizado;

**Índices** – Listas ordenadas e cumulativas

de pessoas, locais, assuntos, matérias, datas, lugares que permitem aceder rapidamente à informação. Podem ser geográficos, onomásticos, didascálicos, temáticos, classificados, etc.

**Bibliografias** – Listas de documentos ordenada por um dado critério, em regra, por ordem alfabética de autor. Podem ser sinaléticas, analíticas, etc.

**Resumos / abstracts** – Resumos de autor, resumos à base de descritores ou ‘key words’, resumos informativos, resumos analíticos e/ou críticos ou comentados.

Este conjunto significativo de instrumentos de acesso/referência à documentação servem ainda e previamente à sua organização técnica e posterior divulgação, sendo nesta medida também dispositivos essenciais à salvaguarda e conhecimento do património documental.

Trata-se em suma de utensílios normativos de importância fundamental à identificação dos fundos patrimoniais e das suas problemáticas que giram em torno da oposição entre documento único (um manuscrito, uma pintura, um incunábulo, um livro antigo, um documento de arquivo e ou um documento/peça de museu, um desenho, documentos iconográficos especiais, mapas, cartas, um documento manuscrito, uma música escrita, um registo sonoro, etc.) e documento multiplicável (livro, revista, fotografia, estampas, documentos audiovisuais, imagens, moedas, etc.), oposição que actualmente se encontra em evolução e tendencialmente a esbater-se pela possibilidade da sua integração em catálogos colectivos e mais ricos, podendo incluir referências e conteúdos integrais de documentos patrimoniais ou não, por influência da aplicação das novas tecnologias de informatização e digitalização.

O conhecimento e aplicação destes instrumentos pertinentes também como se deixa sugerido, para darem conta de documentos patrimoniais, nos seus limites e perspectivas de evolução para facilitar e tornar mais acessíveis o conhecimento, a consulta e a manipulação dos documentos, torna-os ainda essenciais a qualquer projecto de cooperação que necessita de uma linguagem comum cuja construção depende, como se exemplificou a propósito dos catálogos, da existência de *normas* – Normalização<sup>40</sup> – e *tesauros* (dicionários e léxicos especializados e/ou enciclopédicos estruturados e hierarquizados) –Indexação.

A génese do processo informacional seja qual for a sua tónica dominante – administrativa, institucional, particular

individual, literária, artística, etc. - precede, em certo sentido o cultural. Deve pois ser perspectivada na sua componente técnica e científica própria do campo das Ciências da Documentação e Informação, sistemas correlativos e contextos envolventes (informática, gestão da informação, comunicação social, etc.), sem no entanto aprofundar ou pormenorizar assuntos mais técnicos como os que, por exemplo, relevam da distinção, proximidade e maior actual convergência entre biblioteconomia, documentação, arquivística, museologia, por manifesta impossibilidade do seu tratamento no âmbito e finalidades deste trabalho.

Foi o que atrás se pretendeu esboçar integrando como convém ao Património Documental - natureza e estrutura (de depósito e divulgação no caso da biblioteca, orgânica no caso dos arquivos); natureza funcional (serviço/uso); e a memória aí imbricada - factores essenciais da informação social que o configuram.

O tópico que se acabou de abordar, aliás como os da rubrica seguinte, por motivos adicionais, é tanto mais importante quanto uma das grandes dificuldades com que se deparam os investigadores é a que se refere à localização rápida e fiável das fontes precisas.

Entre nós as fontes documentais escritas relativas a Património Documental e Turismo Cultural no quadro da História das Populações encontram-se em geral dispersas por arquivos nacionais, municipais e locais, públicos e privados, e bibliotecas públicas, universitárias, escolares, de fundações, sociedades e de particulares, e ainda carecidas, na sua globalidade, de catálogos sistematizados e/ou de outros instrumentos de acesso e divulgação generalizados o que não deixa de ser factor importante para a debilidade estrutural das medidas políticas e culturais de fundo para a conservação do nosso Património Documental.

O que em geral, e em particular na área do Património e Turismo Cultural, nos coloca perante uma etapa necessária e inevitável na reconstituição do nosso património documental de fomento de novos estudos de fontes, documentos e bibliografia, sistematizando os existentes e tentando superar as limitações a nível do património documental nacional francamente disperso, ignorado ou mal conhecido, pesquisado sem método nem sistematicidade, deficientemente utilizado e explorado sem critérios mínimos de cientificidade.

Isto apesar de nas últimas duas décadas o panorama nacional a nível quer da

modernização da Biblioteca Nacional e dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo quer das Bibliotecas Municipais com a Rede de Leitura Pública e dos Arquivos Distritais e Municipais, se ter vindo a alterar significativamente mas de modo algum ainda satisfatoriamente. Idêntica observação se aplica ainda hoje, apesar dos avanços entretanto alcançados, à conservação, revitalização e difusão do nosso Património Cultural Móvel em geral, de que se iniciou o respectivo Inventário na década de 1990<sup>41</sup>, e em particular às do Património Bibliográfico Antigo, núcleos dos sécs. XVI, XVII e XVIII, para o qual se iniciou em 1977 um projecto continuado, na década de 1980, com a proposta de criação de uma base informatizada de dados bibliográficos, no âmbito do então Instituto Português do Património Cultural<sup>42</sup> que acabou no entanto por não ter concretização efectiva, e do Património Documental Escrito<sup>43</sup>, essenciais à difusão e conhecimento da cultura portuguesa.

### 3. GESTÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL. TERRITÓRIOS E DESAFIOS

**Resumo:** Património Bibliográfico e Património Arquivístico - exemplos nacionais, a partir de dois estudos de caso. Tipologias, processo de produção e crítica de Fontes e Documentos para a demografia histórica e a história das populações. Processo socio-histórico de produção das fontes e documentos - perspectivas da micro-história e da história cultural

#### 3.1. TIPOLOGIAS DE FONTES E DOCUMENTOS.

A inerência do cultural e do histórico à acção humana e social é, como em rubricas anteriores procurámos acentuar, indiscutível. O património documental escrito ou gráfico conservado em bibliotecas e arquivos, mas também em museus e mesmo em centros de documentação mais modernos beneficia largamente do desenvolvimento da pesquisa histórica e do extraordinário alargamento da história - política, cultura, biografia, populações anónimas, elites, mentalidades, etc. - e dos seus campos de interesse transversais a vários ramos do saber e domínios da actividade humana, mudanças verificadas nos últimos anos, mobilizando por isso recursos documentais cada vez mais diversificados.

Diremos então que os historiadores ocupam uma posição de destaque, entre um universo cada vez mais exigente e diversificado de públicos das bibliotecas e arquivos, questão que desde os anos 60 começa a entrar na preocupação dos profissionais da documentação e da informação mas também no âmbito mais lato da esfera cultural, que nos últimos 30/40 anos se tem vindo a transformar profundamente, com a emergência do designado paradigma cultural dominante no final do séc. XX, por influência de uma convergência de factores diversos: a massificação do ensino, a influência dos massmedia, o desenvolvimento das tecnologias multimedia, o aparecimento de novos meios de difusão e valorização e de poderosas redes de comunicação como a Internet, a proliferação de políticas públicas pró "objectos antigos, raros ou preciosos" e a "patrimonialização" de "fundos"<sup>44</sup>.

Assim, pode e deve continuar a discutir-se a delimitação de um conjunto de artefactos

informativos e culturais só aparentemente separados dos seus contextos de produção, para melhor lhes compreender as funcionalidades e limites, agora também no quadro da investigação de documentos e fontes e das questões metodológicas e teóricas suscitadas pelo seu emprego. O que nos reorienta para uma abordagem sob perspectivas diferentes e complementares, ao contexto social e histórico da sua produção e correspondente importância.

Sendo este um tema de particular interesse para a História das Populações, importa considerá-lo aqui mais em particular, com o objectivo de facilitar, de modo reflexivo e crítico, as tarefas de heurística ou localização de documentos e fontes, a que são essenciais, como vimos, os catálogos de fontes impressas, as bibliografias e repertórios bibliográficos nacionais, internacionais, regionais e locais, as bases de dados, e os modernos sistemas e redes de comunicação e informação, já que o acesso à informação, através da utilização dos importantes recursos de recuperação da informação que hoje coexistem, no plano tradicional das técnicas documentais e fontes de informação e no plano mais moderno das novas tecnologias de informação e comunicação, se encontram, como se deixou sugerido dispersos por arquivos, bibliotecas, centros e serviços de documentação, centros de recursos multimedia, públicos e privados, regionais, nacionais ou estrangeiros.

Paralelamente ao reconhecimento do carácter patrimonial de um documento desenvolve-se em regra uma espécie de aura particular que tende a fazê-lo considerar à parte do resto das colecções das bibliotecas e/ou dos fundos de arquivos, destinando-se-lhe, pelo seu valor, um lugar, um papel e uma importância particulares.

E no entanto não existem as diferenças intrínsecas entre um documento patrimonial e outros documentos, esbatem-se, como vimos, quanto aos modos de descrição, acesso e pesquisa.

Ambos pertencem a um grande tipo de documento - texto impresso, imagem fixa, música escrita, registo sonoro, texto manuscrito, documento cartográfico, objecto, etc. - e relevam de um modo particular de produção e de uma categoria técnica específica.

A noção de tipo de documento, impõe-se assim como uma evidência natural, não parecendo exigir grandes desenvolvimentos. Por isso, sem nos determos numa apresentação pormenorizada das diferentes tipologias de

documentos que, no quadro das Ciências da Documentação e da Informação se podem estabelecer em função de diversos critérios (suporte, organização gráfica e editorial, conteúdo intelectual, características documentais e/ou biblioteconómicas, etc.), referimos, na perspectiva do utilizador, que os documentos são basicamente de três tipos: documentos primários, se veiculam directamente os resultados do trabalho e produção intelectual, (ex. monografias, ensaios, trabalhos científicos...) documentos secundários, quando têm por função divulgar em maior escala e em segunda "mão" os primeiros, por referência (relatórios e outros trabalhos e estudos que se desenvolvem sobre e a partir daqueles) e documentos terciários, se dos anteriores constituem apenas referências de referências (ex. glossários...).

Por sua vez, fonte (história) é todo o dado procedente do passado, isto é, restos e tradições, que podem apresentar-se sob múltiplas formas - desde a escrita, manuscrita e/ou impressa, à iconográfica, oral e material e suportes consoante as tecnologias e técnicas da sua produção. Quanto às fontes, e em aproximação com a tipologia anterior, apresentamos a seguir, panorâmica sucinta dos principais tipos de fontes históricas e documentais que, sob o ponto de vista "do conhecimento situado", mais poderão interessar ao entendimento e à gestão do património documental na perspectiva da história das populações e no seu interface com o turismo cultural. Assim, e se utilizarmos um critério interno (por ex. o proposto por Heuss), podemos classificar as fontes em dois tipos: **restos e tradições**, sendo estas últimas, fontes que têm origem na intenção de servir ao futuro conhecimento histórico, enquanto os restos são traços, marcas, vestígios de situações e acontecimentos alheios a essa intenção.

Podemos classificar as fontes em quatro categorias, de acordo com o esquema de Artelt, isto é, tendo em conta as suas características externas:

**fontes escritas** - manuscritas e impressas - onde se inclui todo o tipo de documentos públicos e privados, imprensa científica, memórias, cartas, etc., (ou seja documentos primários), e ainda, de modo indirecto, todo o tipo de literatura produzida com esses e outros materiais (isto é, documentos secundários e terciários);

**fontes iconográficas** - testemunhos gráficos, tais como medalhas, fotografias, pinturas, gravuras, mapas, vídeos, etc.;

**fontes materiais** - restos materiais de

toda a espécie relacionados com qualquer actividade humana, que incluem objectos científicos, técnicos, artesanais e populares, restos humanos, casas, ruínas, paisagens trabalhadas, aplicações laboratoriais, etc.

**fontes orais** - resultantes da transmissão oral ou registos de observação directa, tais como os designados "arquivos de palavras"

### Fontes e Documentos para a História das Populações

No domínio específico da Demografia Histórica e da História das Populações, directamente relacionado com a história local, os estudos de microanálise e a microhistória que permite passar de um conhecimento local ao global, têm importância de relevo as biografias, genealogias, prosopografia e estudos de comunidades .

As fontes mais regularmente pesquisadas são, para além dos livros de registos paroquiais, designadamente assentos de baptismos, casamentos e óbitos, Róis de Confessados, Livros de Registos de Capelas (missas ou sepulturas), Livros de Irmãos, estatutos, contas e outros assuntos das Confrarias, Livros de Usos e Costumes das Paróquias, Capítulos de Visitações e Devassas, Inquirições De Genere, Livros das Décimas, Livros de Testamentos, Tombo de Bens e Propriedades, Arquivos Privados de Casas Agrícolas, de Famílias, de Empresas e de outras entidades, arquivos dos governos Civis, Passaportes, registos de Estrangeiros, arquivos municipais, arquivos de Misericórdias, Arquivos Notariais, geralmente dispersos por vários cartórios e que remetem geralmente para escrituras de doação e dotes de casamento, podendo permitir investigar e compreender os processos de sucessão às chefias de casas e as estratégias de repartição de patrimónios fundiários e outros, etc.

Perpassa directa ou indirectamente em todas estas fontes escritas para o estudo das populações do passado e para o conhecimento ancorado das nossas identidades, a dimensão do quotidiano na sua historicidade própria. Ora o estudo da vida quotidiana das populações nas sociedades contemporâneas, altamente regulada pelos *mass media*, requer a utilização e pesquisa de outros tipos de documentos e fontes que se assumem não só como fontes de informação mas também de estruturação do quotidiano e onde se incluem as fontes audiovisuais, as fontes literárias que, tomadas com as necessárias e adequadas precauções podem fornecer um rico conjunto de

informações sobre facetas psicológicas e mais íntimas do quotidiano, e as fontes orais cuja informação está muitas vezes ausente de outros documentos ou que cruzada com a de fontes escritas pode constituir um meio importante de verificação de hipóteses previamente enunciadas, e ainda ajudar a confirmar ou infirmar quadros analíticos inicialmente construídos a partir de fontes escritas<sup>45</sup>.

Para além desta panóplia de fontes em que destacam as de tipo nominativo (registos paroquiais, registo civil, róis de desobriga, etc.), na demografia histórica e nos estudos de população, campos científicos marcadamente formalizados, mas também noutras áreas do conhecimento social, utilizam-se frequentemente outros tipos de informação disponíveis como as estatísticas oficiais – recenseamentos, dados estatísticos sobre movimento da população – e mais recentemente Inquéritos e Estatísticas Mundiais sobre diversos problemas, situações, populações e grupos de indivíduos que constituem informação pormenorizada de diversa natureza recolhida e produzida através da aplicação de diferentes metodologias das ciências sociais – inquéritos, entrevistas, trabalho de terreno sociológico, observação participante e trabalho de campo, etc. - com objectivos científicos e/ou políticos prévia e claramente definidos.

Os dados estatísticos pressupõem sempre a classificação dos indivíduos ou casos observados em categorias homogéneas – categorização prévia de que dependem as quantificações e operações de cálculo.

Por sua vez a informação resultante das entrevistas é, no quadro dos estudos de população posteriormente agregada por exemplo sob a forma de recenseamento.

A análise da validade da informação recolhida obtida por inquérito e/ou por entrevistas com informantes, como aliás a de qualquer outro tipo de fonte oral ou escrita, torna assim indispensável a construção e definição de quadros conceptuais e metodológicos que tomem por requisito básico a abordagem interpretativa e crítica dos modos, quadros e processo de produção socio-histórica e cultural das fontes e documentos que introduzimos a seguir.

## **3.2. Contextos de produção socio-histórica de fontes e documentos**

### **3.2..1. O 'Nome' e o 'Como' – a perspectiva da micro-história e o "excepcional normal" do paradigma indiciário**

A distância entre matérias – primas (fontes de arquivo) e possibilidades da sua exploração foi particularmente acentuada com a história quantitativa que requer investigações quantitativas em grande escala, equipas de investigadores numerosas e investimentos financeiros consideráveis<sup>46</sup>. São exemplos da vitalidade desse tipo de história que continua a praticar-se mas hoje já não como género dominante, os inúmeros estudos produzidos um pouco por todo o lado, estudos macro, em larga escala e envolvendo longas séries completas sobre a história da propriedade, dos preços, da população. A este poderoso instrumento de pesquisa que é a história serial de longos períodos se ficam a dever apreciáveis contributos para o conhecimento, como por exemplo a descoberta da mutação estrutural das crises demográficas, mortalidade do séc. XVII, crises de morbilidade do séc. XVIII. O imperativo da formalização, da medida e do cálculo é aí dominante, aspecto que, na perspectiva de uma história cultural de horizontes mais amplos, merece uma reflexão teórica sobre o seu processo de produção, bem como das fontes históricas em que se exerce esse imperativo, o que se fará adiante.

Entretanto, também segundo a perspectiva da micro história invocada aqui essas investigações quantitativas de longa duração podem distorcer e obscurecer os factos. Preços, meios de subsistência e mortalidade são questões que têm significado no curto prazo, pelo que passaram para primeiro plano outros temas e tipos de investigação caracterizados por análises mais próximas dos fenómenos, circunscritas, por exemplo a pequenas comunidades, grupos de famílias, ou mesmo indivíduos singulares. O que se deveu a motivos de ordem interna à disciplina da história, mas também por razões exteriores a ela, destacando-se nestas últimas, a vaga crescente de reconstituições microanalíticas e microhistóricas ligadas a dúvidas crescentes sobre certos processos macro-históricos, como por exemplo, as crises ecológicas inerentes aos modelos de crescimento económico e que passaram a impôr-se como preocupações

generalizadas.

Passam então a destacar-se os temas do privado, do pessoal e do vivido propostos pelos movimentos feministas – as mulheres constituem o grupo que mais tem pago os elevados custos do desenvolvimento da história humana. Assiste-se a uma relação cada vez mais estreita entre história e antropologia, no estudo das relações de parentesco, da cultura material, desde os rituais simbólicos até à magia.

Mas a convergência entre história e antropologia foi tendo de superar obstáculos como a diversidade da documentação utilizada pelas duas disciplinas: por exemplo, a complexidade das relações sociais reconstituída pelo antropólogo na observação participante do seu trabalho de campo contrasta com a unilateralidade dos depósitos de arquivo com que trabalha o historiador. Considere-se por exemplo, a fragmentação das fontes: os registos paroquiais e civis apresentam-nos os indivíduos enquanto nascidos e mortos, pais e filhos; os registos cadastrais enquanto proprietários ou usufrutuários; os autos, enquanto criminosos, autores ou testemunhas de um processo. Corre-se assim o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma determinada sociedade. Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepôr-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos.

Ora o fio que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome.

A utilização do nome para abrir novos campos à investigação histórica não é nova. A demografia nominal (a partir do estudo de Louis Henry sobre a população de Crulai, paróquia normanda) muda a perspectiva e aponta novo objecto de pesquisa no âmbito da duração histórica – a reconstituição de famílias.

Mas o método onomástico está muito para além das fontes estritamente demográficas. Nos registos paroquiais há dados e referências directas a membros das famílias e da comunidade, nomes de casas agrícolas, propriedade, etc. podendo o nome funcionar como guia para outras fontes/arquivos (ex. cadastrais que informam sobre a área da propriedade, produção agrícola, etc. e particulares que informam sobre mobilidades geracionais e modos de constituição de elites locais<sup>47</sup>), isto é dados seriais, em geral de período curto com que é possível reconstruir

entrelaçados de conjunturas. Claro que o trajecto pode começar em qualquer ponto da cadeia. Por exemplo, para certos estudos o melhor ponto de partida não é o nome, o arquivo paroquial, mas sim por exemplo o da propriedade, a partir de autos notariais, para estratégias familiares e de aliados, ou então as autorizações de casamentos em arquivos eclesiásticos e episcopais para o estudo de elites políticas e culturais.

As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, redes, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social e cultural em que o indivíduo está inserido.

Tal investigação é possível também aplicada a indivíduos de estratos sociais de elevada mobilidade geográfica. Um controlo bibliográfico pode fazer aparecer tratados de arte médica, listas de clientes, manuais de música, cartilhas e muitos outros de diversa natureza. Pouco a pouco emergem biografias embora fragmentárias e a rede de relações que as circunscrevem.

Trata-se de investigações prosopográficas que permitem estudar/conhecer estratos obscuros das sociedades tomando o *nome* como fio condutor. Podem cruzar-se elementos de informação qualitativos adequados ao estudo de elites sociais, culturais e políticas com dados e estudos de natureza quantitativa dirigidos ao estudo de agregados sociais mais amplos, e desembocar em metodologias de *estudos de caso*. O problema é então o de seleccionar na massa dos dados disponíveis os casos relevantes, significativos, o “excepcional normal” (Edoardo Grendi) isto é, o que designa documentação que só aparentemente é excepcional, mas também grupos minoritários, excepcionais por se revoltarem contra comportamentos das maiorias ou em relação a elas serem marginais. Estes e outros casos marginais do género põem em causa o paradigma e contribuem para fundar novos e mais ricas formulações dos problemas e temas de estudo. Funcionam como “espias” ou indícios de realidades ocultas que a documentação de um modo geral e na sua não questionada linearidade, não deixa transparecer. Chegamos assim à história que os homens não sabem que fazem para a qual decisivamente concorrem métodos e metodologias de análise histórica e social como a reconstituição de paróquias, a micro-análise, a micro-história que privilegiam o indivíduo, o local, o concreto como ponto de partida ou ainda como os estudos de caso alargado que pelo recurso por exemplo à representatividade, permitem ultrapassar velhas

dicotomias como local/global, micro/macro, indivíduo/social, particular/geral.

### **3.2.2. Do 'Cultural' - a perspectiva de história cultural na interpretação de fontes e documentos**

A análise dos contextos sócio- históricos e modos de produção de fontes e documentos para a demografia histórica e estudos de populações tem permitido detectar, particularmente em dados demográficos, algumas fontes de erro que decorrem de três situações específicas – erro aleatório de amostragem; simplificação excessiva do modelo de referência e erros de resposta<sup>48</sup>.

Para além deste aspecto importante a ter em conta, há ainda as problemáticas da interpretação da informação de base.

A própria produção dos dados em situação de entrevista individual é influenciada pela distância social e diferenciação cultural dos organizadores dos inquéritos e/ou guiões de entrevista, entrevistadores e entrevistados, o que é factor dos chamados "erros na fonte", sobretudo se esse aspecto não for previamente acautelado através de procedimentos conceptuais e metodológicos. Situação que se coloca logo à partida, antes mesmo de os dados serem sujeitos às operações de agregação e homogeneização necessárias para elaboração de censos ou produção de estatísticas demográficas pelos organismos oficiais, hoje prática de administração política generalizada no mundo ocidental. Muitos são os exemplos deste tipo de erros nas fontes apresentados na literatura científica da área da sociologia, da demografia e de outras ciências sociais ou que podem ser detectados numa análise crítica da informação estatística e demográfica frequentemente divulgada nos órgãos de comunicação social e massmedia.

E mesmo quando estes contextos são idênticos e os processos de recolha homogeneizados e sujeitos a critérios rigorosos de classificação, a informação relativa por exemplo a "casas", "famílias", "declarações de idades" de "profissões", só parcialmente permite a comparabilidade exigida pelos estudos demográficos devido à existência de diferenciações culturais que não são redutíveis aos critérios de normalização – organização e classificação – estabelecidos pelas organizações produtoras de informação.

Assim, contextos diferentes podem gerar

dados e interpretações duvidosas, pelo que é importante conhecer bem a contextualização e os processos especificamente criados para obter dados e até os implicados pela agregação da informação, o que pode por sua vez permitir conhecer outros aspectos de interesse na relação entre populações inquiridas e organizações e instituições promotoras da recolha de dados e produção de informação.

Ora estudar estes aspectos, ou pelo menos tê-los em consideração, no que se refere a populações do passado levanta problemas especiais até porque essa informação não é directamente apreensível. É no entanto possível e importante procurar compreender as condições em que as fontes são geradas, como adiante se procura ilustrar com a introdução ao estudo da Leitura Nova Manuelina.

Sendo fragmentárias, como as fontes históricas, as informações de que dispõe o cientista social do passado, investigador de história ou outro, tem de reconstruir a massa de informações dispersas, a partir de quadros teóricos e processos metodológicos, por forma a puder atribuir-lhe sentido científico. O que o obriga a proceder a inferências sobre os processos que estuda a partir dessa informação, trabalho que é tanto mais conveniente, quanto conseguir rejeitar, como na estratégia dos testes estatísticos, hipóteses não confirmadas e for capaz de sustentar, "provar" hipóteses alternativas mais sólidas e consistentes para explicar os fenómenos em estudo e não propriamente "resultados verdadeiros". Tornar-se assim possível atribuir sentidos a informação reconstituída a partir de fontes históricas designadamente nos campos da micro- história, micro- demografia, micro- sociologia, antropologia que permitem com maior facilidade de controlo estabelecer a pertinência da esfera do cognitivo na organização das relações sociais e da reprodução biológica e social<sup>49</sup>.

Dito de outro modo. É importante assumir perspectivas da história cultural em estudos comparativos dos conceitos de população que permitam estabelecer sub-populações em função das diferentes representações e interesses das organizações e grupos. Tanto mais quanto as fontes em geral usadas nos estudos de demografia histórica e, por exemplo, também nos de história da família foram produzidas obedecendo a interesses não coincidentes das próprias instituições, organizações ou grupos produtores - Igreja, Estado, administrações locais, confrarias, agremiações e grupos profissionais, etc. -, situação que em Portugal é mais evidente a

partir de 1834 com a implantação do liberalismo e sobretudo depois da nova lei de 19/8/1859 e legislação subsequentemente publicada até 1861, relativas ao regime paroquial.

Os registos paroquiais serviam, desde a sua origem, a necessidade principal de controlar o comportamento da população católica face aos preceitos da instituição Igreja e autoridades eclesiásticas. Assim, por exemplo com as crianças os dados mais importantes de registo eram os do baptismo e não os do nascimento, uma vez que sendo muito elevados os níveis de mortalidade infantil, especialmente neonatal, até ao séc. XIX em certas regiões da Europa, a morte frequente da criança antes ou logo a seguir ao baptismo a removia da população católica “em risco” de vir a integrar ritos próprios de fases posteriores no ciclo de vida<sup>50</sup>. Esta atitude, cujos resultados são hoje vistos por certos historiadores, em matéria de crítica das fontes, como sub-registo ou deficiências de registo pode assim explicar-se como determinada pela função essencial que o registo das populações tinha para a Igreja.

Ainda a este propósito, um outro aspecto importante a considerar é o facto de o padre em certas comunidades menos alfabetizadas ser dos poucos detentores de expressão escrita, pelo que a determinação rigorosa de datas ou idades para localização no tempo, ao longo do ciclo de vida de cada habitante da comunidade local, é feita por referência aos acontecimentos que são objecto de registo por parte do pároco, depositário do registo biográfico de cada indivíduo, podendo assim manipulá-lo mais facilmente como por vezes aconteceu, por exemplo em meados do séc. XIX, registando rapazes como sendo raparigas para facilitar a fuga ao recrutamento militar hostil às populações. Por essa altura o Estado liberal legislou para tornar obrigatório o registo em impressos próprios e em duplicado para garantia de maior rigor nos dados, tornando também obrigatório o registo das idades dos cônjuges e das idades ao óbito para ser possível determinar também os que usufruíam de direitos políticos – serem eleitores ou elegíveis – ou estavam obrigados a deveres cívicos – homens sujeitos a recrutamento militar – e também para tornar possível a elaboração pelo Estado de informação estatística oficial, como por exemplo a distribuição dos óbitos por idade, etc.

O sucesso destas medidas iria depender porém da capacidade e vontade dos párocos para aplicá-las e ainda para expressar as informações assim requeridas. Explica-se assim, em grande medida, a ausência ou deficiência

de resposta aos itens da informação pedida – negligência ou erro do pároco ou da pessoa objecto do registo. O que pode também, por outro lado, ser revelador da especificidade cultural que o pároco apenas parcialmente conseguia reduzir às categorias só supostamente aplicáveis a todo o território caracterizado no entanto por situações diferentes, como por exemplo se evidencia no registo de profissões no Minho e Noroeste do país no caso dos proprietários, lavradores – caseiros que sugerem representações dos grupos sociais fundados em critérios ligados ao tipo de actividade, mas também à propriedade e estabilidade do vínculo com a terra e posição na hierarquia social local.

Em síntese, o “registo paroquial” que em Portugal existe desde o séc. XVI<sup>51</sup>, e tem vindo a ser sistematicamente explorado desde início da década de 1970 pela Professora Norberta Amorim em Estudos de Demografia Histórica, com aplicação da “Metodologia de Reconstituição de Paróquias” da sua autoria<sup>52</sup>, surge-nos no contexto desta análise como o resultado de uma transacção entre categorias e representações da realidade social impostas por autoridades e organizações interessadas, sobretudo em obter informação agregada e homogeneizada. São os agentes locais os responsáveis pela elaboração da informação de base, que partilham visões do mundo circunscritas a populações e territórios determinados, que geralmente geram informação não redutível às categorias impostas de cima, e assim, porta vozes detentores da escrita e competências perante as autoridades exteriores, fazendo chegar até nós fragmentos do seu universo cultural e das suas representações do mundo social<sup>53</sup>.

Outro exemplo esclarecedor da importância da dimensão socio-cultural na análise interpretativa das fontes que se tem vindo a realçar, é o dos “róis de confessados” existentes em muitas paróquias de Portugal e em muitas outras regiões da Europa Católica, os quais, como salienta Norberta Amorim, são uma “radiografia da estrutura familiar duma paróquia para os anos a que se reportam”<sup>54</sup> permitindo uma análise transversal e instantânea de uma dada comunidade, ao contrário do registo paroquial dos actos vitais dos indivíduos que facultam o estudo de comportamentos numa sequência de gerações, num sentido longitudinal. O cruzamento destes dois tipos de fontes favorece a análise crítica documental respectiva, garantindo maior segurança aos estudos da mobilidade, por exemplo.

Os róis de confessados são também fontes

eclesiásticas, sécs. XVIII e XIX, que elaborados fogo por fogo, rua a rua, lugar a lugar, num tempo anterior às festas da Páscoa e decalcados por vezes sobre o rol anterior actualizado, registam blocos de nomes de grupos co-residentes que constituem "fogos". Ora no que respeita a esta categoria de "fogo" não se sabe ao certo se era uma unidade de cobrança de direitos paroquiais (fogo eclesiástico) ou de residência (fogo civil). Neste último caso a definição estaria mais próxima do interesse do investigador demógrafo quanto à fiabilidade das contagens que necessita, ou do historiador das populações.

No primeiro caso, cada pessoa (viúva ou solteira) com recursos, é contada como um fogo quer viva numa habitação separada ou com outros na mesma habitação. Havendo até senhorios e caseiros que vivem na mesma casa e conservam fogos separados. Estes aparecem nas listas com o mesmo número mas separados por uma linha em branco. Noutras zonas casais separados podem viver na mesma casa com cozinhas separadas podendo aparecer na lista no mesmo número de casa mas constituindo de facto e em razão da comensalidade fogos separados. É por isso importante realçar que o modo como o padre elabora a lista, como numera as casas, os espaços em branco entre blocos são pistas importantes para compreender a relação entre casa, família e residência em contextos particulares mesmo quando as fontes não tenham informação explícita sobre o problema.

Nestes casos o material etnográfico e os estudos antropológicos podem ajudar a evitar pistas falsas resultantes da excessiva confiança na "transparência" das fontes e sua natureza de "prova" tantas vezes baseada na ingénua crença da "bondade" das mesmas, que podem conduzir a uma aceitação acrítica de pressupostos não verificados, permitindo ao mesmo tempo chamar a atenção para a riqueza potencial da informação contida na própria forma como as fontes são elaboradas e apresentadas, incluindo-se aí as confusões, dúvidas, hesitações reveladas pelo agente produtor do documento ao longo do processo da sua criação sociohistórica.

Em conclusão, para além da qualidade dos registos e da correcção de omissões e deficiências das fontes, é importante alargar a crítica das fontes para lá destes problemas clássicos da investigação em demografia histórica e história das populações e em particular história da família.

Embora a observação directa do processo de elaboração das fontes no que se refere a

populações do passado nos esteja, em larga medida, vedada, a informação contida nos trabalhos de antropologia e em materiais etnográficos, alargando os horizontes à história cultural, sugerem interpretações plausíveis da dimensão cultural do processo de produção das fontes, o que é uma vantagem a não descurar em domínios como os atrás referidos, onde o imperativo da formalização, da medida, do cálculo.

Defende-se portanto uma vigilância epistemológica a "juzante" dos dados utilizados e uma vigilância epistemológica a "montante".<sup>55</sup>

### 3.3 PATRIMÓNIO DOCUMENTAL NACIONAL – Do Portugal Quinhentista à Contemporaneidade.

Retomemos de novo a noção de "bem cultural" que como atrás vimos tem vindo recentemente a sobrepôr-se à de bem patrimonial, verificamos, no quadro do direito em que esta matéria e as questões ligadas à sua custódia e tutela, melhor se colocam, que o interesse histórico não é suficiente.

Os documentos "*só têm cabimento sob a tutela cultural se possuírem, para além do valor histórico, um mérito artístico (relativo à forma e não ao conteúdo do documento)*". Os documentos de valor exclusivamente histórico encontram-se, por seu turno sujeitos a outro regime de tutela, o "arquivístico", que tem, de resto, muitos elementos em comum com o ordenamento da tutela cultural dos bens de interesse artístico e histórico".

Uma categoria particular de bens protegidos é constituída pelas colecções, que podem ser submetidas ao regime de tutela atendendo ao valor de conjunto e não dos elementos individuais que o compõem. Assim, uma colecção pode ser considerada merecedora de protecção, independentemente do valor dos elementos individuais nela reunidos.

*A tutela das colecções apresenta um aspecto muito especial que vem juntar-se ao ordenamento geral dos bens culturais, na medida em que impõe ao proprietário uma obrigação de não desmembramento, traduzida numa limitação à livre disponibilidade dos elementos individuais que a compõem*<sup>56</sup>.

Nas rubricas que se seguem podemos encontrar ilustração mais pormenorizada das considerações anteriores.

Os dois exemplos adiante sumariamente apresentados, representativos de duas abordagens por nós feitas ao tema - **Património Documental** : do Portugal

Quinhentista (o património arquivístico como facto religioso e nacional) a um passado recente (o património bibliográfico como facto científico) - permitem esboçar os contornos desta problemática nacional cujo estudo sistemático e aprofundado se nos impõe, através do desenvolvimento de outros estudos de caso a empreender de que refere a título indicativo a Biblioteca Lusitana de Diogo Barbosa Machado/ Abade de Sever (facto administrativo) ou a colecção de os Cadernos Azuis (Porto, Civilização) de Manuel de Azevedo (facto cultural e científico), que poderão vir a ser objecto de publicação em volume posterior e complementar deste.

### **3.3.1. PATRIMÓNIO ARQUI-VÍSTICO : A LEITURA NOVA MANUELINA (1504- 1528)<sup>57</sup>**

O que nos desafia, ao propormo-nos, ambiciosamente, iniciar uma (re)leitura da "Leitura Nova", sobre a qual muitas interpretações se encontram já estabelecidas quer no domínio arquivístico, desde o polémico relatório (1526) do seu mais representativo director geral, o guarda mor da Torre do Tombo, Tomé Lopes, quer no campo historiográfico desde o séc. XIX, com o primeiro relato histórico da Leitura Nova de João Pedro Ribeiro, em 1819, e em 1846, as primeiras referências ao seu interesse artístico<sup>58</sup> ?

O que na "Leitura Nova" é antigo? Os documentos principais dos primeiros 300 anos da coroa portuguesa? Certamente, ainda que não desconheçamos as críticas de (in)autenticidade<sup>59</sup> ou manipulação documental implícita nos critérios adoptados na determinação régia da sua escolha e operação gigantesca de tresladação metódica e organização classificada<sup>60</sup>.

O que na Leitura Nova é novo ao tempo da longa duração em que decorre a transcrição da enorme massa documental que integra? Ou o que na Leitura Nova desafia ainda a novidade no nosso tempo?

A *Leitura Nova*<sup>61</sup> - colecção de 61 códices de pergaminho- é constituída por milhares de cópias de importantes documentos antigos de diversa tipologia, organizados por comarcas e assuntos e dotados de índices para mais fácil acesso. Esta colecção de livros com belas iluminuras de estética renascentista italiana, é uma obra representativa da acção centralizadora manuelina. Reputada de grande valia simultaneamente diplomática, histórica, linguística e artística, significa ainda hoje uma

das mais valiosas e importantes colecções do património arquivístico e bibliográfico do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo<sup>62</sup>, ele próprio objecto, enquanto arquivo do reino, da acção reorganizadora e reformadora de D. Manuel.

Ao abeirarmo-nos desta colecção, deparamo-nos com camadas textuais sobrepostas lidas em quatro momentos decisivos - o da sua escrita, o da sua velha leitura, o da leitura nova e o nosso próprio momento. Sabendo-o, talvez nos constituamos no dever de, pelo menos, proceder perante ela, do modo que ela nos ensina, um modo novo que incorpora no entanto, o antigo. Novo, desde logo no quanto novo possa trazer em maior clareza e clareza. Devemos, pois, reconstituir o que tem de Nova a Leitura então realizada? Ou proceder a uma Leitura Nova que incorpore, suscite uma multiplicidade de acessos de tipo novo à Leitura? Ambas?

Os modos de escrever a história - que não está condenada a uma escolha entre factos insignificantes e significações arbitrárias - variam tanto quanto as maneiras de constatar factos e pensá-los<sup>63</sup>, importante desafio que esta colecção nos lança, tanto mais quanto, a nosso ver, ela própria o encerra.

Pela pluralidade e hibridismo dos discursos que a Leitura Nova encerra - um discurso visual estético manuelino que ilumina a transcrição de um acervo documental medieval e quatrocentista de invulgar importância para o estudo social e económico de Portugal - pode ser vista como representativa do simbolismo e do pragmatismo da escrita do poder político. Partindo de um contexto historiográfico geral esboçado e tendo em atenção as múltiplas perspectivas abertas ensaiamos uma outra leitura da Leitura Nova, interrogando-nos sobre o seu significado hoje, na nossa perspectiva interessada em questões de património documental, história social e cultural e história das populações. Estamos em presença de um texto visual pós - medieval com características intrínsecas de modernidade? Ou, num olhar retrospectivo, perante um exemplar notável de Património documental total, no moderno sentido do termo ainda em recente construção? Ou ainda, segundo uma óptica imprevista, que se poderá julgar bizarra e anacrónica, face a um hipertexto/hipermedia quinhentista? O Património Documental, conceito que nos propomos aqui abordar, tomando por referência o ainda hoje e a vários títulos notável empreendimento manuelino da Leitura Nova integra duas noções complexas. Cobre de maneira necessariamente vaga todo o tipo de

“bens” e “tesouros” documentais – bibliográficos e arquivísticos – considerados mais significativos do passado, incorporando assim uma estratificação complexa produzida no decurso de uma longa e caótica história das nossas sensibilidades ao passado. É isto que metodologicamente nos interessa investigar com a ajuda de textos e referências históricas (des)conhecidas, esquecidas e /ou invisibilizadas: desconstruir, pesquisando origens, fundamentos e implicações do conceito, para proceder depois à sua progressiva reconstituição sociohistórica, quanto a nós imprescindível a uma melhor compreensão, maior estima e fundamentada preservação e divulgação do mesmo.

Prosseguir nesta perspectiva <sup>64</sup> estudo exploratório, ainda por fazer, da construção social e histórica do Património Documental português o qual se caracteriza por uma abrangência, profundidade e amplitude maior e renovada dos conteúdos e significados clássica e diferenciadamente atribuídos ao nosso Património Arquivístico e Bibliográfico <sup>65</sup>, cujo processo de construção sociohistórica, cumulativo, mas não contínuo e linear, importa reconstituir, divulgando-lhe significado e sentido histórico-culturais - factor essencial de afirmação colectiva, cívica e coesão identitária. Paradigmático para desenvolvimento deste argumento, afigura-se-nos o caso da Leitura Nova régia de D. Manuel I (1504-1521)<sup>66</sup>, medida ímpar de organização e preservação arquivística à época e ainda hoje, notáveis.

Iniciada sob determinação de D. João II por instância última dos povos reunidos em cortes, esta monumental e sumptuosa colecção de 61 “livros”- pesados e volumosos códices do melhor pergaminho da época, muitos deles artística e primorosamente iluminados -, onde se conservam as cópias manuscritas e autenticadas dos mais antigos e essenciais documentos do reino desde a sua fundação até D. João III com quem termina 49 anos depois do seu início, é enriquecida pelos respectivos índices, sistemática e metodicamente elaborados segundo plano de classificação previamente estabelecido por D. Manuel I, monarca que, na alvorada da era da imprensa, efectivamente deu o impulso decisivo a este empreendimento, com a preocupação de estabelecer o que poderíamos hoje chamar de Estado da Memória e Memória do Estado<sup>67</sup>.

Numa perspectiva socio - histórica, pela organização dos instrumentos necessários à escrita, conservação e mais fácil transmissão de “conservada memória”, esta obra deve ser lida como uma tomada de consciência da

própria história, uma sua nova leitura e, nessa medida, interpretada como dispositivo mediador, menos visível mas não menos relevante para compreender o processo de construção do Estado Moderno.

Integrando estes dois tópicos numa abordagem à reorganização arquivística dotada de sistematização, homogeneidade e continuidade que esta acção também significa, ensaia-se nesta comunicação uma nova leitura - como se de um moderno mecanismo hipertextual se tratasse - da Leitura Nova Manuelina. Assente na sua descrição perseguem-se os seus múltiplos significados hoje possíveis, numa tentativa de articulação da Leitura Nova com a noção estratificada de Património Documental, cuja construção histórica e social, numa síntese reflexiva, se pode encontrar, nas dimensões essenciais que o caracterizam - facto monárquico, familiar, nacional e administrativo - porque, em nossa opinião, estão já contidas em crisálida na Leitura Nova, se interpretada neste âmbito. Daí que se advogue a sua divulgação alargada através de um sistema de hipertexto/hipermedia - instrumento de navegação documental, que há mais de 50 anos se desenvolveu a partir da micro-informática, como utensílio de gestão, pesquisa e arquivo de informação que permite o acesso, consulta e manipulação, em simultâneo, de diferentes tipologias de documentos (textos, gráficos, imagens, etc.) de um modo mais livre, não necessariamente em sequência linear, facilmente relacional. Adaptado aos meios actuais de comunicação electrónica e em rede, favorece as pesquisas multidimensionais e multivariáveis, reversíveis e memorisáveis e, consequentemente, a aquisição e a invenção de conhecimentos, proporcionando a nova leitura da Leitura Nova que esta suscita, enquanto arquivo manuscrito onde, em texto, formas, e imagem, se estampa e se preserva a diversidade do nosso passado.

A verificação interpretativa da Leitura Nova como paradigma de património cultural, histórico e documental exige que a exploremos também, como exemplo simultâneo de cultura política (designadamente ao nível da reforma arquivística notável que antes de mais suporta) de mudança social e evolução da cultura artística (como as análises temáticas e estilísticas dos seus reportórios iconográficos e textuais, têm mostrado). Aqui é o quadro da sociologia histórica das práticas culturais, forma consistente de renovação da história social, que serve à nossa proposta de nova leitura da Leitura Nova, a qual nos permite o questionamento crítico da ideia de “fonte

histórica” enquanto mero testemunho da realidade, da própria natureza da história enquanto disciplina e do ofício de historiador, revisitando tensões que recorrentemente atravessam a nossa prática de investigação entendida como prática social historicamente ancorada e teoricamente sustentada.

### **Ordenança, tabuadas e títulos da Leitura Nova - acesso documental e aproximação à “Fonte” Leitura Nova**

*Intransponível reserva de fontes históricas para os estudos medievalistas mas também para a História das populações, sociedade e economia da Idade Moderna, assim nos apresenta Vitorino Magalhães Godinho<sup>68</sup> a Leitura Nova, depois de lhe descrever alguns dos títulos dos 61 livros<sup>69</sup> cuja origem histórica e importância historiográfica sinteticamente apresenta ( Registos de cópias feitas, a partir de 1504, durante os reinados de D. Manuel e D. João III, até 1552, num total de sessenta códices). (C)onquanto a sua lição nem sempre seja de confiança (no que respeita aos textos mais antigos), não podemos deixar de recorrer a este trabalho monumental, bem no espírito da reorganização manuelina, visto que muitos dos originais, da Idade Média e de Quinhentos, já não existem, ou porque foram destruídos, ou porque desapareceram ou se estragaram. Particularmente importantes para o estudo social e económico da metrópole”.*

Numa linha de coerência da lógica arquivística e simbologia do poder real, a ordenação dos documentos e livros da Leitura Nova começando pelas comarcas portuguesas, segue um percurso geo - histórico elucidativo da visão política e prioridades psicológicas do Monarca. As três primeiras grandes séries são as das três grandes comarcas/províncias do Reino, de Norte para Sul, encadeamento começado porém, pela pequena Estremadura, no centro do país, à beira do Oceano, mas para D. Manuel comarca mais importante por razões familiares, pessoais e políticas. O que pode explicar que os livros da Estremadura e Odiana (21 livros num total de 61 livros), ocupem 33% da Leitura Nova, reservando para si 45% das iluminuras monumentais.

A ordenação das comarcas reproduz, por sua vez, a progressão histórica da Reconquista de D. Afonso Henriques, numa referência explícita ao Fundador, na mesma lógica manuelina de encomenda das crónicas dos Reis, luxuosas (António de Holanda, iluminista da L.N. e Duarte Galvão, encarregados da de Afonso

Henriques) e da evocação primeira de figuras míticas e grandiosas de um passado lendário em contacto directo com Deus (Batalha de Ourique em 1139 e referência implícita à passagem aí do Tejo e Odiana). Nesta ordenação, D.Manuel retraça o percurso da Reconquista, através das quatro comarcas até à unificação do país - Liv<sup>o</sup> Místicos - , retoma depois o rumo dos descobrimentos - Liv<sup>o</sup> das Ilhas - e dos contactos com outros povos, países, continentes - Liv<sup>o</sup> das Extras.

A coerência da organização arquivística da L.N. dentro de uma visão que liga simultaneamente todas as partes do país, a História dos Reis, os Descobrimentos, a nova política monárquica, os instrumentos do poder régio- Liv<sup>os</sup> dos Mestrados, Padroados e Legitimações – tudo sob a poderosa vontade de criar a nação à imagem do monarca.

O arranjo metódico das primeiras onze séries (47 dos 61 vols., i.é, 77% da L.N.) corresponde ao modo como D. Manuel concebe a sua posição no contexto do desenvolvimento da nação e do mundo. Corresponde também à forma nacional que pretende impôr à realidade e à história na nova consciência, já não feudal e regional mas nacional, dos Portugueses.

A inexorável lógica interna de ordenação arquivística dos Livros indicia um percurso mental que se percebe na numeração “científico-técnica” das cotas da Torre do Tombo, numa poderosa visão embrionária que se irá tornar credo colectivo. De facto, essa visão, aumentada e ampliada pelo poeta e humanista eborense André de Resende, tornar-se-á no fabuloso mito pátrio manuelino e resendiano que 50 anos depois da morte de D. Manuel, Camões irá divulgar em linguagem natural, língua comum/vulgar nos Lusíadas, obra, por sua vez, de inegável importância para a criação do mito nacional – 5<sup>o</sup> Império Lusitano – mitologia da ascensão nacional “pluricontinental” que D. Manuel começa por atribuir a si próprio logo no começo do texto de cada frontispício da L.N., numa clara afirmação de poder régio e de uma vontade de criar a Nação à sua imagem.

Colecção de materiais de memória colectiva e de história, a L.N. permite-nos assim também enquanto tal, repensar as próprias noções de memória, história e documento.

Com esta importante salvaguarda ensaiamos, na ampla e fragmentária óptica da História das Populações, a exploração e releitura do significado dos índices da Leitura Nova – os primeiros instrumentos de pesquisa e acesso aos documentos da Torre do Tombo -, bem como a transcrição e análise mais

pormenorizada dos índices dos livros de Extras, Ilhas e Além Douro, na perspectiva da reactualização e renovação do seu interesse enquanto fontes de cruzamento importante com outras fontes para a construção de uma renovada história das populações em Portugal num contexto europeu, no período de Quinhentos.

*Antes e para além de produto histórico, objecto simbólico e património documental, a Leitura Nova é uma monumental massa documental de numerosos registos de disposições régias e actos administrativos relativos às populações, agentes, súbditos e instituições do reino, produzidos e recebidos como marca documental, prova de direitos, prerrogativas e obrigações. Tornava-se por isso indispensável um guia de acesso e consulta fácil das suas várias séries, que efectivamente foi traçado, vindo a constituir as mais antigas regras de pesquisa de uma colecção da Torre da Tombo. De facto como sustenta A Baião, os mais antigos índices do núcleo primitivo da velha Torre do Haver, chegados até nós, são os que acompanhavam os livros da Leitura Nova.<sup>70</sup> Deduzem-se desde início da ordenação temática imposta por D. Manuel à Leitura Nova e fielmente seguida por Rui de Pina e pelos guarda - mores seus sucessores, que figura no início do I Livro da Estremadura concluído em 1504.*

*"Hordenança em que este e outros livros vam postos e a maneira que se ade Ter na busca das escripturas"* .

*Item o garda moor ou escriptura deste tomo que as escripturas buscar terá tal maneira na busca dellas quando lhe requeridas forem que saiba logo da parte que lhas require homde he mor e acalidade de que sam e se essas escripturas sam suas pubricas se de cidade vjlla e lugar ou de igreja e mosteiro e em que comarca e toda a mais outra emfformaçam per que das partes melhor saiba o certo"/ E depois de o teer sabido buscara com dilligencia a dita scriptura no livro daquella comarca homde a cousa for A quall deve buscar pella tauoada no título das pessoas particulares q he hum dos tres em que cada livro destes vai ordenado...*

E assim, metodicamente, percorrendo todos os domínios cobertos pelos documentos transcritos em leitura nova, prossegue a apresentação das regras cuidadosamente elaboradas para facilitar a pesquisa e simultaneamente o esboço do projecto de alguns cuja execução, prolongada durante anos, acabou por não lhe vir a corresponder inteiramente.

Estamos aqui, por outro lado, perante uma outra dimensão da Leitura Nova transmitida pelos índices de acesso aos seus documentos, quiçá a menos estudada e a que encerra a sua vertente mais imediata – a instrumental, política e administrativa.

*Numa perspectiva actual da ciência e técnica arquivística, diríamos que o que aqui assim se estabelece, numa atenção particularmente invulgar à época, com os "públicos" interessados no acesso a esses documentos, são as regras básicas de bom funcionamento de um autêntico serviço de referência que, numa clarividente intenção arquivística e indo ao ponto de incluir a necessária descodificação das perguntas do utilizador face ao conhecimento dos actos administrativos régios registados nos documentos esparsos, remete para um plano sistemático e metódico de classificação dos respectivos assuntos em grandes classes geográfico - temáticas prevendo-se inclusivé a sua necessária actualização, por forma a mais rapidamente se encontrarem os relativos a tal ou tal particular, a tal ou tal cidade, vila, lugar, mosteiro, infante, duque, duquesa, marquês, etc. e permitindo-nos mesmo perceber a dinâmica à época, das mobilidades sociais ascendentes e descendentes como se pode ver "...e bem asi as cartas per que alguus sam fectos fidalgos ou nobres de cota darmas e outros de legitimações de fidalgos e dalguuas pessoas homrradas que per cassos caissem em menos valler e tornados e rstituídos aa sua faina porque todas estas vão nos livros dos misticos..."<sup>71</sup> E, depois de começar pelos 6 livros chamados dos Místicos, prossegue enumerando os livros das comarcas Estremadura, D'Além Douro e Trás-os-Montes, Beira, Entre Douro, Minho, Padroados, África - designação que foi depois alterada por Ilhas-, Mestrados e Pazes, ou seja, demarcações entre Portugal e Castela, e de Paz. Tudo isso com a finalidade de repartir e pôr em ordem todas as cousas e por mor certeza e menos trabalho, isto é, com as exigências actuais de eficácia e fiabilidade da informação.*

Considerados porém, no seu conjunto, os **índices** - tabuadas, títulos - da Leitura Nova não apresentam uniformidade, sendo os mais modernos dispostos alfabeticamente, enquanto nos mais antigos, uns foram feitos por assuntos, outros por terras e mesmo tão só, quais inventários especiais, pela ordem por que se encontram os documentos. Por exemplo, nesta última categoria, e no que concerne aos livros das Comarcas, existem livros com 3 índices – o das pessoas; o das cidades, vilas, lugares e

classes referidos nos documentos do códice; e o das igrejas, mosteiros, hospitais e confrarias cujos privilégios aí constam; outros, ainda possuem mais um quarto índice de aforamentos de casas e heranças de que se paga foro. Já os Livros de Mysticos apresentam índices das cartas relativas às rainhas, aos infantes, duques, condes, marqueses e viscondes, arcebispos e bispos e, por fim, pessoas não titulares, enquanto que o Livro I dos reis apresenta também 3 índices – docs. respeitantes aos reis, rainhas e príncipes, e os do segundo Livro, são relativos a compras, escambos, contratos, etc. de terras e jurisdições do rei, a sentenças respeitantes ao mesmo assunto e finalmente a inquirições sobre reguengos.

Exemplo dos mais modernos, é por sua vez, o Livro de Legitimações que tem alfabetados os nomes dos indivíduos legitimados seguidos da filiação de cada um dispostos alfabeticamente, e o Livro I de Doações feito no tempo de D. João III, que é precedido de um índice alfabético abrangendo terras e nomes próprios. O que lhes confere, pela natureza da informação onomástica e toponímica que contém, enorme importância para a demografia histórica e a história das populações pela facilidade de cruzamento com outras fontes também onomásticas e potencialidades novas que trazem para um conhecimento das populações deste período em que os registos paroquiais são ainda pouco sistemáticos.

É nesta óptica de fonte histórica, testemunho de uma realidade de que será tão só mero instrumento de mediação - outra maneira de ler a Leitura Nova acedendo-lhe, numa primeira abordagem pelo caminho facilitado dos seus índices – que se construiu o Apêndice Documental a partir da transcrição e pesquisa pormenorizada dos índices dos seguintes livros : Livro I das Extras; Livros 3 e 5 D 'Além Douro; Livro das Ilhas.

Finalmente, na perspectiva de entendimento das formas de construção do estado moderno, onde no cruzamento da sociologia cultural com a história política, destacamos a importância da escrita de estado de que pode ser considerada paradigmática a leitura Nova, os seus índices facultam-nos um importante conjunto de pistas para elaborar um diagnóstico global comum ao reino, ilhas e ultramar, susceptível de contribuir para identificar uma delimitação específica, um equilíbrio próprio, uma caracterização original do exercício do poder entre os sécs. XIII e XVI, marcada pela indecisão da partilha entre o público e o privado.

### **Para uma nova leitura da Leitura Nova**

Embora não especialistas deste período nem desta matéria, mas certos de que a história de um país não é sempre a mesma para os cidadãos que a cada momento a vivem (Borges de Macedo), demo – nos, como objecto de estudo a Leitura Nova que, na actual sociedade de informação se nos impõe, de imediato, pelas suas características temáticas e estilísticas, na sua globalidade material de interface e tecnologia do conhecimento, "Texto Visual" de fronteira entre o "antigo" e o "moderno" atravessado pela descoberta da imprensa, suscitando desde logo também uma aproximação ao modernos hipertextos e hipermedia. Para além desta dimensão e da reflexividade crítica que, no domínio historiográfico, possibilita e exige sobre memória, história, arquivo e programa arquivístico, documento e fonte histórica interessa-nos ainda quer como empreendimento exemplar à luz do recente conceito de Património Documental, cuja construção sociohistórica importará compreender quer como escrita de estado factor constitutivo pouco relevado no processo de construção dos modernos estados da Europa.

O que requer naturalmente, para além da apresentação sumária da Leitura Nova, a mobilização de um modelo de abordagem plural e transversal a várias disciplinas.

### **Memória colectiva: da extensão à transmissão.**

A história do séc. XV é uma longa história, escreveu Michelet. Um longo longo século que termina com a descoberta do caminho marítimo para a Índia (1498), a chegada de Colombo à América (1492), o dobrar do cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias(1497) e ao qual se segue um séc. XVI dos Descobrimentos e descoberta do Novo, dos vários Humanismos, do Renascimento e redescoberta da Antiguidade em múltiplos aspectos, depois a Reforma e um novo racionalismo numa Europa rápida e profundamente transformada, onde o humanismo português diferente do curso europeu, viria a influir posteriormente quando as aquisições científicas dos descobrimentos lhe restituíram muito mais do que dele haviam recebido. E, apesar de a expansão portuguesa sofrer durante o sec. XVI com o problema dos fracos efectivos demográficos – excessiva

saída de naturais, entrada massiva de escravos para solucionarem a abertura à entrada de homens de Castela e de outros reinos, a população atinge no fim do séc. XVI, em Portugal, cerca de 1 milhão e meio de pessoas.<sup>72</sup> Estava montada a estrutura de um Portugal repulsor de naturais e gerador de emigrantes<sup>73</sup>, numa sociedade fortemente estratificada e aristocrática e na pretendida arrumação social, de eclesiásticos, títulos e fidalgos, comendas, morgados e capelas, clientelas, gente nobre da governança de terras e oficiais régios, universidade, colonos, soldados, cavaleiros mercadores, mobilidades, passando-se da integração à segregação dos judeus a cristãos novos, na burocracia da fé com D. João III. Numa linha de continuidade e oscilação entre o novo e o velho. A história do séc. XV em Portugal é em grande medida marcada pela acção múltipla da dinastia de Aviz, cuja livraria real, *organismo ao serviço da ilustração e do saber... não mero passatempo intelectual, a que voltaremos a referir-nos adiante, perde de algum modo o carácter de propriedade pessoal para adquirir o de património da Coroa, alcançando consequentemente continuidade e mais directa influência, a qual se prolongou até à acessibilidade do livro impresso em tempos de D. João III. Menos policiada que as livrarias monásticas, aberta a outros ventos do espírito, a livraria real assinala então uma avançada marcha da secularização intelectual e torna-se um instrumento eficaz e renovador de alguns sectores da cultura pátria*<sup>74</sup>.

Destaca-se desta ambiência do séc. XV português cujo estudo *histórico - cultural tem corrido a par dos séculos XVII e XVIII, no desinteresse dos investigadores,*<sup>75</sup> esse *Megadocumento ou Documento Monumento que é a Leitura Nova Manuelina, cujo estudo, assim também se justifica. Compilação sistemática dos documentos oficiais mais importantes dos 3 primeiros séculos e meio de existência de Portugal independente, longas e muito vastas são as suas coordenadas espacio - temporais.*

D. Manuel foi o Rei Venturoso que colheu os frutos semeados durante outros reinados, mas o Senhor da Esfera pôde realizar essa abundantíssima colheita, porque manteve a continuidade da empresa, da mesma forma que os seus predecessores a haviam mantido. D. Manuel, no reinado de quem Portugal chegou ao ponto culminante do seu triunfo, foi um Príncipe da Renascença, mas de uma renascença especial, ampliada pelos feitos Portugueses no Oriente. D. Manuel, côncio do poderio Português, sabia, com grandeza,

não só desempenhar o seu papel de Rei numa época de cultura e de desenvolvimento das letras e das artes, mas de senhor de um Império colossal. A sua história está por fazer, pois para as que têm sido escritas - não falamos das Crônicas - usou-se mais peçonha do que tinta. A admiração ... pelo Príncipe Perfeito tem cegado muitos autores na sua apreciação de D. Manuel... Critica-se também a ostentação do venturoso, a sua Pompa, as suas sumptuosas Embaixadas, o brilho da sua Corte; mas D. Manuel era um dos reis mais poderosos do Mundo, envolto no excepcional prestígio criado pelas façanhas Portuguesas. Era o Rei de "tal gente", que levando a cabo a sublime Aventura, lhe alcançou o cognome de Venturoso. A par dessa glória, havia a riqueza, o ouro, as especiarias, os produtos do Oriente cobiçado, e o seu luxo, que não podiam deixar de influir na vida da nação. D. Manuel representava a Renascença Portuguesa, fortemente inspirada pelas vitórias do oriente... Seguiu o caminho traçado por D. João: o casamento com a herdeira dos Reis Católicos, e a continuidade da empresa<sup>76</sup>.

O empreendimento nacional que é a Leitura Nova, iniciado nesse longo século, por instância dos povos reunidos em cortes, com D. Afonso V (1432-1481), que faz da livraria palaciana uma das primeiras bibliotecas públicas do mundo (Joaquim de Carvalho), prossegue com D. Manuel e D. João III. Acompanha toda a primeira metade do século XVI, bem mais rápido que o anterior e longo século, marcada por uma "crise de crescimento" em que a fisionomia socio-política da Europa Ocidental - arruinada pela guerra, fome, doença, pestes e consequente despovoamento - vai mudando para ceder lugar à Europa das grandes transformações geográficas, científicas, tecnológicas e culturais e das interdependências mundiais irresistíveis e onde Portugal ocupa um lugar central de influência única, acompanhando a situação condicionado à sua peculiar situação, mas contribuindo decisivamente, à medida que a sua economia interna se virava designadamente para as novas técnicas de construção naval necessárias a uma das maiores revoluções da história da humanidade.

"A queda de Ceuta parece ter ecoado por toda a Europa, tornando-se um marco miliário na história da Europa"<sup>77</sup>. O descobrimento da via marítima do Oriente revolucionou as condições económicas da Europa e alterava, em consequência a vida política da Nação portuguesa. Entre o ideal medieval da religiosidade e de cavalaria e o ideal moderno

da razão, a actividade de descobrir, conquistar e colonizar exerce-se no plano da prática metódica, da cobiça, da preocupação com o destino da alma, da aventura racionada, do impulso da força das armas e da tenacidade do desbravamento do solo". Paralelamente ao plano dos factos e das instituições, com as condições materiais que passam a existir nesta primeira metade do séc. XV na Europa, noutra plano, o da inteligência e da consciência, uma nova amplitude surge aberta pelas novas tecnologias do pensamento- a descoberta e posterior disseminação tipográfica. Antes do primeiro ano do séc. XVI já havia oficinas de impressão em 110 cidades europeias – Estocolmo, Lubeque, Oxford, Lisboa, etc. A Casa de Aviz com uma tradição de letrados e "homens de bom saber" não foi de modo algum indiferente à divulgação da palavra impressa como refere Sousa Viterbo que considera D. Afonso V um dos nossos monarcas mais instruídos, tal como Joaquim de Carvalho, reportando a Rui de Pina, notou ter sido este "o primeiro rei destes reinos que ajuntou bons livros e fez livraria em seus paços...tendo adquirido códices, curado das suas instalações, estipendiando escrivães e iluminadores, entregando a sua guarda a Gomes Eanes de Zurara...integrando assim [a livraria palaciana] na vida profunda da nação".

As traduções de Cícero e de Plínio, feitas pelo Infante D. Pedro, os mestres italianos mandados vir por D. Afonso V, a frequência de centros de estudos europeus – Siena, Florença, Bolonha, Pádua - frequentados por eruditos portugueses, no séc. XVI, os grandes nomes que passam a pertencer à cultura portuguesa e europeia como Damião de Góis cuja fama irradia na Flandres, Suíça, Alemanha, Itália, André de Resende, os irmãos Gouveia, bolseiros do rei e detentores de cátedras prestigiadas em Paris e Bordéus são exemplo da contribuição nacional, também impulsionada pelas reformas do ensino e da universidade de D. Manuel e D. João III, para a evolução dos estudos humanísticos numa Europa de encruzilhadas, em 2 séculos tumultuosos, ricos, criadores e criativos, encharcada de sangue, aberta a novas esperanças.

É neste horizonte sociopolítico de Portugal na Europa dos sécs. XV e XVI, que se edifica a Leitura Nova uma das mais ambiciosas e talvez de maior alcance reformas de D. Manuel, preocupado com a definição de regras e obrigações do cidadão ao nível social e legal – as quais incluem como se sabe, para além das Reformas dos Forais, das Ordenações, dos Antifonários do Mosteiro Real dos Jerónimos,

as Crónicas dos reis de Portugal e a regulação, por regimentos, remodelação de cargos oficiais e outros mecanismos, da Administração, do Ensino da Arquitectura e Urbanismo, abrangendo assim todos os domínios mais importantes do Portugal de então. O evidente paralelismo que é possível estabelecer entre essa mentalidade e a explosão documental e informacional que marca todos os aspectos das nossas vidas – papéis, documentos, leis, etc. e as sociedades contemporâneas, é quanto a nós, só por isso um motivo que justifica a análise desse património documental, cultural e histórico que a Leitura Nova hoje significa.

### **Na "conservada memória" a emergência da História.**

Se os impérios são monstros devoradores da memória das nações e esta é a expressão da grandeza da resistência das comunidades, populações corajosas, como sustenta Borges de Macedo<sup>78</sup>, não há dúvida de que tal risco, e as precauções necessárias, em tempo devido, parecem ter sido intuídas por D. Manuel I e por outros antes e depois de si, com o empreendimento em continuidade da Leitura Nova suscitado pelos povos e em continuidade preparado e levado a cabo.

A inserção da Península Ibérica em duas frentes ocidentais assinala a transição das virtualidades nacionais assentes na via da continuidade dinástica para o alargamento da influência histórica dos reinos peninsulares a outras regiões da Europa Ocidental. As crónicas do séc. XV, que consequência dessa situação política, experimentam a necessidade de registar acontecimentos já não só imediatos e nacionais, mas também internacionais, alargam o seu campo narrativo e vão à procura de documentos para provar, demonstrar relações. Tornam-se assim elemento essencial do exercício do poder, a memória histórica, factor de continuidade torna-se instrumento de história diplomática indispensável à regulamentação das relações externas. Os actos públicos têm de ser averbados, as decisões políticas justificadas e a precisar de serem lembradas para o equilíbrio de casas senhoriais, atribuições e distribuições de verbas, etc. Os averbamentos, a prova das declarações, os relatos de anterioridade, são condição de "idoneidade" pública: a história precisa do documento como acto expresso, é a condição da sua existência política. A coexistência de acontecimentos em espaços distantes mas inter- influentes precisa de

comprovação significativa. Estas novas exigências e regras de método correspondentes que se começam de estabelecer, designadamente por influência da historiografia italiana, levam a que, no séc. XV, se possa dispôr de toda a espécie de documentos que entre nós a Torre do Tombo como depósito documental do estado reúne. Neste contexto, as crónicas de relatos e dados, completavam o círculo de anterioridade necessária à concretização do universo histórico. Era indispensável, para além da certeza da anterioridade e da prova de continuidade eficaz – contidas na dimensão de utilidade, instrumental da Leitura Nova -, a compreensão do contexto social e a sua relação com os outros “poderes” estados – tendência que se pode dizer ter sido ensaiada quer no domínio da iconografia, quer ao nível da organização temática da Leitura Nova e das tensões que a sua execução ilustram.

A produção da monumental empresa que foi a Leitura Nova insere-se num clima de actividade cultural do primeiro período dos tempos modernos, marcado pela pesquisa da antiguidade. Ela própria, ilustra, a vários títulos, esse clima intelectual onde vemos emergir, entre outras disciplinas, uma ideia de história assim genericamente caracterizada. A procura de manuscritos a que se dedicam os humanistas desde o sec. XIV, prolongando-se até ao séc. XVIII estende-se a outras relíquias do passado – objectos diversos, pedras gravadas, etc. e acompanha neste afã de procura de peças de colecção, o desenvolvimento do interesse pelos monumentos imóveis... É uma espécie de caça ao tesouro que traz à luz uma grande quantidade de objectos enriquecendo a imagem que se forma de tempos antigos e da antiguidade. A acumulação desde o séc. XV de um número crescente de documentos e monumentos antigos está na origem da formação de disciplinas que sob esta forma não existiam antes. Desde a filologia – elaboração das técnicas de estabelecimento dos textos, sua filiação, atribuição, etc., à epigrafia, arqueologia... A própria história desenvolve-se entre os sec. XVI e XVIII como numerosas artes históricas em que os Antigos servem de exemplo ao presente, aos modernos. A história é então encarada como um ramo da retórica, da arte literária, da oratória. A verdade é concebida como uma “adequação”, uma “proporcionalidade” da descrição e da dignidade e grandeza das coisas descritas. Perfila-se assim, a par de outras tendências, como a da história eclesiástica, uma psicologia da história que supõe que os grandes

acontecimentos são obra de grandes homens, procurando-se os princípios explicativos destes nas paixões, interesses, aspirações destes<sup>79</sup>.

### **História e documentos: Leitura Nova- “Documento Monumento”<sup>80</sup>, na Europa Quinhentista**

Longo caminho se abria para a história e “seus documentos”, na altura quase só ainda os oficiais. Sob a forte dominância cultural dos estudos da cultura clássica, generaliza-se a concepção de que os feitos devem ser narrados enquanto memória edificante, clara “certidão da verdade”, para “louvar o homem”, fixar a sua memória. A crónica, os documentos, o enunciado da continuidade do poder, a justificação perante a também assim emergente opinião pública – factores já existentes mas cuja expressão simultânea e possibilidade do seu (re)conhecimento, pelo menos por quem na altura é poder, levam aos dois grandes empreendimentos nacionais da altura - a Leitura Nova - cujo espírito é indissociável do pensamento dos cronistas -, e em paralelo, a grande crónica<sup>81</sup> do reino com Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, Damião de Góis, etc., todos guardas - mor da Torre do Tombo, conduzindo também à consciência desta complexidade. Os acontecimentos vão influir directamente na vida geral do país e torna-se indispensável a crónica regional. Idêntica expressão se encontra, como já sugerido na classificação geográfico-regional e temática (organização e distribuição dos documentos por comarcas, instituições, coisas públicas e assuntos gerais e diversificados generalizados a mais do que uma comarca ou instituição). A crónica e os documentos copiados em Leitura Nova - dotados de valor probatório e autoridade formal<sup>82</sup> - passam a desempenhar uma função de estado, relato oficial dos acontecimentos e sendo aquela escrita e os outros organizados, de modo a constituir e permitir a interpretação, apresentação como que oficial das ocorrências mais importantes. Assim, em tensão, contradição, a história como relato complexo bem estudado vai perdendo lugar, precisamente na altura em que a divulgação paulatina da imprensa ia ajudando a criar as condições de exponenciação e generalização da leitura mais frequente.

“Desmesurado e grandiloquente” empreendimento, e ao que se sabe sem paralelo na Europa Ocidental dos sécs. XV e XVI, a Leitura Nova, na dimensão e propósito ilustra

e explica, simultaneamente, explicando-se assim também, os momentos de apogeu e grandeza de um pequeno país em que a consciência régia torna explícito que a Nação é um passado em comum que se impõe valorizar e preservar.

De sinal idêntico são as razões que motivam/explicam a empresa da Leitura Nova, explicitadas no início de cada livro, no prólogo de D. Manuel, onde é desde logo de sublinhar os elementos mais destacados do argumento iconográfico-simbólico várias vezes repetido sempre no início de cada livro, e mais tarde retomado por Camões - a figura de D. Manuel em corpo inteiro, enquadrada pela letra D e a letra M, inicial de seu nome, primorosamente trabalhada por calígrafos e iluminadores e secundada pela enumeração dos títulos herdados, da legitimação pela protecção divina, dos espaços do seu território e dos sucessos que obteve. A arquitectura das encadernações obedece ao mesmo objectivo com idêntico sentido : de metal ao centro, cravada sobre carneira empastada com madeira, a coroa real, aos cantos a esfera armilar, o seu emblema, seguido da intitulação por referência à origem divina do rei e ao espaço do império que *"domina e o seu estatuto de potência marítima...por graça de Deus...Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém - mar..."* etc. Observe-se, a par da já afirmação do princípio da territorialidade novamente a justificação em Deus dos fundamentos da conquista aos "mourous" "infiéis" enquanto "defensão" e na "investigação" e *"descobrimento da Guiné, com grandes custos... e até então fora quase de esperança e possibilidade humana..."* *"...não apartando dos magnânicos feitos e obras de nossos antecessores em fazerem e ordenarem todo o bom regimento de seus Reinos..."*. Sempre que D. Manuel subscreve qualquer documento os sucessos do seu reinado passam a lembrados, numa sociedade em que o hábito de leitura se treina nos elementos quotidiana e repetidamente vistos nos livros de pedra das catedrais e igrejas. E os motivos que explicam tal empresa, que até reinos estrangeiros lhe vêm confiar a memória das suas coisas, sucedem-se: *"E por ser cousa por toda a razão devida"* que essas obras ficassem em *"conservada memória e exemplo aos sucessores porque sabendo o passado, ordenariam melhor o presente...e as mercês e fraquezas feitas aos Grandes do reino e aos fidalgos, cavaleiros e povos ficassem em "testemunho" e reconhecida lembrança a seus linhagens... [Assim] ...ordenaram nossos antecessores em Lisboa uma torre em que*

*estivesse sempre o tomo e a memória de todas as cousas, ordenada e sabida cousa de tanta estimação e prudência não só em nossos reinos mas em outras partes que alguns reis, duques, marqueses, condes e prelados de Castela e França e outros senhorios mandaram pôr na dita torre em guarda e fieltade seus testamentos, escambos...contratos e escrituras que memória das suas cousas contém...o tempo e a antiguidade fez nisso como faz em tudo grande mudança ... falecer e caducar..."*. A grande confusão multiplicada em cada sucessão, o facto de muitos dos documentos se terem tornado desnecessários e muitos deles não servirem para nada, a multidão de papéis, gerava grande dificuldade e incerteza em encontrarem-se os documentos necessários quando preciso. Pelo que *"mandamos prover o dito tomo e escrituras dele, e depois de bem providas e concertadas, tresladar e escrever as que parecem que em algum tempo podiam ser necessárias e pôr em ordem repartida por livros de cada uma comarca e cousas dela e assi dos Mestrados e outro de cousas místicas, segundo per os títulos deles se pode melhor ver..."*. Assim explicados os motivos da Leitura Nova<sup>83</sup>, (cópias, em nova caligrafia de velhos documentos nos melhores códices, escritos em duas colunas, sugerindo maior sumptuosidade, ao contrário dos livros comuns da chancelaria): contar os feitos dos portugueses, conhecer e dar a conhecer o passado para exemplo do presente e do futuro - a história como memória edificante, que se verá no cronista Rui de Pina, escrivão da Câmara régia que como primeiro director da Leitura Nova, trabalha na dependência directa de D. Manuel. Isto para além de se apresentar e ser medida administrativa pois a organização prevista para os documentos visava permitir a consulta rápida aos funcionários com a incumbência de prestar os serviços próprios dos arquivos públicos do estado, como já se disse.

É nesta encruzilhada de leituras plurais suscitadas pelas encruzilhadas do contexto histórico e de um quadro historiográfico delineados e requeridas por outras tantas dimensões implícitas na noção recente de Património Documental, que se tem de procurar fazer esta nova leitura da Leitura Nova, re-situando-a num contexto mais actual de preocupações e interesses e posicionando-a metodologicamente numa tipologia de estudo de caso, opção que mais convém a estudos de natureza experimental, reconhecendo-a embora fragmentária, eclética e marcada pela tensão entre caso e processo.

Tesouro de raridade **bibliográfica**, e casus unicus na Europa de Quinhentos, nomeadamente pela invulgar qualidade dos seus 43 frontispícios primorosamente iluminados e sempre dominados pela figura central do rei D. Manuel, suas insígnias e armas reais, empresa artística provavelmente depois “seguida” por Francisco I da França, mecenas de Leonardo da Vinci, a Leitura Nova representa também uma ainda hoje invulgar medida de um projecto **arquivístico** de alto rasgo a nível nacional, enquanto empresa mais destacada da reforma dos Arquivos da Coroa/Torre do Tombo (que irá mais tarde servir de exemplo a Filipe II de Espanha e ao imperador Carlos V para o Arquivo de Simancas) ditada pela então já desenhada radical mutação intercontinental de coordenadas espacio - temporais – aliás já objecto de representação simbólica na própria intitulação que o monarca adopta para si no Prólogo com que se inicia cada livro.

É a Leitura Nova exemplo de **Património** no contexto histórico que nos é explicado por Damião de Góis, o reputado humanista de renome europeu, amigo pessoal de Erasmo, primeiro feitor na Flandres e depois, guardamora da Torre do Tombo, último director da Leitura Nova, cronista de D. Manuel, e no fim da sua brilhante carreira e influência perseguido pela Inquisição, “[Dom Manuel] mandou screver ha mór parte da lectura da Torre do Tombo do reino em libros de pergaminho muito bem scriptos, k iluminados, k poer na boa ordem em que agora stão, obra tamanha, k de tamanho peso, que se não pode acabar em seu tempo, nem no del Rei Dom Ioam Terceiro seu filho, que nisso trabalhou muito, é de que ainda stão muitas cousas por screver, que disso tem assaz de neçessidade, por bem do património da Coroa do Regno, k dos vassallos.”<sup>84</sup>.

No imbricado campo do Poder, “D. Manuel distingue o que lhe pertence daquilo que lhe cabe administrar”<sup>85</sup>. No seu reinado e na complexa relação de equilíbrios sociais do poder tendente à clarificação entre o poder central e os direitos senhoriais, “foram tomadas diversas iniciativas no sentido de clarificar e separar esferas de poder, bem como de afirmar atributos inerentes à soberania régia. As Ordenações Manuelinas e a Reforma dos Forais constituem duas das grandes obras realizadas na primeira metade de Quinhentos.... Uma afirmação clara da preeminência régia está contida no princípio segundo o qual ao monarca cabe a mais alta Superioridade e Real Senhorio”<sup>86</sup> presente nas Ordenações.

Por outro lado, a Leitura Nova é também

portadora já de uma longa e especializada historiografia que no-la dão a ver nas seguintes características e múltiplas dimensões: (re)construção da memória, (re)afirmação de um reino nacional europeu e de um império mundial, através de uma simbologia pessoal e colectiva, repositório gigantesco dos documentos da história e dos reis de Portugal (27.078 documentos), reforma dos Arquivos Reais, magnificente representação oficial da realeza, indiciadora de mobilidades sociais ascendentes e descendentes, e ilustração da mudança de paisagem cultural de Portugal no decurso de 5 décadas.

Memorável “**Documento Monumento**”, na perspectiva da história ou Megadocumento<sup>87</sup>, na óptica mais recente da ecologia cognitiva, contemporânea do nascimento da imprensa, mas ainda manuscrita, esta série metódica de documentos de arquivo preservados dos originais transmitidos de geração em geração e acrescidos de comentários, notas, exegeses, parece segregar assim o seu hipertexto/ hipermedia, suporte informático que para a sua actual divulgação se reclama, por mais adequado à sua leitura/consulta, diríamos melhor navegação/fruição – funções reclamadas em larga difusão implicada pelas dimensões de utilidade e simbolismo que o conceito de património documental nacional supõe, dimensões também essenciais da Leitura Nova. O hipertexto/hipermedia, suporte informático, cuja lógica de funcionamento melhor permitiria explorar as múltiplas potencialidades deste primeiro e notável caso de Património Documental Nacional – sua riqueza documental e informacional e dimensão de património cultural e histórico.

**Megadocumento**, notável exemplo de **Património cultural** é também a Leitura Nova. Na perspectiva da Cultura e Sociedade do Portugal de Quinhentos marcado por uma ambiência humanista e a emergência da imprensa e a revolução das suas implicações sobressai naturalmente a perspectiva de reflexão de pendor aristocrático sobre a língua - vernácula versus latim – em que este, tendencialmente em recuo se colocava ao serviço do português em vias de fixação dentro de usos, geográfica e socialmente mutáveis e diversos, isto a par da expansão de círculos e pleíades literárias em vias de consagração apesar de as suas obras circularem ainda maioritariamente manuscritas. Ganha assim, neste quadro, relevância a clássica e sempre actual relação - historiografia e memória -,<sup>88</sup> de que o empreendimento manuelino da Leitura Nova é, quanto ao seu significado e

importância, exemplo de destaque.

### **Património Documental : processo histórico de construção**

Para além das suas funções de natureza simultaneamente instrumental - utilidade administrativo - arquivística e histórico-simbólica, a *Leitura Nova* lida à luz do conceito de Património Documental para cuja construção contribui, em diferentes dimensões, como iremos ver, potencializa uma tomada de consciência, renovado interesse e divulgação de aspectos da nossa história quincentista, cuja visibilidade pode ter sido ofuscada pelo destaque que a historiografia tem concedido ao acontecimento maior da história nacional, europeia e mundial desse período - os Descobrimientos.

*Desde logo, pela perspectiva pluridimensional que a construção histórica e social da noção de Património, no que à *Leitura Nova* diz respeito, pelas próprias características intrínsecas e exteriores que no-la explicam, supõe. De facto, se, como pensamos<sup>89</sup>, o actual e recente conceito de Património se constrói cumulativamente ao longo de diversos momentos históricos essenciais, no quadro da Europa Ocidental, designados por o facto religioso, o facto monárquico, o facto nacional, o facto familiar, o facto administrativo e o facto científico, parece-nos poder afirmar-se que a *Leitura Nova* ilustra com evidência pelo menos três desses seis momentos ou dimensões - o monárquico, o nacional e o administrativo, como se procurará explicitar.*

Assim ao nível do *facto monárquico* dimensão constitutiva do Património - nos próprios objectos sagrados segregados pela monarquia, ao estilo da vida do rei e da corte, a autoridade real impondo-se e sobrevivendo através de guerras, conflitos e sucessões dinásticas, como aliás já atrás referido para o contexto nacional de produção da *Leitura Nova* que a mesma, por sua vez, documenta - , vemos salientar-se para além das "regalia" (mantos, jóias, etc. constituindo mais reservas do que peças/objectos de carácter inalienável) uma atenção particular às bibliotecas - livros manuscritos, pintados, transmitidos por testemunho expresso aos sucessores como bem precioso que ignora o seu valor comercial, em benefício da sua natureza de testemunho para a história, cujo valor enquanto tal será redescoberto no séc. XVII - e também aos arquivos "archivarium", "Registrare" e sua

definitiva domiciliação. Os reis, na sua itinerância constante, guardando até aí, em baús e cofres transportáveis, os seus arquivos administrativos - registos de fisco, acordos de paz, doações e quitações, confirmações de actos, cartas, etc. - na turbulência complexa dos novos tempos sedentizam-se. E alguns órgãos do governo tenderam também a destacar-se do monarca e a sedentarizar - se. Os paços reais acolhiam e tornavam-se ao mesmo tempo os arquivos reais que passavam a guardar-se ao lado das relíquias e tesouros das monarquias; com o mesmo cuidado dos reis, os guardas encarregados de recolher, classificar e reencontrar os documentos tornam-se os primeiros conservadores destas que - ultrapassada o seu fim utilitário pela carga simbólica de outros valores - se tornaram nas primeiras formas de património nacional conhecidas. Idêntico cuidado, similar tendência, que como vimos se manifesta em Portugal, com as "livrarias" reais da dinastia de Aviz e as reformas manuelinas dos arquivos da coroa/Torre do Tombo. Por esta altura (1537, em França - obrigação dos impressores depositarem 1 exemplar de cada obra nas mãos do bibliotecário do rei) surge também o primeiro exemplo de uma política cultural consciente de preservação do património intelectual da humanidade - a figura do actual Depósito Legal, desde então em vigor e generalizada expansão.

"Os homens esquecem mais depressa a morte de um pai do que a perda do seu património" (Maquiavel) palavras de que emana forte sentimento de definição jurídica herdado do direito romano que caracterizarão as monarquias de Antigo Regime que se comportam como um grupo familiar, e durante as quais se assiste à generalização do termo de Património em que se passa a inscrever a noção de propriedade comum, nascida da consciência progressiva de uma colectividade. Monarquia, nobreza e rica burguesia conscientes de possuírem um Património - retratos de família, colecções de objectos de arte e recordações, arquivos - que expõem aos olhares curiosos e que inventariam nos seus testamentos, subtraíndo-os ao mercado para que permaneçam nas famílias e descendentes. O Património vai-se definindo como o conjunto diversificado de bens culturais privados pela sua natureza e função imediata, mas colectivos pela sua audiência. Paralelamente, um sentimento mais complexo do passado se forja também.

Manifestação idêntica se poderá observar por exemplo, no facto de indumentárias, jóias, adereços e sinais distintivos ostentados em

público por nobres e altos funcionários da corte nas cerimónias e festas reais da Lisboa quinhentista, são transpostos por alguns iluminadores da Leitura Nova, "Reys d'Armas Principal"<sup>90</sup>, como elementos decorativos para os frontispícios da Leitura Nova das últimas séries estilísticas, já com D. João III. Ou ainda, continuando a invocar os reportórios iconográficos dos frontispícios da Leitura Nova, e em particular as diversas interpretações da complexa simbologia da esfera armilar, emblema de D. Manuel - símbolo do rei - mas também, se lido em associação sistemática com a Cruz de Cristo e o escudo régio - símbolo do próprio império<sup>91</sup>; é por outro lado símbolo pessoal e símbolo do Estado, constituindo-se assim como alegoria do poder régio no interior do reino e para o exterior, no império duplicando de significados - a espera ou esperança do Mundo (no sentido das conquistas e da expansão do Cristianismo) com a esfera do mundo (no sentido cosmológico). D. João II deixou em testamento o trono a seu primo D. Manuel e conferiu-lhe como divisa a esfera "dos matemáticos" - a esfera armilar - motivo mais tarde interpretado por cronistas e panegiristas como sinal de predestinação<sup>92</sup>. A divisa "Spera Mundi" inscrita no meridiano e ambigualmente interpretada como "esfera do Mundo" e "espera (ou esperança) do Mundo" dava literalmente o mote para a mitografia manuelina. O facto de D. Manuel aceder ao trono por via indirecta influirá decisivamente na mentalidade do rei deveras empenhado na legitimação do seu poder e no que se poderá chamar a "refundação" da dinastia de Avis em termos simbólicos e figurativos. Uma das suas preocupações - ciente do seu poder pessoal - foi a unificação do reino de que quis fazer um organismo com identidades partilhadas e suficientemente articulado (ex. Livro das Fortalezas, castelos fronteiriços limites do território) para a manutenção da sua actividade interna de trocas. Portugal assumiu-se como um grande importador de obras de arte e centro de acolhimento de artistas de proveniência nórdica e especialmente flamenga que aqui montaram as suas oficinas. Atitude que deixou marcas indirectas na produção artística do seu tempo, designadamente na multiplicidade de suportes usados pelo rei para se fazer representar a si próprio e ao poder centralista de que era portador, através de uma panóplia de símbolos agregados aos diplomas e outras iniciativas de que a Leitura Nova é a este título também um bom exemplo. Não há dúvida de que a iconografia contida na Leitura Nova terá sido usada também em cerimónias reais, sendo,

por outro lado, flagrantes as analogias entre as estruturas dos frontispícios iluminados da Leitura Nova e outras imagens faustosas e exuberantes de edificações do reinado manuelino. Iniciativa oficial destinada a consagrar o que é novo, o território ambíguo dos símbolos permite ao novo rei e aos novos tempos, a sua justificação através da profecia que os liga a um passado e os legitima.

Posteriormente, e enquanto facto nacional, o sentido do património, isto é, dos bens fundamentais inalienáveis, suscita em linguagem forte, instruções dirigidas a administradores sobre a maneira de inventariar e conservar edifícios, obras de arte - que em tempos conturbados têm sempre a sorte dos símbolos que veiculam - e estende-se a vários tipos de monumentos, quer em função dos valores tradicionais que se lhe ligam e os explicam - seu uso, utilidade e sua beleza - , quer em nome da simbologia de um sentimento novo de uma ligação comum, de uma riqueza moral da nação inteira. Dupla raiz esta que talvez sempre tenha contado na noção de património e já anunciada como se viu na Leitura Nova. A par desta dimensão aí em crisálida, se poderá formular também a noção de um património superior às vicissitudes da história, tendência que na linguagem moralizante da época interessada pela generalização da educação e da cultura, se irá afirmar num séc. XIX que toma a Idade Média como o essencial do património.

Podemos ainda alargar a nossa compreensão do significado da Leitura Nova, considerando-a como "monumento histórico" que também é, no sentido de tudo o que pode *fixar, ilustrar, precisar a história nacional, como factor de civilização. Vemos assim assomar a perspectiva do facto administrativo, outra dimensão constitutiva da noção recente de Património.*

Conhecer para preservar é a fórmula. E, embora tal se destaque pela primeira vez em Portugal com João Pinto Ribeiro que irá por sua vez estudar, atentamente, a Leitura Nova, já aí - tenha-se em mente por exemplo a intitulação de D. Manuel que inicia o Prólogo - encontramos a percepção de um "património no espaço" e "obra no tempo", características desta outra dimensão de Património, e simultaneamente "chave do processo".

### 3.2. PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO: A BIBLIOTECA COSMOS (década de 1940) <sup>93</sup>

"A Biblioteca Cosmos constitui um gigantesco esforço enciclopédico...Mais, talvez, que o seu magistério cívico, que as suas conferências ou lições nas Universidades curriculares ou populares, - a Biblioteca Cosmos é, em acto, a própria filosofia da cultura de Bento de Jesus Caraça. De tal modo que suponho solicitar já um estudo monográfico que nos permita ir além das informações muito dispersas até agora disponíveis. Com efeito sabemos que Caraça já trabalhava na sua planificação em Setembro de 1939; ...que a capa foi da responsabilidade do pintor Carlos Botelho; que, segundo o plano inicial, depois frustrado, deveria ser colaborada exclusivamente por portugueses;...com uma tiragem global de 793.500 exemplares, a que corresponde uma tiragem média, por título, de 6960 exemplares. Mas ainda não sabemos, com rigor, o fundamental : que geografia de saberes a Biblioteca Cosmos propunha aos seus leitores..."<sup>94</sup>.

Começemos então por uma abordagem descritivo - narrativa da Biblioteca Cosmos das práticas e representações que nos foi possível inventariar através do que se sabe publicou, no que sobre ela se tem escrito, e o que com ela se propunha o seu fundador, o matemático Bento de Jesus Caraça cujo pensamento e obra marcaram gerações de intelectuais portugueses.

Traça-se, a seguir, uma primeira informação de conjunto no quadro de classificação ideográfica - sistemática do número de volumes e obras da colecção publicados durante o período em que a coordenou o Professor Bento de Jesus Caraça.

Que **objectivos** se propunha a Biblioteca Cosmos, e sob que outras formas foram materializados ?

Em Maio de 1941, Bento de Jesus Caraça, apresentava-a, assim, aos potenciais leitores, deixando aos leitores de hoje, perceber, qual era, nas suas linhas essenciais, o contexto histórico da época - condições gerais, desafios e aspirações dominantes.

" Com 'O Homem e o Livro', do engenheiro M. Iline, inicia-se hoje a publicação da Biblioteca Cosmos... A que vem a Biblioteca Cosmos? ...dar ao maior número o máximo possível de cultura geral, tornar acessível a todos aquilo que as condições materiais de vida e as necessidades profissionais da especialização

tornam sempre difícil, e por vezes mesmo impossível adquirir - uma visão geral do mundo, mundo físico e mundo social, da sua construção, da sua vida e dos seus problemas. Quando falamos em tornar acessível, entendemo-lo de duas maneiras - pelo preço dos volumes<sup>95</sup>, o qual será tão baixo quanto possível, e pela forma de tratar os problemas, que será simples, concisa, em linguagem ao alcance de todos.... À opinião, frequentemente defendida, de que a marcha da civilização e o progresso da cultura são obra exclusiva das elites, contrapomos a de que são o produto da acção de todos os homens, ...limitando-se as elites quando de facto o são, a dar estruturação intelectual ao corpo orgânico de que participam<sup>96</sup>. ...Mas a questão.... põe-se também no campo da possibilidade. É possível pôr ao alcance de todos a cultura geral? Não existem porventura, no conjunto das ideias fundamentais da estruturação intelectual, domínios não acessíveis ou só acessíveis a iniciados? Não é verdade que, como se vê afirmar com frequência, vulgarizar é sempre abaixar? Entendamo - nos. Em cada ramo do conhecimento há o que é do domínio do especialista e o que é do domínio geral, aquilo que só uma vida inteira de trabalho consegue apreender ( quando o consegue) e aquilo pelo qual esse ramo entronca na corrente geral das ideias e da civilização...(...)Seja qual for o resultado imediato da convulsão que o mundo presentemente atravessa, uma coisa é certa -...há - de ser necessário recorrer a todas as energias do homem para fazer a reconstrução da sociedade. Quando acabar a tarefa dos homens que descem das nuvens a despejar explosivos, começará outra tarefa.(...)"

A "Biblioteca Cosmos" sendo, na verdade, um exemplo paradigmático dessas "bibliotecas culturais", colecções editoriais ou bibliotecas de cultura, pedagógicas e informativas com significativa expansão no Portugal dos anos 1940, apresentava no entanto como **características** essenciais, as que o professor Bento de Jesus Caraça definia: "como "dois modos conciliados de ver em relação à expansão do conhecimento por esta via": divulgação das bases fundamentais do conhecimento humano....fornecer elementos globais e orientados dos problemas que mais interessam o homem...;...estimulação da gente nova, dos modernos trabalhadores da ciência ...[para que] dêem ao público algumas provas dos seus trabalhos... [uma vez que]a divulgação da ciência estimula umas certas qualidades e aptidões dos moços cientistas [e r]aras vezes lhes são dadas ocasiões de

**“Biblioteca Cosmos” (1941-1948)**

1ª Secção	2ª secção	3ª Secção	4ª Secção	5ª Secção	6ª Secção	7ª Secção
<b>Ciências e Técnicas</b>	<b>Artes e Letras</b>	<b>Filosofia e Religiões</b>	<b>Povos e civilizações</b>	<b>Biografias</b>	<b>Epopéias Humanas</b>	<b>Problemas do nosso tempo</b>
A- Matemática e Cosmologia  B- C. da Natureza  C- C. Biológicas  D- C. Psicológicas e Sociológicas	A- Literatura  C- Pintura  D- Escultura		E- As principais potências do séc. XX  G- Evolução da sociedade e suas instituições  a) parte geral b) volumes complementares			C- Sociais D- Produção e Indústria animal na civilização humana
Aut. Nacionais <b>43</b> Estrang./Tradz. <b>5</b>	Nacionais <b>12</b> estrang./tradz. <b>8</b>	Nacionais <b>2</b> Estr./Trad. <b>1</b>	Nacionais <b>6</b> Estrang. <b>0</b>	Nacionais <b>5</b> Estrang. <b>0</b>	nacionais <b>0</b> Estrang. <b>1</b>	Nacionais <b>6</b> Estrang. <b>0</b>
Vols publicados <b>66</b> Vols. reeditados <b>6</b> Obras <b>48</b> Vols. a publ. <b>15</b>		Vols publicados <b>5</b> Vols. reeditados <b>3</b> Obras <b>3</b> Vols. a publ. <b>1</b>	Vols publicados <b>9</b> Vols. reeditados <b>1</b> Obras <b>6</b> Vols. a publ. <b>1</b>	VI. publicados <b>5</b> V. reeditados <b>1</b> Obras <b>5</b> Vols. a publ. <b>7</b>	Vols publicados <b>1</b> Vols. reeditados <b>1</b> Obras <b>1</b> Vols. a publ. <b>1</b>	Vols publicados <b>27</b> Vols. reeditados <b>1</b> Obras <b>23</b> Vols. a publ. <b>6</b>
<b>Total global :</b>	<u>Vols public.</u> <b>145</b>	<u>Obras public.</u> <b>106</b>	<u>Autores nacionais</u> <b>96</b>	<u>A. estrangeirs</u> <b>10</b>	Obr. reeditadas <b>16</b>	Obs: os preços dos vols variavam entre 4\$00 e 10\$00, sendo a maioria a 6\$00.

(Fonte : informações editoriais publicadas em diversos volumes da Biblioteca Cosmos)

*tornarem públicos, sob forma clara e generalizada, os resultados da sua actividade [o que influi de modo que] esta comunicação com o mundo ordinário também os faz sair das suas torres de marfim...”<sup>97</sup> .*

**Linha de orientação programática** que, como vemos, era de extrema pertinência e notável actualidade.

Decorridos três anos da existência da Biblioteca Cosmos (1944), Bento de Jesus Caraça faz o balanço reflectido deste projecto:

1º ) Quando me refiro à interacção entre

*o cientista e o meio, encaro-a ainda do ângulo de uma interferência cada vez maior do social na ciência, e reciprocamente. Isto é, a ciência nos seus métodos e no seu espírito, tende a invadir cada vez mais os diferentes ramos da actividade social. Por outro lado, esse próprio facto vai pôr problemas novos e raízes de actividade novas à actividade científica. O científico e o social tendem a ter uma intensidade de interacção cada vez maior. Um aspecto disto é que o homem - unidade social, o comum dos homens, deve sentir a ciência*

*como uma coisa sua, uma parte do seu património e só o pode fazer se a conhecer nas suas linhas fundamentais.(...) exige uma subordinação do individual ao colectivo, uma integração da unidade no todo(...) Esse mesmo método de trabalho vai ser usado na produção de alguns volumes da biblioteca.*

2º) No capítulo dificuldades, "...alguns colaboradores...não têm querido aceitar este sentido, necessário numa obra colectiva, de integração da unidade no todo ..."98.

No prefácio ao último volume da Biblioteca Cosmos - "O Submarino" do Capitão Hermes de Araújo Oliveira-, o seu editor, Manuel Rodrigues de Oliveira, prestando, sentida e última homenagem a Bento Caraça, traçava, assim, em Lisboa, a 30 de Junho de 1948, a **genealogia** breve desta fecunda colecção.

*"Em Fevereiro de 1941, quando esta editora pensou lançar uma colecção cultural, procurou-se o Prof. Caraça, que entusiasmado...elaborou o plano, procurou os colaboradores, e seleccionou os primeiros originais. O plano traçado, que publicámos em Abril de 1941 num pequeno jornal de propaganda, é um modelo de sistematização e metodização do conhecimento humano. Existem em vários países culturalmente avançados colecções com as características de "Biblioteca Cosmos", mas não conhecemos até hoje nenhum plano de divulgação cultural como aquele que genialmente traçou, então, o Prof. Caraça. Todos os autores, cujos trabalhos foram publicados em "Biblioteca Cosmos", sabem como o Prof. Caraça lia atenciosamente todos os trabalhos; e todos sabem as sugestões e o auxílio que aquele Mestre trouxe às suas obras...Tudo no Prof. Caraça era compreensivelmente humano...Começada, pois, em Junho de 1941 esta colecção, depois de ter publicado 145 volumes, cujas tiragens ultrapassam a casa de 1.000.000, acaba com este volume ... Porque não queremos continuar com outrem uma obra que foi criação do prof. Bento de Jesus Caraça..*

Parece na verdade, ter sido da acção destes dois homens, conhecidos na sua juventude na Universidade Popular Portuguesa - Bento Caraça, para quem "derrotas só existem aquelas que se aceitam"<sup>99</sup> e Manuel Rodrigues de Oliveira, filho de marceneiro de fortes convicções republicanas, jornalista e director editorial das Edições Cosmos, que surge este projecto editorial de inegável sucesso.

Ilustram a qualidade do projecto, exemplar ainda, como se depreende do quadro acima traçado, de uma equilibrada articulação Ciências/Humanidades, mas onde os problemas

e as questões sociais tiveram uma representatividade bem menor do que o desejava Bento de Jesus Caraça, a simples referência de alguns autores nacionais editados nesta colecção: *O Problema do Cancro*, pelo Instituto Português de Oncologia, *A Crise da Europa*, pelo Professor Abel Salazar, *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa* de Armando de Castro, *Modernas Tendências da Educação* de Irene Lisboa, *O Problema do Trigo* pelo Eng. Henrique de Barros, *Machado de Castro* por Manuel Mendes, *Actividade Dramática de Gil Vicente*, pelo dr. Marques Braga, *A China Antiga e Moderna* de José de Freitas, etc. ; ou ainda, para só citar alguns outro exemplos de publicações "Cosmos" recentemente divulgadas na Web (endereço <http://nautilus.fis.uc.pt/Read-c/cosmos/cosmos.htm>), pelo projecto Nautilus da Faculdade de Física da Universidade de Coimbra: *O ABC da Genética*, pelo engenheiro agrónomo, António S. Câmara, *O Corpo Humano* (4 vols.) de A Celestino da Costa ou *Os Fundamentos Científicos da Sexualidade* de A Quintanilha, *Iniciação à Física* de Mário Silva, do próprio Bento de Jesus Caraça - *Conceitos Fundamentais de Matemática* (2 vols.) e *Galileu Galilei* ou ainda *O Problema da Evolução em Biologia* do seu amigo e assíduo correspondente Ilídio Sardoeira.

Para " **colaboradores** " da "Cosmos" escolhe pois Bento de Jesus Caraça "estudiosos e investigadores, que eu procuro nos seus círculos de trabalho. É gente interessante, com actividades orientadas mas na maioria sem nome consagrado....O que eu não penso e se deve frisar, é que os nomes feitos imponham os assuntos. Desejo sobretudo que as fontes de divulgação, nesta biblioteca, sejam as de uma geração que se forma, que se afirma"[porque, como explica] entendo que deixar de satisfazer pelos nossos meios as curiosidades científicas que despertam à roda de nós, equivale a empobrecermos o nosso património espiritual. Com este critério tenho procurado obras originais, em vez de traduções<sup>100</sup>.

A este projecto que acaba por adquirir notável posição no domínio nacional da produção cultural e científica, <sup>101</sup> subjaz como se vê uma profunda e sólida filosofia cultural humanista, congregadora de quase uma centena de autores portugueses, na generalidade, referências ainda hoje incontornáveis nas suas áreas de trabalho teórico, muitos deles, professores compulsivamente demitidos das suas universidades, pelo regime salazarista. Nesta medida também, e até pelos conteúdos

relevantes que veicula, nos seus mais de 100 volumes, muitos da autoria de “companheiros de luta” de Bento de Jesus Caraça - sinaliza-se o interesse de vir a construir as suas características pertinentes a par do contributo que o estudo da materialidade das obras em que se traduziu, possibilitará a um melhor conhecimento das condições materiais e fundamentos teóricos da história do pensamento português contemporâneo, privilegiando a dimensão particular da relação ciência - sociedade na sua historicidade própria.

Iniciativas editoriais como a Biblioteca Cosmos ocupam um lugar central nesse movimento cultural que durante o Estado Novo constituiu uma tentativa de promover uma cultura de oposição racionalista, informada pela ciência e que encontraria na vulgarização de alta qualidade um veículo privilegiado, continuando ainda hoje a ser uma referência fulcral e legitimadora das políticas de promoção da cultura científica e da educação científica. (Nunes, 1999)<sup>102</sup>.

Significa por isso ainda a Biblioteca Cosmos um balanço considerável, seja a que título for, de uma dimensão pragmática de divulgação cultural, na fronteira das ciências/humanidades, que nos permitirá compreender com outra complexidade, através de estudos, em larga medida por fazer, os modos como a “relação ciência - sociedade” se foi entre nós estabelecendo, titubeantemente embora, e ver como esta problemática se colocava no quadro nacional que podemos passar a perceber como marcado por sinais de emergência de um processo tendente a criar as condições necessárias à “profissionalização” e “institucionalização” da ciência, indiciado em tentativas como esta de fazê-la penetrar a sociedade. Com efeito, o projecto Biblioteca Cosmos é um marco do que designamos “cena primitiva” de processo sociohistórico de criação das condições de institucionalização de uma cultura científica no espaço nacional. Processo histórico nacional marcado por iniciativas do género mais ou menos sucedidas que, intermitentemente, foram (in)formando dimensões importantes da sociedade portuguesa contemporânea, está, a merecer estudo sistemático, privilegiando o enfoque da relação ciências/humanidades/ sociedade, até na medida em que este melhor permitirá ver os modos como Portugal se foi posicionando num mapa de que se poderia pensar, ter estado sempre arredado.

### **Divulgação científica e /ou cultural em polémica**

Processo atravessado por polémicas e debates sob formas e conteúdos da divulgação científica e/ou cultural, entrecortado ou em “entrelinhas” numa ambiência geral de clandestinidades e censuras.<sup>103</sup> Recordamos aqui apenas uma dessas polémicas, a que envolvendo António Sérgio (protagonista de muitos outros debates célebres como os travados por exemplo com Abel Salazar e Adolfo Casais Monteiro), e Bento de Jesus Caraça, ocorre na altura da publicação na Biblioteca Cosmos, da 1ª edição dos “Conceitos Fundamentos da Matemática”, que com 5 edições e 17.500 exemplares, ocupou o 1º lugar de todos os volumes que constituíram a colecção.

Ao ensaísta e pensador António Sérgio - mentor de que ainda hoje se reclamam muitas das figuras do panteão da cultura nacional -, que em comentário geral a propósito dessa edição *“Em filosofia não há resumos nem vulgarizações possíveis...o vulgarizador assemelha a um professor de equitação que para facilitar as coisas suprimisse o cavalo”*, considerava tratar-se de *“um incitamento à incultura filosófica, à incompreensão da genialidade, à barbarização dos leitores”*, irá o Professor Bento de Jesus Caraça, autor da obra hoje, referência clássica para os estudos matemáticos, responder assim: *“António Sérgio proclama que a minha atitude ao discutir Platão é um exemplo pernicioso para a educação dos jovens. Por causa da minha atitude intelectual, das minhas ideias, já fui várias vezes acusado de ser pernicioso para a educação dos jovens. Não posso esconder o meu espanto ao ver juntar-se a esse coro a voz de António Sérgio ... Terminada esta infeliz discussão ... sinto-me ... na situação dum espectador que assiste à representação de um episódio substancial da Comédia da Vida”*<sup>104</sup>.

O processo de actualização do pensamento nacional, na linha de desenvolvimento da relação ciência - sociedade, que assim se tem vindo também a procurar delinear, e cujos modos difusos e disseminados e níveis diferentes de influência na formação de várias gerações de intelectuais portugueses, importa compreender e explicitar, na sua estruturação, a que não são alheios os movimentos mais ou menos consequentes de resistência e oposição<sup>105</sup> ao regime salazarista, com os seus projectos específicos de mudança cultural e social do país, ficaria bastante limitado sem

uma referência explícita a este projecto influente na formação de várias gerações de intelectuais portugueses. É um tal processo e as novas dimensões que o seu estudo nos abre que se nos revelam como um outro elo perdido da história do pensamento cultural e científico de Portugal que havia de mergulhar num longuíssimo período obscurantista, coincidente com o “consulado de Oliveira Salazar”<sup>106</sup> e a “primavera Marcelista”, e do qual, só com grande dificuldade e muita persistência, se tem vindo a libertar.

## 4. GESTÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL : DIVERSIDADE E LUGAR DO PATRIMÓNIO EM BIBLIOTECAS E ARQUIVOS

**Resumo:** Introdução à problemática dos fundos especiais e seu valor patrimonial. Fundos antigos e de raridade (“livro antigo”, incunábulo, etc.)

História Local e Fundos locais / regionais (Bibliotecas, Arquivos e outras unidades documentais) – natureza e especificidades próprias : constituição, gestão, políticas de preservação e difusão.

### 4.1. INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL MÓVEL

O Programa de Inventariação do Património Cultural Móvel Nacional, decidido em 1990, com vista à recuperação e preservação do Património Português como medida estratégica de uma política de cultura no quadro da União Europeia, presidido por uma Comissão Nacional integrada por representantes do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, do Instituto Português de Museus, dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, apoiada numa estrutura de coordenação regional de sete representantes de bibliotecas públicas e municipais – Porto, Viseu, Braga – e de Serviços de Documentação e Bibliotecas Gerais de Universidades – Coimbra, Aveiro e Algarve.

Em resultado desta primeira fase de trabalho que mobilizou uma vasta equipa de técnicos para a recolha e registo de dados em mais de 30 bibliotecas de tipologias diversas e procedeu à compilação de um significativo conjunto de catálogos parcelares anteriormente editados, é publicado em 1995 pela Secretaria de Estado da Cultura, a obra *Os Incunábulo das Bibliotecas Portuguesas*, Catálogo Colectivo organizado em 2 volumes : 1º vol. – Catálogo complementado com informação relativa a bibliotecas incluídas, catálogos publicados, obras de referência, adições e correcções e 2º vol. – Índices, por autores secundários, línguas, lugares de impressão e impressores, editores e livreiros, títulos, concordâncias, localizações e ilustrações.

Uma das razões de se começar pelos incunábulo reside no facto de sobre este rico

património bibliográfico existir já muito e bom trabalho de especialistas e de haver já desde as décadas de 1920, 1930 e 1940 esforços notáveis para a “organização e elaboração do inventário bibliográfico da nação” e de existirem também publicados catálogos parcelares deste tipo de documentos existentes em diversas bibliotecas e arquivos nacionais, cujos registos foi depois necessário em alguns casos depurar, a quando da sua reunião na base de todos os dados proveniente das diversas unidades documentais.

Nesta sua primeira, o programa de Inventário do Património Cultural Móvel destina-se a cobrir o material de propriedade do estado ou sob sua tutela. Ou seja, no caso dos incunábulo adiante apresentados em maior detalhe, a reunir num único catálogo os da Biblioteca Nacional ( que em 1844-45 tem já o primeiro catálogo “que nesta terra se publica”), o Arquivo Nacional /Torre do Tombo, a Biblioteca da Ajuda, as Bibliotecas da Academia das ciências de Lisboa e da Academia Nacional de Belas-Artes, as Bibliotecas da Assembleia da República, da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, do Palácio Nacional de Mafra e do Banco de Portugal, a Biblioteca Pública Municipal do Porto ( que em 1897 publica também o seu catálogo) e diversas Bibliotecas Municipais e Públicas como por exemplo a de Braga (que em 1994, por ocasião do V Centenário do primeiro livro impresso em Portugal, promove exposição e publicação de catálogo “Incunábulo da Biblioteca Pública de Braga”, onde o seu actual director, Henrique Barreto Nunes apresenta sumariamente a sua história e faz a descrição abreviada de 54 incunábulo desta Biblioteca cujo fundo inicial era proveniente de várias livrarias de conventos e mosteiros do Minho poucos anos volvidos sobre a sua extinção pela lei de 28 de Maio de 1834), a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora e alguns Arquivos Distritais, a Biblioteca Geral da universidade de Coimbra e outras bibliotecas Universitárias e Escolares, bibliotecas de Ministérios, de Museus e também a Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa num total de 37 instituições onde se verificou existirem exemplares<sup>107</sup>.

#### 4.2. FUNDOS ESPECIAIS<sup>108</sup>

Definição, diversidade de localização, origem e proveniência destes fundos, classificação, modos de constituição, que fazer deles, que tratamento dar-lhes, se se deve ou não continuar a enriquecê-los e com que critérios

de selecção, ou se pelo contrário é preciso constituir outros, colocando-se naturalmente aí a questão dos fundos de bibliofilia contemporânea, são tudo problemáticas que estes fundos nos colocam e que simultaneamente servem para melhor os identificar e definir, sublinhando-lhes desde já o valor patrimonial que indiscutivelmente apresentam.

Em Portugal, falta por exemplo o que noutros pontos da Europa que nas últimas décadas têm dedicado a este tipo de fundos uma atenção particular, um guia nacional e/ou por regiões deste género de Património Documental disperso pelas bibliotecas e arquivos nacionais, e que permita no seu conjunto conhecer e dar a conhecer a diversidade dos fundos patrimoniais, sua estrutura, homologias, diferenças e coerências. Ou então, a publicação de outros guias sistematizadores de informação relativa a estes fundos que desenvolvam e prolonguem os esforços neste sentido recentemente feitos pela Biblioteca Nacional e a Torre do Tombo (vejam-se textos distribuídos para estudo individual).

E no entanto, cá, como lá fora, muitas bibliotecas e arquivos nacionais e públicos, mas também locais e de natureza privada ou particular conservam nos seus acervos, para além dos comuns livros e periódicos, manuscritos de toda a espécie, obras e partituras musicais, documentos e património escrito (manuscrito e impresso) bibliográfico e/ou arquivístico, colecções de documentos gráficos (mapas, plantas, cartas, álbuns, fotografias, estampas, desenhos, e ainda moedas, medalhas e globos terrestres herdados de outros tempos ou então recentemente aparecidos em novos suportes por influência do desenvolvimento de novas tecnologias, estes aliás transformando as clássicas bibliotecas cada vez mais em mediatecas. De há cerca de trinta anos a esta parte, entre nós e nos centros mais desenvolvidos da Europa desde os anos 1930 que algumas bibliotecas e também alguns arquivos vêm reunindo documentos em novos suportes – fotografias, vídeos, documentos audiovisuais, e colecções sonoras com o objectivo de constituírem fundos de arquivo do chamado Material – Não - Livro, que integram também esta categoria de fundos especiais e que levantam o problema de saber que lugar devem ocupar estes novos media ao lado dos documentos tradicionais nas colecções patrimoniais.

Incluem-se também nestas colecções certos fundos bibliográficos que formam

unidades notáveis, podendo ser numerosos e variados conforme a história das bibliotecas que os acolhem e que, necessitando de tratamento particular e justificando a sua divulgação selectiva e especial, e constituem, por maior facilidade de apreensão, o que em regra nas nossas bibliotecas se considera serem as secções de reservados ou de fundos locais e nos quais encontramos fundos consagrados a um tema específico (automóveis, circo, comunidades e cultura ciganas etc.) ou a um personagem destacado, homem de letras, de ciência ou de cultura, político ou figura pública de renome nacional e/ou local.

Os "fundos especiais", situados na fronteira dos fundos gerais e dos fundos locais/regionais, e na fronteira dos documentos antigos e de documentos modernos, são mal conhecidos e encontram-se ao nível nacional muito dispersos e em situações de grande fragmentação.

Incluem fundos especializados, fundos especiais e fundos particulares, colecções especializadas de departamentos e bibliotecas especializadas por ex. na área da literatura profissional, constituídos como produto e em resultado de uma vontade consciente de privilegiar um domínio de conhecimentos ou um suporte.

Os fundos especiais podem reagrupar também manuscritos, estampas e fotografais, encadernações, ex-libris e fundos musicais.

Constitui muitas vezes a designação usada para os fundos das bibliotecas e arquivos municipais onde são numerosos e de composição heterogénea porque resultado de diferentes formas de aquisição e ingresso – doações e ofertas, legados, etc. – podendo até por isso serem considerados sem reservas, fundos patrimoniais.

Sendo unidades distintas dos fundos gerais, devem ter um tratamento particular, no cruzamento de vários aspectos, desde distinção material das formas que podem ser semelhantes à aproximação conceptual dos conteúdos, exigindo por vezes pela sua especificidade e diversidade competências exteriores às bibliotecas e o conselho e parecer técnico de especialistas.

Conhecer bem estes fundos significa conhecer também a história das unidades documentais que os acolhem e o seu lugar na paisagem cultural local regional ou nacional. Estabelecer do modo mais claro possível a sua definição e tipologia ajuda a estabelecer a política patrimonial que se lhe deve aplicar a qual deverá ir também no sentido de lhe dar nova vida no quadro de uma política de difusão

cultural que arquivos e museus têm vindo a praticar através de conferências, exposições, congressos...

Numa definição abrangente pode dizer-se que os "fundos especiais" são conjuntos significativos, mais ou menos importantes, de documentos semelhantes pela forma ou pelo conteúdo que se destinam a ser conservados em conjunto e que assim o devem ser. De diversos tipos : impressos, manuscritos e não livros, estes documentos apresentam às vezes uma coerência temática interna em adequação com as unidades documentais que os conservam (o fundo local é um bom exemplo). Podem ter origens diferentes. Mas têm todos uma manifesta vocação patrimonial que provém não da idade dos documentos (alguns são recentes) mas da riqueza e do carácter único do conjunto documental, artístico e/ou cultural e informativo que eles compõem. Distinguem-se das bibliotecas particulares de vocação enciclopédica e também de grupos ou colecções circunscritas de documentos (ex. postais, fotografias, etc.) que não constituem só por si verdadeiramente fundos especiais.

Do ponto de vista da sua caracterização tipológica, podemos considerar, para além dos fundos locais ou regionais mais frequentes e com outra visibilidade que adiante abordaremos em particular, mais dois conjuntos – os fundos temáticos e os fundos de Material – Não - Livro.

Os fundos temáticos que podem ser fundos antigos ou mais recentes contém impressos às vezes acompanhados de manuscritos, estampas, fotografias, cartazes, postais, etc. e quando organizados em bibliotecas e arquivos, a sua designação homenageia por vezes o seu antigo proprietário. Neste tipo de fundos especiais há que distinguir ainda os propriamente temáticos (ex. sobre apicultura, automóvel, rádio, inventos técnicos, etc.) e os constituídos por, e/ou referentes a uma personalidade pública ou individualidade, podendo muitas vezes neste último caso serem os manuscritos do próprio autor reunidos por si ou por familiares, amigos ou admiradores, a base do fundo (ex. em França, os manuscritos de Flaubert na Biblioteca municipal de Rouen, ou os manuscritos de Montesquieu na de Bordéus), tendo também fidelizados os seus públicos e os seus especialistas.

Há ainda uma outra distinção a considerar no caso dos fundos temáticos a que se refere àqueles fundos cujo tema não tem qualquer relação específica com determinada região e que integram documentação especializada sobre determinado assunto de interesse mais

específico e/ou geral (ex. fundos de literatura chinesa, árabe, presença europeia em África, fundos de docs. alemães do período da II Guerra, etc.). em regra os temas são o reflexo dos interesses de colecionadores, bibliotecários e investigadores, sendo por isso muito variados já que dependentes dos interesses de categorias diversificadas de actores, não são muito frequentes nas nossas bibliotecas ou porque se dispersaram ou porque foram incorporados nos fundos gerais das bibliotecas.

A outra categoria importante de fundos especiais conservados em conjunto e com lugar à parte em razão do seu suporte físico, é a designada por Material-Não-Livro, onde se podem encontrar :

- colecções de pergaminho, papiro e madeira gravada guardados como testemunhos de ilustração de livros de séculos passados;

- arquivos privados (famílias...), de hospitais e até de bibliotecas recentes ou mais antigas;

- moedas e medalhas;

- documentos primários como os documentos de arquivo ou objectos arqueológicos, objecto de doação ou outra forma de ingresso, por parte do colecionador, colecções cujo conhecimento é matéria de alguns raros especialistas;

- cartas, plantas, projectos manuscritos ou impressos de reconstrução de igrejas, modernização urbanística de localidades. Muitos destes documentos encontram-se desaparecidos, deteriorados ou dificilmente localizáveis, e em regras só os mapas e as cartas mais gerais e modernos de interesse geográfico são objecto de tratamento e até de divulgação periódica e alargada em exposições comemorativas de certos acontecimentos;

- arquivos sonoros, videogramas registos informáticos produzidos nas 2 ou 3 décadas mais recentes, microfilmes de periódicos, colecções ainda raras mas de tendência crescente, apresentando porém dificuldades acrescidas e novas quanto às condições da sua conservação a longo termo e à exigência de aparelhos de leitura;

- todo um conjunto variado de documentos isolados como objectos artísticos, peças de mobiliário e vestuário, minerais, objectos arqueológicos, encadernações, ex-libris, ex-votos, e mesmo "curiosidades" raiando o exótico e o espectacular, como por ex. máscaras funerárias, objectos artesanais, etc.

A diversidade de localização – bibliotecas,

arquivos, museus de todo o tipo – é uma outra grande característica dos fundos especiais, o que reforça a necessidade, quanto ao seu conhecimento, conservação e valorização, de elaboração de guias ou reportórios, tantos mais necessários quanto, na sua grande generalidade, estes fundos são ainda "negligenciados ou ignorados" apesar de serem de conhecimento prioritário para as gerações futuras.

Assim na ausência de instrumentos utilizáveis não é possível aqui dar informações mais completas e indicações numéricas de volumes, quantidades e índices de qualidade e da importância que estes fundos especiais representam para a riqueza do Património bibliográfico e arquivístico nacional.

Em síntese, proveniências, modos de constituição institucionais ou particulares, exploração e tratamento técnicos mais apropriados, métodos e políticas de aquisição e critérios de selecção para o enriquecimento destes fundos e/ou constituição de novos, incluindo os de bibliofilia contemporânea, exemplos sucedidos de intervenção sobre estes fundos de valor patrimonial, seus públicos e circuitos de divulgação mais adequados, são outros tantos temas que valerá a pena considerar para estudo no âmbito do conhecimento, valorização, divulgação e fruição cultural e lúdica do nosso Património Documental

#### **4.2.1. FUNDOS ANTIGOS E DE RARIDADE BIBLIOGRÁFICA – Panorama Nacional**

No vasto e diversificado conjunto dos "fundos especiais" destacam-se, com um lugar à parte até pelo seu interesse e valor histórico, os fundos antigos e/ou de raridade bibliográfica e documental.

Para além dos dois casos de relevo nacional apresentados na rubrica anterior, salientemos mais três destacados exemplos – o dos **Incunábulo**s já anteriormente introduzido e o **do Livro Antigo** – de cujas especificidades e singulares designadamente quanto à sua análise histórica e cultural e organização e tratamento técnicos específicos e particularmente especializados não pudemos aqui ocupar-nos dada a natureza genérica desta publicação.

*A divulgação do património quatrocentista português, sucessivamente adiada, impunha-se neste declinar do séc. XX. Os **Incunábulo**s, com todas as peculiaridades de obras criadas no berço da arte tipográfica começaram a*

*suscitar o interesse de eruditos no decorrer do séc. XVII . No século seguinte, nomes como os de Maittaire e de Panzer encontram-se associados à descrição sistemática destes cimélios, mas é sobretudo a partir do início do séc. XIX que podemos falar de incunabulística.... Desde então, muitos foram os investigadores que puseram a sua inteligência ao serviço do progresso do conhecimento sobre a produção de livros entre a descoberta da imprensa de caracteres móveis e o final de 1500. Estudou-se a actividade dos impressores, as características dos tipos utilizados nas diversas oficinas, compararam-se alfabetos e edições, publicaram-se catálogos... numa palavra procedeu-se ao estudo científico dos incunábulo... Em Portugal, os bibliógrafos não ficaram alheios a todo este movimento [marcado por grandes obras de referência europeias assinaladas] de renovação de métodos de trabalho para a catalogação de incunábulo<sup>109</sup>.*

Na sua totalidade as 37 instituições públicas nacionais acima identificadas, detêm, no conjunto 1888 edições correspondentes a 2978 incunábulo considerando os exemplares duplicados. O número de edições saídas de prelos portugueses é apenas de 20, ou seja 2/3 do total da produção nacional no período quatrocentista.

São muito diversos os centros tipográficos de onde provêm estes exemplares, predominando os incunábulo de origem italiana, com especial relevo para a cidade de Veneza, o maior centro de actividade tipográfica no séc.XV... Seguem-se por ordem crescente de grandeza outras cidades onde a tipografia também atingiu grande desenvolvimento, como Roma, Paris, Lião, Estrasburgo, Basileia, Milão, Nuremberga, colónia, Bolonha e tantas outras.... 13 cidades impressoras do país vizinho destacando-se pela maior representação, as de Salamanca e Sevilha.

Estas edições que se situam entre o primeiro livro impresso, a Bíblia de Gutenberg, anterior a Agosto de 1456, e uma edição das *Figurae Bibliae* de Antonius de Rampigollis, acabada de imprimir em 31 de dezembro de 1500, uma das derradeiras a sair do prelo neste século, repartem-se pelas quatro últimas décadas de quatrocentos, aproximadamente, do seguinte modo: de 1456 até 1470, 17 edições, de 1471 a 1480, 267, até 1490, 560 e na última de 1491 até 1500, o maior número, 1044 edições.

... No período que vai da descoberta da imprensa até 1470, todas as obras chegaram até nós se podem considerar de importância

excepcional, no entanto, assumem especial relevo o primeiro grande livro composto com caracteres móveis, a Bíblia saída da oficina de Gutenberg, em Mogúncia, conhecida por Bíblia das 42 linhas, de que existe um belo exemplar filigranado a cores na Biblioteca Nacional... Além de Ter sido o primeiro livro impresso, a Bíblia foi também o que maior número de edições teve neste século, figurando na produção de grande parte das primitivas oficinas...

A "divina arte" tinha cada vez mais sucesso na Europa e a sua expansão no-lo demonstra.

*Na década seguinte instalou-se em Portugal, e não podemos deixar de distinguir neste período, pelo que representa para a história da tipografia no nosso país, o pequeno grande livro que é o Tratado de Confissom, impresso em Chaves em 1489, até hoje o primeiro incunábulo datado que se conhece em língua portuguesa e cujo único exemplar, rigorosamente estudado por J. V. de Pina Martins,<sup>110</sup> foi adquirido há alguns anos pela Biblioteca Nacional.*

De entre estes cerca de 2 milhares de edições – grande riqueza de colecções notáveis algumas também pela beleza das suas iluminuras e gravuras - há ainda 33 de que não foi possível encontrar referência a outros exemplares conhecidos, nem na bibliografia especializada, nem na consulta de especialistas. A sua divulgação através deste catálogo -, o 1º aliás do Património cultural Móvel - , bibliografia geral de incunábulo mais completa que as anteriormente publicadas, ilustra o grande contributo nacional para o conhecimento mais completo da riqueza do nosso Património Documental.

No início do século XVI os livros multiplicaram-se de maneira rápida e a quantidade e diversidade dos assuntos neles versados suscitaram o ecletismo dos colecionadores. Por sua vez a história do livro da imprensa e das literaturas nacionais e mundial, mostra como foi variando ao longo dos séculos, com os meios e as modas, a apreciação das obras científicas e literárias, a apreciação e julgamento dos críticos e dos públicos, pelo que é útil tentar explicitar um certo número de critérios dotados de alguma abrangência e objectividade mínima.

Ainda que acreditemos que todo o bom livro é raro, há muitas razões para que um **livro** seja considerado **raro**. A antiguidade é uma delas, mas o reduzido número de exemplares, ainda que de uma edição recente, mas se por exemplo apreendido ou proibido pode ser outra e não menos importante que a primeira. Assim é útil que se tenha como referência uma certa

sistematização de critérios de que passamos a enunciar alguns<sup>111</sup>:

- obras editadas até meados do séc. XIX;
- primeiras edições
- segundas edições até finais do séc. XIX
- edições de luxo
- edições com tiragem aproximada de 300 exemplares
- obras autografadas por autores de renome
- obras de personalidades de projecção política, científica, literária e religiosa
- teses
- obras abonadas pelo próprio punho ou reunidas em colectâneas por alguns autores.

Acrescem a estas, as primeiras, naturalmente e as restantes conforme os interesses específicos de bibliotecas e/ou coleccionadores, o que exige no entanto um apoio bibliográfico especial a obter junto de especialistas e de fontes de informação especializadas nestes domínios, como por exemplo em Portugal é o *Diccionario Bibliographico Portuguez : estudos de Inocêncio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*, obra em 10 volumes editada na Imprensa Nacional, Lisboa, em 1858;

- todas as impressões dos séculos XV, XVI e XVII, importantes do ponto de vista tipográfico e /ou de ilustração e as impressões e edições nacionais do séc. XVII e até ao início do séc. XVIII, consideradas em regra na categoria de "**livro antigo**";

- edições de tiragens reduzidas, edições especiais, edições de luxo e edições para bibliófilos;

- edições clandestinas;
- obras esgotadas;
- exemplares de colecções especiais, em geral com belas encadernações e/ou ilustrações de autores de renome e 'ex-libris';

- exemplares com anotações manuscritas de importância, incluindo dedicatórias.

A abrangência de critérios exposta permite no entanto compilar como aspectos principais de referência, os relacionados com:

- os limites históricos – todo o período que caracteriza a produção artesanal de impressos demarcado pelas consideradas principais datas da evolução tecnológica do livro – séc. XV, início da história da imprensa até 1801, 1808, (as datas variam de país para país) início da produção industrial de livros; e ainda todo o período que caracteriza a fase inicial da produção de impressos em qualquer lugar, em regra até ao séc. XIX e por fim todo o período que caracteriza uma fase histórica demarcada em função do conjunto bibliográfico

(ex. âmbito, objectivo, utilização, tema, etc.) e/ou do interesse do coleccionador (ex. primeiros números de diversos tipos de jornais);

- aspectos bibliológicos dos volumes produzidos artesanalmente (beleza tipográfica, natureza e características dos materiais utilizados - encadernações originais luxuosas, tintas, etc.-, ilustrações e sua reprodução por métodos artesanais como a xilogravura, aguarela, água forte, etc;

- valor cultural (edições limitadas, esgotadas, edições primitivas e originais, críticas, diplomáticas..., assuntos tratados à luz de uma dada época, obras científicas que datam dos primórdios da ciência em questão, teses, histórias de descobrimentos e de colonização, etc.;

- pesquisa bibliográfica feita através das fontes de informação bibliográfica especializada que vão permitir determinar : a unicidade e raridade das obras do ponto de vista dos especialistas e bibliófilos; a preciosidade e celebridade; a curiosidade e ainda a pesquisa em fontes de informação comerciais – anuários de livreiros, etc. que vão permitir avaliara em cada espécie, unidade bibliográfica o preço indicador também de "raridade";

- características do exemplar – elementos acrescentados às unidades documentais posteriormente à sua publicação (marcas de propriedade como por ex. ex-libris, assinaturas de celebridades; marcas de artífices/ encadernadores/ restauradores/ livreiros/ editores/comerciantes de renome; dedicatórias de individualidades célebres.

No que se refere ao "Livro antigo" – publicado desde a difusão da imprensa, séc.XVI até 1801, considerado o marco início da produção industrial de livros - importante elemento de riqueza do nosso Patrimônio Documental, são de referir, para além das importantes colecções conservadas na Biblioteca Nacional, nalgumas bibliotecas públicas como a do porto e nos arquivos nacionais públicos, núcleos existentes em Bibliotecas especializadas de universidades e instituições de ensino superior politécnico, de que citamos a título de exemplo o do IPP que possui 3 importantes núcleos de livro antigo no domínio das Ciências e Técnicas da Engenharia, da Contabilidade e Administração e dos Estudos de Literários e de Ensino, e cuja aquisição e constituição por razões pedagógicas acompanhou particularmente os primeiros anos de funcionamento de alguns destes estabelecimentos que datam de meados e fins do séc. XIX, as importantes colecções de livro antigo das Misericórdias,

designadamente da de Lisboa que publicou já, na década de 1990, os respectivos catálogos.

#### 4.2.2. FUNDOS LOCAIS / REGIONAIS<sup>112</sup>

De existência comum em todas as bibliotecas e arquivos, mas simultaneamente originais para cada uma, os fundos locais e regionais são geralmente considerados uma das razões de ser de bibliotecas municipais e arquivos municipais, constituindo mesmo para alguns deles o elemento fundador, matriz da sua identidade e fermento de identidade da própria localidade/região consideradas como colectividades históricas e vivas e, na medida em que se trata de colecções que compõem a memória local, permitem conhecer-lhe de modo mais preciso e próximo a história, a cultura, a língua, os costumes, favorecendo pois o sentimento de pertença das populações à comunidade local e/ou regional.

Fundos à parte, mas também semelhantes a outros fundos especializados estas colecções patrimoniais constituem por vezes o único elemento patrimonial das bibliotecas e arquivos a que conferem um dos traços mais marcantes da sua fisionomia na medida em que representam a parte realmente viva do património que continua sempre em crescimento.

Se não é discutível a vocação das bibliotecas para constituírem estas colecções documentais locais, consideradas como a sua coluna vertebral ou pedra angular da sua história, e de importância estratégica vital no séc. XIX e em momentos históricos de forte afirmação identitária das populações locais, o seu estudo, a história do seu funcionamento e das suas actuais disfunções, podem ajudar a perceber melhor qual deve ser hoje o seu lugar na oferta documental das bibliotecas e arquivos. Problemática inerente a este tipo de fundos que nos introduz num campo particular de estudos que de modo amplo se poderá designar por "memória e actualidade" onde deve ser reequacionada a valorização e o evidente valor patrimonial destas colecções.

No que toca à aquisição sistemática destes fundos nas bibliotecas é relativamente recente, e na generalidade dos casos, não se pratica ainda. De facto, em bibliotecas menos ambiciosas, como é a situação geral das nossas, a modéstia dos orçamentos parece circunscrevê-las em termos de aquisições regulares ao fundo local que, por vezes, sobretudo no que concerne aos seus conjuntos bibliográficos mais recentes, é integrado nos

fundos gerais das bibliotecas só sendo individualizado como fundo local se o particularismo local é muito forte ou a sensibilidade do bibliotecário é mais atenta a este aspecto.

Esta característica de crescimento dos fundos apresenta duas consequências importantes:

1º - a de ancorar estes fundos nas comunidades locais/regionais onde se conservam pela sua temática e/ou personalidade dos coleccionadores;

2º - sendo em regra resultado de confiscos, heranças, dons, compras de colectividades beneméritas e de indivíduos interessados pela história regional/local, eles alimentam esta história, os seus actores e os desafios mais notórios.

Em séculos passados, bibliotecas e arquivos públicos, herdeiros privilegiados de um rico património histórico, seguiram durante muito tempo e de modo dominante uma orientação erudita e conservadora, ao serviço de notáveis e elites cultas, em detrimento da generalização que hoje se verifica da leitura pública.

Recentemente assiste-se ao desenvolvimento de serviços de informação locais valorizando-se o livre acesso, o audiovisual, a documentação socio-económica, a imprensa, os dossiers temáticos de utilização pragmática e imediata, a iconografia designadamente no âmbito das modernas técnicas de marketing, o que representa uma abertura ao quotidiano em grande medida induzida pela profunda mutação social, pelo papel hoje preponderante da informação, pelo crescimento explosivo da produção documental e pelo aparecimento de novos suportes .

A escassez de estudos e análises reflexivas e críticas sobre estas problemáticas características também destes fundos, sobre princípios técnicos da sua aquisição, tratamento, acesso e divulgação é ainda uma realidade mesmo no campo das ciências da documentação e da informação o que explica que os entendimentos e práticas em relação a estas colecções particulares sejam muito variáveis, verificando-se ainda em regra uma grande distância entre teoria e prática.

Características e políticas de desenvolvimento dos fundos locais.

De natureza pluridisciplinar, em razão mesmo da sua própria constituição em função primeiro da história e depois da geografia, estes fundos colocam um conjunto de problemas metodológicos, desde logo porque é difícil traçar fronteiras entre por um lado, fundos "locais" e "regionais" e por outro entre fundos "antigos"

e fundos mais “recentes”, apresentando neste último caso, logo do ponto de vista do seu tratamento técnico especificidades próprias. É preciso ter em conta a realidade complexa e diversa dos factos histórico- administrativos das divisões distritais concelhias e de freguesia e a interferência neste quadro dos aspectos culturais, económicos, linguísticos e até mesmo a intensidade e historicidade de laços de proximidade e sentimentos de pertença.

Por outro lado e quanto à dimensão da cobertura sistemática da produção documental que interessa à geografia e à história da localidade /região é preciso atender à realidade do Depósito Legal que coloca por vezes outros problemas como o de saber onde se deve começar a selecção e onde acabar a exaustividade, dependendo naturalmente as respostas do tamanho, importância e disponibilidades de recursos financeiros das autarquias e suas bibliotecas e arquivos. Acrescem ainda a estes problemas próprios destes fundos, os inerentes à documentação relativa a áreas e territórios periféricos e limítrofes das localidades /regiões centrais, o que aumenta a dificuldade de se estabelecer nesta matéria uma política documental concertada.

Ora sendo características básicas destes fundos, para além do enciclopedismo de alguns particularmente nos domínios da literatura e da biografia, a sua singularidade e profunda ancoragem geográfica, é desejável que se incremente a prática hoje largamente possível de produção de CDRoms através da digitalização de fundos antigos e locais, que fornecendo assim um instrumento de trabalho que contribui para um melhor conhecimento e para o desenvolvimento de estudos comparados, pode incitar a projectos comuns e a acções complementares e concertadas de aquisição, catalogação, indexação, preservação e divulgação alargada destas colecções, designadamente por recurso à sua integração em redes de comunicação exterior que podem incentivar e responder a uma procura mais solidamente expressa. Exposições e catálogos impresos ilustrados devem acrescentar-se a esta proposta de produção de CD-ROMs e integração dos fundos locais em redes de comunicação, como medidas a recomendar vivamente para tornar “visível o que é legível” desta riqueza documental de inegável interesse para a memória local. E se nestes casos, é de pôr de parte o princípio da exaustividade dada a actual inflação de produção documental, não é no entanto de abandonar o princípio de crescimento desejável destas colecções

assente em verdadeiro e conhecedor investimentos pessoal e profissional através da participação em actividades locais, manutenção de relações com livreiros, editores, autores, associações, organismos públicos e da disponibilidade de tempo dedicada a escutar os leitores especiais destes fundos que são também uma fonte não negligenciável de informação para a constituição e enriquecimento destes fundos.

No caso particular destas colecções, as propostas apresentadas são tanto mais de desejar quanto a experiência nos mostra tendências “anexionistas” geralmente não assentes em critérios científicos e técnicos e geradoras de polémicas e conflitos de cariz “bairrista” e “regionalista”.

Por outro lado, é preciso ter em consideração, no que toca ao domínio literário e histórico do fundo local, que o mais antigo é, do ponto de vista da sua constituição, aquele onde o peso do hábito e a parte de subjectividade se faz mais sentir. É preciso atender também à sua tendência extensiva, isto é, englobante por exemplo de locais de destino de emigrantes – América, Brasil, África, Oriente, Ásia – naturais e/ou residentes de localidades ou regiões de ancoragem dos fundos com histórias fortemente marcadas por fluxos migratórios, a que se acrescenta por vezes a tendência interpretativa que se manifesta por exemplo na apropriação para a história e património local de documentos que favorecem imaginários ligados a certas características mais acentuadas das localidades como por exemplo as situadas em portos que alargam os seus fundos ao imaginário das viagens (por exemplo a interessantes colecções de ex-votos de zonas piscatórias como Matosinhos, ou de terras de tradição balnear e de veraneio, como Espinho, caso que adiante se ilustra).

### **Fundos locais /regionais – testemunhos da vida local em multi- suportes**

A história dos fundos locais/regionais evidencia, com particular destaque nalguns deles, o lugar preponderante dos manuscritos históricos, genealógicos, literários ou etnológicos, colecções ligadas ao mundo da erudição e que sempre atraíram grupos de amadores, o mesmo se passando com os arquivos locais e os registos paroquiais, documentos ainda hoje, na sua generalidade e para períodos mais recentes, largamente dispersos por bibliotecas e arquivos locais e municipais.

Acrescem a estes documentos, os manuscritos de pintura, testemunhos da arte e da história da localidade ou região que são quase sempre objectos emblemáticos da terra e/ou da instituição onde se encontram e ainda mas em proporções mais modestas, manuscritos de actividade intelectual, encontrando-se nos arquivos os conjuntos documentais históricos relativos a actividades de instituições locais. Os públicos que os pesquisam, amadores, estudantes e investigadores dão-nos conta da sua existência e conteúdos em comunicações a conferências e congressos de história local, em exposições, e em actividades e materiais de carácter etnográfico.

A imagem e os símbolos, no fundo local é também investida de valor documental – pagelas, postais, cartazes, panfletos, estampas, desenhos, fotografias, anúncios, placas e etiquetas de esmalte e vidro antigo, etc. – documentos gráficos que no seu conjunto são muitas vezes testemunhos de uma produção intelectual, de uma história e de identidade institucional. Mais recentemente também, o som, isto é os documentos sonoros ligados em regra ao folclore e à etnologia e os documentos multimedia incorporam também os fundos locais enriquecendo-os.

Todavia e apesar desta diversidade, em 80 a 90% dos casos a prioridade é ainda da memória impressa e da iconografia constituindo esta um lugar em regra à parte, em galerias ou artotecas.

### Utilizações e públicos

Os fundos locais e regionais são geralmente a parte mais explorada dos fundos patrimoniais, pois se trata de fundos especializados de utilização variada. Eruditos, membros de sociedades e associações, professores, alunos e por razões de conjuntura e evolução da sociedade geradoras de um interesse crescente pela documentação socio-económica (urbanismo, ambiente, economia, dados estatísticos e demográficos), hoje também cada vez mais outro tipo de utilizadores – universitários, investigadores, jornalistas, sindicalistas – ou seja, desde a década de 1970, todo um movimento crescente de interessados pelas realidades locais e pela utilização intensiva da memória local quer individual (biografias, genealogias) quer colectiva (monografias locais, exposições, eco- museus, etc.).

Em conclusão, os fundos locais/regionais não são somente um lugar de conservação onde

tudo se regista e guarda para o futuro, nem devem encerrar-se numa lógica regionalista ou localista excessiva, devendo pelo contrário, ser seu determinante último a unidade intelectual das colecções, pelo que carecem de ser completados e resituados por outros fundos, outras colecções mais gerais.

Pelos laços que tecem com ao meio socio-profissional, as actividades que repertoriam, acompanham ou difundem, os públicos que os acolhem, os responsáveis dos fundos locais e as unidades documentais que os guardam, organizam e difundem, são também testemunhos e actores da vida local e parte integrante da memória que registam e preservam para transmitir às gerações futuras a visão do mundo que a população da localidade ou da região podia ter tido numa dada época (P. Bazin, 1996).

No que se refere agora mais em concreto ao **Panorama nacional** em matéria deste tipo mais geral de **Fundos especiais, os fundos locais locais/regionais**, apresentamos a seguir esquema das suas características designadamente quanto à composição, complementado pela referência indicativa de um conjunto de medidas básicas de preservação e difusão essenciais à salvaguarda deste tipo de fundos de evidente valor patrimonial.

A composição destas Colecções Bibliográficas - fundos bibliográficos antigos que integram hoje a maioria das nossas bibliotecas públicas - e/ou fundos de arquivo, são de proveniências diversas e composição variada – miscelânea como já atrás se referiu e a seguir se ilustra. Encontramos:

a) fundos de valor cultural excepcional:

- Incunábulos (até 1500 inclusivé) ,livro impresso antigo, música impressa, libretos, manuscritos e impressos musicais (cantochoão, polifonias), códices, materiais bibliográficos fragmentários (base manuscrita e eventualmente impressa); fotografia.

- Núcleos dos séc. XVI, XVII e XVIII (até 1800 inclusivé) - tratados na totalidade em 1987 na Região Norte : Bib. Públicas de V. N. Famalicão, Viana do Castelo, Penafiel, Ponte de Lima, Fac. de Belas Artes, Ciências, Medicina da Univ. do Porto, Bib. Municipal do Porto e de Paredes; Reg. Centro: Bib. – Museu Tomás Ribeiro (Tondela), Casa Museu Egas Moniz (Avanca), Bib. da Fundação D. Laura Santos; Bib. Municipal de Santa Comba Dão, de Coimbra e da Figueira da Foz; Reg. Sul: Bib. Municipais de Abrantes, Constança, Leiria, Óbidos, Estremoz, Montemor-o-Novo.

Observação: Falta ainda, apesar do trabalho de inventariação/catalogação do Património

Móvel desenvolvido nos últimos anos, por equipas de jovens bibliotecários sob coordenação do IPAR, repertório geral que permita recuperação por autores e obras anónimas, títulos, datas, impressores - livreiros e pela localização dos respectivos fundos - projecto de salvaguarda, revitalização e difusão do património bibliográfico);

b) Manuscritos de biblioteca (carácter literário, científico, historiográfico, genealógico, etc.; ex. códices, fragmentos, docs. avulsos - correspondência, etc.);

c) Manuscritos de arquivo - institucionais (de instituições da administração central, local, notariais, judiciais, etc.); particulares (de famílias, personalidades, empresas); docs. avulsos (diplomas, cartas, mapas, etc.);

d) Material - Não - Livro : Gravuras, cartazes, ex-libris, postais ilustrados, desenhos, fotografias, audiovisuais, documentos substitutos como por ex. microfilmes e microformas e, mais recentemente, registos informáticos, CD-Roms e DVDs;

e) Material cartográfico (antigo/moderno) - Mapas, planos, plantas, atlas, outros;

f) Material iconográfico - desenhos, iconografia artística, retratos, etc.;

g) Material não bibliográfico - Moedas, Medalhas, Matrizes de gravura (madeira, cobre, etc.);

h) Jornais, revistas e opúsculos e outras "publicações menores e efémeras" locais;

i) Fundos bibliográficos ou de arquivo ou de museu privados de eventual significado;

As Associações de Defesa do Património têm neste domínio, bem como as Bibliotecas Públicas e Municipais e os Arquivos Públicos (distritais, municipais) e Privados (Misericórdias, Famílias, Empresas), as funções - de recolha, inventariação e organização, reabilitação e formação de opinião pública, que nos seus aspectos básicos podemos agrupar assim:

1.1. Localização/Estudo/Reconstituição (Estados da situação, Relatórios, arrolamentos, descrição sumária e inventários preliminares, índices (cronológicos, onomásticos, geográficos, didascálicos, temáticos, topográficos) listas de incorporação em unidades documentais);

1.2. Preservação, defesa e divulgação : (Classificação e amplitude - arquivo., biblioteca, miscelânea, documental; Problematização da preservação patrimonial: porquê, para quê, o quê?, critérios de selecção, eliminar?; causas de degradação e desaparecimento do património documental; evolução e "papéis velhos"; a conservação e preservação do

Património Documental na legislação; pequenas operações, métodos e técnicas de restauro de documentos e diversidade de materiais e conteúdos). Património documental : bens materiais - manuscritos, impressos, digitais, electrónicos - e imateriais - costumes, tradições e literatura populares, valores culturais etnográficos e etnológicos, práticas científicas e técnicas, cultura e fontes orais, manifestações artísticas, linguísticas, expressão musical e dramática.

1.3. Processos técnicos para a preservação do património documental: Controlo de humidade, luz, fogo, poeiras, insectos, fungos. Registo fotográfico, audio e videográfico ; recolha de fotografias antigas, postais, peças de artesanato, instrumentos de trabalho; Encadernação, Microfilmagem e digitalização; Restauro e conservação - artesãos, laboratórios, centros e institutos especializados; Inventariação, avaliação e classificação de espólios; organização de informação e bases de dados; recuperação, renovação e reabilitação de bibliotecas e arquivos e outras unidades documentais; incentivo à criação de oficinas, ateliers e clubes de património documental.

1.4. Divulgação : Parcerias de instituições de cultura - bibliotecas, museus, arquivos, etc. -, escolas, associações cívicas, recreativas e culturais, colaboração poder autárquico, poder central, instituições de ensino superior, empresas e fundações, mecenato; Exposições temáticas e bibliográficas; Publicações e colecções de facsimiles, notícias e artigos para imprensa, conferências, visitas guiadas, entrevistas, inquéritos, informação da opinião pública e formação de novos públicos, trabalhos monográficos, guias, roteiros, páginas na Internet. Criação de Centros de Património Documental.

Ilustremos o que se disse com um exemplo de fundo local nacional que poderemos considerar típico da generalidade deste tipo de fundos que têm vindo a ser progressivamente objecto de tratamento particular e adequado, nos últimos anos, graças à expansão da Rede de Leitura Pública lançada entre nós no final da década de 1980 com a correspondente formação especializada e colocação de técnicos superiores BD nas Bibliotecas Municipais. Referimo-nos ao "Fundo Local" da Biblioteca Pública de Espinho, cuja composição sumariamente apresentamos.

Uma razão apenas das muitas que explicam esta opção (que poderia por exemplo recair no fundo local de Vila Nova de Famalicão, em fase

organização e divulgação pública e que contém para além de outra, documentação de interesse para a história política do país e da intervenção nela de destacados republicanos e democratas): o facto de se tratar de uma localidade situada na fronteira da região Norte - Centro do país, das mais antigas e notórias procurada como zona de lazer e balnear, por nacionais e estrangeiros célebres, como é o caso de Unamuno.

Uma análise global da descrição dos documentos coleccionados e organizados no final da década de 1980, inícios de 1990, num serviço de documentação desta Biblioteca, divulgada no "Catálogo do Fundo de História Local da Biblioteca Municipal de Espinho" publicado em Outubro de 1993, com o patrocínio da Junta de Freguesia da localidade de Espinho<sup>113</sup> dá-nos conta logo na apresentação introdutória da composição miscelânea deste fundo assim genericamente constituído, num primeiro esforço de levantamento e sinalização de fontes de interesse para a memória local: documentos de interesse para a história local, bibliografia de autores que nasceram ou escolheram Espinho para viver, trabalhar e fruir curtas temporadas de lazer e descanso, dos quais se cita a título de exemplo, o caso de Manuel Laranjeira (1877-1912)<sup>114</sup>, jornais locais, folhetos, publicações efémeras e outros documentos visuais e audiovisuais.

No que se refere às "Monografias", para além de anais de história e volumes de carácter memorialista, predominam as obras de Manuel Laranjeira, de Edgar Carneiro e de José Marmelo e Silva, nome destacado do nosso neo-realismo.

No que concerne às "Publicações Periódicas" destacam-se naturalmente os boletins bibliográficos, boletins informativos e programas dos festivais internacionais de cinema de animação, (CINANIMA), realizados na localidade, desde a década de 1970, os Boletins Municipais de Espinho, cuja publicação se iniciou em 1990, e ainda os Roteiros Turísticos anualmente editados desde 1988.

A colecção de "Efémeros" inclui documentos relativos a: ante-projecto da reserva natural regional da Barrinha de Esmoriz, concursos de automóveis antigos e de saltos, exposições e mostras várias, estatutos de Associações culturais e recreativas, regulamentos de feiras e mercados, festas de S. Pedro, Festivais de Música, de Magia, de Folclore, comemorações de centenários de paróquias, etc.

Integram ainda este Fundo local/regional, um número considerável de Boletins Culturais

de que o catálogo referido publica um útil e expressivo índice de assuntos, um pequeno núcleo de documentos audio-visuais sobre a presença do mar em Espinho e animação de praias, aspectos da modernização da localidade e canções de ranchos juvenis, e por fim, um conjunto de trabalhos escolares multi-temáticos produzidos no âmbito da Educação de Adultos que teve na localidade logo a seguir ao 25 de Abril uma grande expressão, designadamente junto de comunidades ciganas, graças ao trabalho voluntário e regular de grupos de jovens de associações e partidos políticos em que participei aplicando o método de Paulo Freire.

Por fim uma referência particular a um conjunto destacado deste tipo de fundos especiais - antigos, locais e/ou regionais -, de interesse predominantemente histórico. Trata-se de séries e fundos de natureza arquivística em regra existentes nos nossos arquivos municipais e distritais, mas nem sempre tratados, e por isso de difícil identificação global e acesso orientado, logo sujeitos a uma quase total invisibilidade.

Felizmente que este problema já sinalizado pelas instituições e técnicos responsáveis se encontra em fase de resolução, como se pode depreender do facto de, no que se refere aos arquivos locais, das Câmaras Municipais e Misericórdias, estarem a ser objecto das respectivas identificação distrital, a nível de todo o país, e divulgação através da publicação recente dos correspondentes Recenseamentos, já em número de 14 volumes disponíveis para venda<sup>115</sup> por exemplo nos Arquivos Distritais. No capítulo mais geral dos fundos especiais de arquivo mais algumas referências devem ser feitas à publicação recente de outros importantes instrumentos de acesso e conhecimento, tais como: "Guia das Fontes Portuguesas para a História de África", em 3 volumes, "Portugal e a Ibero-América sécs. XVI - XIX", "Estudos Transmontanos", "A Inquisição no Estado da Índia", "Humberto Delgado e as eleições de 1958", "O arquivo do Conselho da Revolução", "Documentos sobre a Madeira no século XVI"; "Genealogia e Heráldica: fontes documentais na Torre do Tombo", etc.

## 5. PATRIMÓNIO DOCUMENTAL : LEITURAS PLURAIS

**Resumo:** O Património Documental no cruzamento de leituras plurais (apresentação de recensões e esboços de roteiros, guias, índices, inventários, repertórios, catálogos... para 'estudos de caso' em Património Documental).

Públicos potenciais do património documental: o mundo escolar e da educação, o mundo do turismo cultural e do lazer.

### 5.1. História das Populações, Património Documental e Turismo cultural – interface e transversalidades

Deixámos esboçada nas secções anteriores uma panorâmica introdutória à reflexão prévia necessária ao que podemos hoje entender como Património Documental, seguida da apresentação sumária de algumas de suas práticas – inventariação, descrição e linguagens documentais normalizadas - que reputamos de essenciais à actividade dos actores/ investigadores em património documental , história das populações e turismo cultural.

Muito mais do que se disse haveria a dizer sobre tópicos e temas que aqui apenas podíamos deixar enunciados e quando muito balizados nas suas problemáticas básicas e que em grande medida têm a ver com o lugar do património e seus públicos e não tanto como se desejaria, com a função de bibliotecas e arquivos em matéria de divulgação do conhecimento, políticas de conservação, aquisição e enriquecimento do património bibliográfico e documental, avaliação e classificação de colecções de valor e função patrimonial, condições de valorização das colecções, etc.

Passámos depois à apresentação também esquemática da diversidade de documentos e fontes históricas na perspectiva da sua utilização científica e interpretação crítica de fontes e documentos de valor patrimonial histórico e cultural.

Ilustrámos a seguir a grande diversidade e amplitude espacio-temporal do nosso património arquivístico e bibliográfico através da apresentação indicativa de dois estudos de caso, em nosso ponto de vista e na perspectiva do "excepcional normal" próprio do paradigma indiciário, representativos do Património

Documental Nacional, dos seus diferentes aspectos enquanto facto "religioso", "familiar", "nacional", "administrativo" e/ou "científico" assim pontuando contextos socio - históricos de produção acumulada de longa duração do nosso Património Documental. Opção esta que nos serviu outro propósito, didáctico/metodológico, de sinalizar uma nova frente de estudos que importará a vários títulos continuar a desenvolver.

Até aqui, múltiplas práticas e perspectivas, muitos territórios e desafios do Património Documental nos foi possível vislumbrar como necessidade de serem desbravados em matéria de estudo, preservação, difusão e fruição socio - cultural do nosso património.

Uma medida concreta da diversidade das colecções e dos saberes que o seu conhecimento nos permite, encontra-se por exemplo no que se designa de "fundos especiais" aí incluídos os fundos antigos e fundos locais /regionais, colecções patrimoniais por excelência cuja análise e estudo particulares se não podia deixar de introduzir.

Segue-se agora e por último, uma outra forma experimental de abordagem ao Património Documental no cruzamento pluriperspectivado de leituras, situações e problemas concretos, estudo de casos, assente na reflexão partilhada possível de experiências, conceitos, análises fragmentárias de textos/ documentos e no dar a conhecer o trabalho de cada um. Apresenta-se sumariamente a metodologia aplicada:

1. Introdução pelo docente - reflexão poética sob a forma de percurso/manifesto;

2. Trabalho dos alunos, sob orientação/ condução do docente:

- Apresentação de recensões de documentos de apoio a conteúdos programáticos do Módulo, fornecidos pelo docente na primeira sessão.<sup>116</sup> Esta apresentação é oral ( 5 a 7m) acompanhada de texto escrito com ficha de leitura;

- Indicação tópica de resultados de observação/conhecimento empírico- identificação de tema de pesquisa futura caso, situação, valor ou problema em Património Documental (local, nacional ou internacional).

A abrir esta última rubrica do Módulo Património Documental que marca simultaneamente o seu encerramento provisório, sob a forma de intervenção colectiva como assim simbolicamente se quis marcar a forte dimensão de intervenção que

em nosso entender qualquer abordagem do mesmo supõe, um poema visando uma das categorias mais importantes dos públicos potenciais do nosso patrimônio documental, afinal garantes essenciais do mesmo – os jovens em geral e os do mundo escolar e da educação em particular.

## 5.2. De Percurso a Manifesto<sup>117</sup> – a produção oculta de Patrimônio Intelectual, em ambiente escolar

Passam por nós absortos revoadas de pássaros  
Jovens! Futuros como lírios brancos  
em nossas mãos. Cegas. Ou em concha.  
Simulando asas.

Vou contar-te em surdina o sonho adormecido  
que não teve realidade ainda.

Desejo de ver mundos onde a maravilha do  
não saber se abria como cascatas líquidas de  
luz e música

Lagos de silêncio, duendes e nenúfares  
Labirintos de árvores, pessoas coloridas  
Livros pássaros, aviõezinhos cruzando como  
setas de cupido o coração do espaço  
Terra eterna

Onde o renovo sazonal

Afasta dores e mortes

Salas forradas de livros e papagaios

A água a crescer na boca, polpa carnuda de  
cerejas

Pirilampos os olhos infantis

Seguem da janela pintalgada

o voo pachorrento das pombas brancas  
em baixo

o claustro e a água do lago seca

onde o velho e saudoso senhor Sá,

pintor artista que o pai não deixou ser

distribui bilhetes grátis para os concertos de  
música clássica

aos domingos de manhã no Rivoli do Chico  
Fininho.

“Assim falou Zaratustra”

faixa cintilante de curiosidade nas tiras finas  
de cartolina

que o varão de metal prende na gaveta do  
ficheiro

a requisição volante no balcão de leitura

faz ricochete

“reservado o direito de ler”

subversivo.

gavetas e estantes empoeiradas fechadas há  
100 anos

forçadas

compelindo-me a memória viva das diferenças  
estrelas e raízes

rizomas nós todos.

palmilho obscura anos e léguas

ingénua de passar tesouros

quimeras pueris

queimadas e incêndios,

constelações de rebentos em novas searas.

transmudadas as paisagens.

congelado o desejo de lendo ter mil mundos

lateja intermitente ainda que por vezes

alquebrado

onde o silêncio das salas forradas de livros e

coloridas de gentes

onde as flores do pensamento

livros - mundos?

Bibliotecas inteiras da terra inteira na ponta

de dois dedos apenas

as memórias - máquina

folheiam milhares e milhares de páginas

no simples premir das teclas à flor da epiderme,

na longa vigília do olhar.

Neste intervalo curto que vai da minha cabeça

ao monitor, minúscula janela aberta ao mundo

Está muito mais do que alguma vez meus sonhos

irrealizados encontraram

Porém, como em sonhos, só a preto e branco

ver nos é dado

E retirado ao inesperado apagão de súbita

tempestade

Fico-me a cheirar nostálgico o aroma do tempo,

ruído de fundo longínquo

bigbang

o palpar a rugosa transformação das árvores

nas letras e traços fugidios

o sentir o aveludado o rosto do papel sob a

carícia da palma das minhas mãos.

Irrealizados os meus sonhos por sonhar

E já nem verdade é dizer que sinto saudades

das bibliotecas e arquivos físicos por haver

do ritual de ir, estar,

esperar pelos livros vindos lentamente dos

depósitos, dos documentos atados em maços,

quais doentes feridos, retirados dos contextos,

solitários,

no barafustar eternidades de minutos

contando anedotas e histórias inventadas de

encantar os dias “cotas”, cinzentões.

Home Page, literalmente página da casa

Ironia azeda

Quando meu corpo inteiro dias inteiros a fio

preso a fios, écrans e bugs

Sem sequer a casa poder disfrutar

Por não haver literalmente tempo nem

disposição de espírito...

que é isto?

Bibliotecas!!!

Livros!!!

Tantas e tão poucas flores do pensamento!!!

A aula que não preparei mas deve em meu

entendimento ser dada a todos tendo em conta cada singularidade

Nesta escola onde há muitos anos, antes de muitos aqui serem gente,

Se fez da biblioteca um abrigo e uma forja de experimentar setas e papagaios de papel contra a dificuldade e a aridez penosa de aceder ao conhecimento rebentos de verde e renovo despontando dos regos secos da informação.

Passam por nós absortos revoadas de pássaros. Jovens!

Futuros como lírios brancos em nossas mãos . Cegas. Ou em concha. Simulando asas.

## 6. Património Documental: Leituras Plurais. Estudos de caso

**Resumo:** Tópicos para projectos de intervenção e estudos de caso alargado em património documental: exemplos de sucesso e casos de intervenção (ver quadro de títulos/descrição sucinta de resultados de pesquisas empíricas).

Resultante do trabalho de alguns alunos, realizado a finalizar o módulo Património Documental da cadeira História das Populações e Património Documental, é a selecção de exemplos referenciados em quadro relativo aos Cursos de património e Turismo de 2001/2002 , todos eles, uns mais que outros, revelando-se - nos como pistas para a elaboração necessária de projectos de intervenção em maior ou menor profundidade dado o correspondente significado e sentido a vários títulos paradigmático.

### 6.1. Para Projectos de intervenção e para Estudos de Caso

Por razões meramente de natureza metodológica, sinalizamos no quadro que se segue *Para Projectos de Intervenção* os que apenas se apresentam sob uma indicação tópica. Trata-se de situações apenas levantadas e cujo estado de desenvolvimento dos respectivos estudos empíricos, por um conjunto de razões, designadamente as que se prendem com o estado de abandono e falta de interesse das entidades tutelares, é ainda embrionário. Reservam-se *Para estudos de caso* os trabalhos de pesquisa e estudos empíricos que se encontram já num estado mais desenvolvido de elaboração, como por exemplo as Bandas de Música, ou os Ex-Votos, as associações culturais e recreativas ou os ainda largamente desconhecidos e valiosos fundos de livro antigo cuja pesquisa veio enfatizar a necessidade urgente de preservação de um vasto e diversificado património documental disperso pelo país nas condições mais inusitadas, atestando ao cada passo mais atento a riqueza cultural e histórica das nossas populações anónimas.

<b>PATRIMÓNIO DOCUMENTAL A PRESERVAR: PROJECTOS DE INTERVENÇÃO E ESTUDOS DE CASO</b>	
<b>Temas – títulos</b>	<b>alunos*</b>
<i>Arquivo de empresa das Minas da Borralha</i> (protocolo entre o actual proprietário e a Univ. do Porto).	M. Eduarda da C. Pinto de S. D. Afonso
<i>Manuscritos dos Canais de águas do rio Este</i> em Nine (sec. XVIII a XX): Uma memória colectiva em perigo.	Nuno Rodrigues
<i>Uma biblioteca abandonada</i> (300 espécies, tipografia nacional e estrangeira, sec. XVI a XIX; 9 livros do séc. XVI editados em Antuérpia e Salamanca; 46 livros do sec. XVII, 216 do séc. XVIII; 48 do início do séc. XIX) –Biblioteca do Solar dos Pimentéis (monumento nacional, 1996) - Castelo Branco, concelho de Mogadouro.	Rita Gonçalves
<i>Banda Marcial de Murça: Uma banda centenária.</i> Tem 132 anos de idade esta filarmónica das mais antigas do país. Insere-se na tradição concelhia de “cantar bem e bem assobiar”. Foi fundada em 1870, por um oficial francês fugido à guerra franco-prussiana, passando desde então a recrutar elementos de todas as profissões . No seu arquivo “a monte” , há desde documentos de despesas a livros de dívidas e/ou adiantamentos aos músicos, para vestuário, farmácia, alimentação, até partituras musicais, fotografias, notícia de festas e romarias da região de Trás-os-Montes – périplos de actuação da Banda.	António Augusto Ribeiro
<i>Bandas de Música/Filarmónicas:</i> Federação Regional de Bandas Filarmónicas do Minho que integra 30 bandas, 3 do distrito do Porto e as restantes do concelho de Braga e de Viana do Castelo; Sociedade Musical Banda Lanhelense.	Clara Morgana Caldas de Vasconcelos
<i>Banda de Calvos (S. Gens de Calvos, Póvoa de Lanhoso)</i> cuja fundação remonta a 1833, já se referindo à sua actuação interpretando o hino da Maria da Fonte, Camilo Castelo Branco quando relata a revolta dos Cabrais. Constitui-se como Associação em 1978, e actualmente conta com 45 músicos, tendo por ela passado, durante mais de 2 séculos muitos homens e mulheres da localidade. Com um variado repertório de sabor local identitário promove encontros distritais de bandas de música, com as quais mantém saudável concorrência. O seu património que inclui recordações, medalhas e outros objectos que documentam a história das actuações da banda precisa de ser ampliado com a recolha do seu riquíssimo patrimonial oral, o que começou de ser feito para este trabalho.	M. Eduarda da C. Pinto de S. Dias Afonso
<i>Associações Socio – culturais, colectividades e imprensa local da Foz do Douro</i> .onde se destacam a quantidade, diversidade e actividade, como a sua simples enumeração evidencia: centro operário cultura e recreio, a banda marcial, associação de turismo e cultura, associação escola dramática e outros grupos dramáticas, clubes desportivos, orfeão e coros com seus encontros regulares largamente noticiados na imprensa local (ex. jornal o Progresso da Foz).	Maria Gabriela Bragança Fontes
<i>Três Ex-Votos da Capela de Nossa Senhora das Neves de Bagunte</i> (Vila do Conde ), séc. XVIII, dois deles em mau estado de conservação, mas portadores de uma informação genuína e abundante sobre doenças de pessoas e animais, interiores de casas, vestuário e outros elementos do quotidiano da época e região, para além de materiais usados e traços característicos de pintura e religiosidade populares.	Raquel Sofia Azevedo Martins da Silva
<i>“A História da Bela Adormecida”</i> : Plantas topográficas e outra documentação do Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia.	Angélica Baptista
Núcleo Documental <i>“Convento S. Domingos de Aveiro”</i> (Séc.XVI – XVIII), conjunto de fontes de importância muito relevante mormente, para a história económica e social. Propriedade do Arquivo da Universidade de Coimbra, alguns dos livros em deficiente estado material, carecem de restauro.	António José Leandro Costa Ferreira
<i>“Rancho Folclórico de Vimioso”</i> – Reconstituição e recuperação viva de importante património cultural com levantamento de repertórios musicais, coreográficos e fontes iconográficas, estas em suporte electrónico.	Elisabete Pereira Rodrigues Gonçalves
<i>“A história da casa – o testemunho oral</i> (Património documental e turismo em espaço rural)”. Abordagem à história da Casa de Sezim na freguesia de Nespereira do concelho de Guimarães, doada no Séc. XIV, à família que ainda hoje é sua proprietária, por fidalga descendente de um cavaleiro de D. Afonso Henriques, conforme pergaminho do arquivo familiar existente na casa. A importância da história oral e dos testemunhos de anciãos colhidos em trabalho de terreno como meio de reconstituição de património documental único potencializador também de acesso ao conhecimento de importantes arquivos particulares.	Ana Paula Soares Marques

\* (Cursos de Pós-graduação e Mestrado em Património e Turismo. U.M.-ISC, Guimarães, 2001-2002)

## **CONCLUSÕES:**

Fechamos o último módulo deste Caderno com um quadro indicativo de trabalhos de alunos dos mais recentes cursos de pós-graduação e mestrado de Património e Turismo da Universidade do Minho, - NEPS - ICS (Pólo de Guimarães), o qual, se nos tivesse sido possível fazer idêntica compilação, deveria ter sido complementado com outro quadro relativo aos trabalhos dos alunos da edição anterior, a primeira a inaugurar esta formação.

Com esta opção quisemos deixar marcado os nosso agradecimento à motivação e empenhamento dos alunos em quem colhemos o decisivo impulso para a elaboração deste caderno que esperamos venha a ser útil aos novos alunos e com a sua participação vir a ser melhorado, tanto mais que como julgamos ter deixado claro a noção de Património Documental é uma noção recente encontrando-se portanto ainda em construção. Particularmente se tomada, como o procurámos fazer, numa perspectiva não restrita aos clássicos património arquivístico e património bibliográfico, centrada no domínio abrangente da história das populações enriquecida pelo contributo dos novos quadros conceptuais e metodológicos da história oral e da micro história.

Terminamos devolvendo, metaforicamente, a palavra aos alunos - principal público alvo deste primeiro esforço de síntese para a construção da disciplina História das Populações e Património Documental e, em última instância, seus principais leitores e críticos.

Sem verdadeiramente podermos tirar conclusões, apenas deixando pistas relativamente sustentadas para continuar o estudo desta forma apenas começado, concluimos esta publicação cuja natureza didáctica quisemos acentuar inclusivé na estrutura modular escolhida e na inclusão de resumos. Nela procurámos também ensaiar a construção do Património Documental como fronteira e lugar de transversalidades entre o Turismo Cultural e a História das Populações cujo desenvolvimento também por esta via julgamos poder ser prosseguido, como importará.

## Notas

1 Jorge Luís Borges "Correio da Unesco", Abr. 1985

2 ( Maria de Sousa – *A hora e a circunstância*. Gradiva, 1985)

3 (José Carlos Breia . In "Colóquio Letras", Jul. -Dez. 1992)

4 *État de la Mémoire et Mémoire de l'État*. In Le Livre Monde.Paris: Flammarion/Bibliothèque Nationale, 1992, p. 202-214

5 Ibidem, p.202

6 Texto publicado como Editorial do Boletim Informativo NEPS. Núcleo de Estudos de População e Sociedade. Instituto de Ciências Sociais. U.M. Guimarães. Nº 18.Mar. de 2001, p. 1-3

7 Por "bem cultural" pode entender-se, de um ponto de vista conceptual e exemplificativo, coisas, imóveis e móveis de interesse artístico, histórico, arqueológico ou etnográfico, incluindo testemunhos de paleontologia, pré-história e civilizações antigas, peças de interesse numismático, espécies documentais de carácter raro e de valor – manuscritos, incunábulo, livros, estampas, gravuras -, e ainda cidaes parques e jardins de interesse artístico e histórico. Na terminologia jurídica europeia, designadamente italiana, a expressão "bem cultural" data dos finais dos anos 1930, sendo por isso de origem relativamente recente. Para um desenvolvimento deste tema, veja-se o texto "Os bens culturais no direito italiano" de Pier Giorgio Feri, correspondente a conferência proferida pelo autor no Curso de Direito do Património Cultural, com o seguintes tópicos de desenvolvimento:

Fontes normativas e princípios fundamentais; definição de bem cultural; campo de aplicação pessoal do ordenamento dos bens culturais, pressupostos legais para a aplicação do regime de tutela cultural; os objectivos da tutela, o controlo da gestão privada dos bens culturais imóveis; as medidas positivas de tutela: restauro, custódia, visitas públicas; as garantias da propriedade; a tutela cultural no confronto com outros interesses públicos: a administração urbanística e as obras públicas; Os títulos de aquisição de direito pública favor do estado. In Direito do Património Cultural. Lisboa: INA, 1996.p. 111-149.

O curso referido versou o enquadramento jurídico do património cultural a nível internacional e nacional, foi realizado por iniciativa do Instituto Nacional de Administração (INA) entre 3 e 12 de abril de 1995 e os textos das comunicações aí apresentadas, publicadas na obra atrás referenciada, com coordenação de Jorge Miranda, João Martins Claro e Marta Tavares de Almeida.

8 Promulgada em 2 de Abril de 1976 e revista em 1986 (Parte I, título III, Cap. III).

9 Integrando diversas áreas e domínios: arquitectónico, arqueológico, museológico e documental.

10 (BABELON, CHASTEL, 1994:109)

11 Livros de pergaminho da Flandres para onde D. Manuel mandou trasladar os velhos códices e escrituras avulsas. Importante medida, entre outras no domínio da salvaguarda do nosso património documental, como as obras de reconstrução da Torre do Tombo que mandou executar, fazem da acção de D. Manuel exemplar muito pouco seguido por outros governantes nacionais, o que contribui para explicar o abandono a que foram votados os nossos arquivos.

12 realidades materiais aos mais diversos níveis

13 BABELON, CHASTEL, 1994:108, 109

14 BABELON, CHASTEL, 1994:109

15 FRANÇA, José - Augusto – *O património cultural – sentido e evolução*. In Direito do Património Cultural. Lisboa: INA, 1996, p. 23-39

16 Informação – "conjunto de dados em forma compreensível, registados me papel ou outro meio, e capaz de comunicação" (Harrold's Librarians Glossary); (definição estrutural e operativa, isto é a informação depende do processo que a produz) "qualidade especial de dados resultantes de ou produzidos por um processo executado com os dados. O processo pode ser simplesmente transmissão de dados...; pode ser selecção de dados; pode ser organização de dados; pode ser análise de dados" (ALA World Encyclopedia of Library and Information)

17 (Bruno Latour- Ces réseaux que la raison ignore: laboratoires, bibliothèques, collections. In BARATIN, Marc et JACOB, Christian, Dir. - Le pouvoir des bibliothèques: La mémoire des livres en Occident. Paris: Albin Michel, 1996p.23-46

18 Monge de Cister, romance histórico de Alexandre Herculano, publicado em 1844.

19 Ver adiante, na secção documentos, a apresentação de modo mais desenvolvido e reflexivo sobre o seu significado e importância na história do nosso Património Documental - Texto da comunicação que apresentámos ao Congresso Histórico de Guimarães "D. Manuel e a sua Época", Outubro, 2001.

20 Ibidem

21 Título de um artigo de Pedro Canavarro publicado no seu número 1(2), 2ª série, 1976.

22 Para maior desenvolvimento e detalhe ver outras descrições da sua evolução histórica, mais ou menos longas, como por exemplo, a apresentada para a história da arqueologia em Portugal, por Vítor Oliveira Jorge, em Arqueologia, Património e Cultura (Piaget, 2000), capítulos 9 a 12, p.155-209, ou, para a história do direito, Eduardo Vera - Cruz Pinto – Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal, in Direito do Património Cultural (INA,1996), p.205-253, ou ainda , na perspectiva da História da Arte, a introdução geral à obra acabada de citar, da autoria de José-Augusto França, intitulada *O património cultural – sentido e evolução*, p. 23-43.

23 Conforme estudos de Pedro Canavarro.

24 Comunicação apresentada ao Congresso D. Manuel e sua Época, Nov. 2001, Guimarães, indicada em referências bibliográficas do programa do Módulo e cujo texto, distribuído aos alunos de Mestrado em Património e Turismo (2001-2002) se junta no final desta brochura.

25 Assinado em 20 de Agosto de 1721.

26 José-Augusto França, ob.cit., p.26

27 OLIVEIRA, Eduardo Pires de - Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969) :Lisboa: IPPC, 1984.

28 (Parte I, Título III, Cap. III, artº78º, ponto 2, alíneas c) e d) e ponto 3. "Direitos e deveres culturais")

29 Foi divulgada em *Documentação*, nº 4, Jul.1979.

30 Jacques Le Goff- Documento/Monumento. In Enciclopédia Einaudi. Lisboa : Imprensa Nacional, 1997. vol. 1. Memória -História, p.95-106. (documento distribuído)

31 TOURISM STUDIES, Section 1 st, p.CPC/1/2C.I.E.S.T. – International Center For Advanced Tourism Studies.

32 Ver lista em anexo no fim desta brochura

33 refere-se apenas a título de exemplo de um dos mais recentes e específico, o endereço <http://ccsc.iscte.pt> preparado pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias em colaboração com o centro de Investigação e estudos de Sociologia do ISCTE.

34 Refira-se a título de exemplo, somando-se aos já muitos existentes, de Sintra a Foz Côa, os mais recentes casos (Dezembro de 2001) - Centros históricos de Guimarães e de Viana do Castelo e Douro Vinhateiro, este já acompanhado de polémicas como por exemplo a da localização do Museu do Vinho do Porto – Porto ou Régua , ou a suscitada pela intenção de aquisição pela Câmara de V. N. de Gaia dos Arquivos da Real Companhia Velha .

35 AROT, Dominique – *La Bibliothèque numérique patrimoniale*. In "Bibliothèques numériques". Cons. INRA. ADBS, 9-13 Oct., 2000.

36 Ver por exemplo, para lém de outras obras específicas referidas na bibliografia e em notas de rodapé desta rubrica do Caderno, para um conhecimento aprofundado e amplo das tecnologias documentais GUINCHAT, Claire et MENU, Michel; BLANQUET, Marie-France – Introduction générale aux sciences et techniques de l'information et de la documentation. Paris: Unesco,1990, e no que se refere à elaboração e apresentação de trabalhos científicos e referências bibliográficas LAGE, M.Otília Pereira, [et.al.] – Util : Como organizar relatórios, trabalhos, curricula, referências bibliográficas. Porto: IPP – SDP-BC, 2002 .

37 Instituto Nacional de Arquivos/ Torre do Tombo - *Manual para a Gestão de Documentos* (1998) e *Orientações Técnicas para Avaliação de Documentação Acumulada* (1999).

38 ISBD, isto é, *International standard bibliographic description* definida pela IFLA – Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Bibliotecas, a primeira, para a descrição das monografias, foi publicada em 1971. Nascidas para normalizar descrições de forma e conteúdo de documentos e permitir trocas a nível internacional, foram sucessivamente aplicadas a diferentes tipos de documentos e actualmente existem as seguintes ISBD : ISBD (M) para publicações monográficas; ISBD (A), para o livro antigo, publicado entre 1500 e 1800; ISBD (CM) para materiais cartográficos; ISBD(CF) para registos informáticos; ISBD(S) para publicações seriadas; ISBD (MNL) para material – não - livro, i. é vídeos, cassetes, DVD, etc.; ISBD (PM) para música impressa; ISBD(G) – geral.

39 Marc – Machine readable cataloguing. Desde o 1º formato Marc para troca internacional de registos informáticos – em 1964, pela Biblioteca do Congresso (EUA), outros formatos Marc surgiam tendo a IFLA desenvolvido em 1977 o UNIMARC – formato universal de trocas entre formatos nacionais.

40 Ver nesta rubrica outras notas de rodapé relativas a este assunto.

41 Os pontos de contacto para uma informação actualizada são actualmente a Coordenação Geral do Inventário do Património Cultural – Avª Conselheiro Fernando de Sousa, 21A, 5º 1070 Lisboa, telf. 213813180 e a Biblioteca Nacional – Secção de Reservados – Inventário dos Fundos Bibliográficos

42 PARENTE, Celina, COSME, Carlos, PERICÃO, Graça, FARIA, Isabel - *O Projecto de Salvaguarda, Revitalização e difusão do Património Bibliográfico Antigo*

43 Deste vasto domínio onde se inclui património gráfico, espólios de escritores e mesmo documentação contemporânea, excluindo-se no entanto os fundos arquivísticos, e dos avanços alcançados até 1993, dá-nos sucintamente conta Henrique Barreto Nunes em comunicação apresentada em França (Roanne) em 1992, no Colóquio Valorisation et Mediatization du Patrimoine Écrit: un enjeu pour l'Europe integrado num ciclo de iniciativas "Mois du Patrimoine Écrit", e cujo texto foi depois publicado na revista da Universidade do Minho "Fórum" 12/ 13, Jul.92/Jan.93, p. 125-141.

44 Apud ODDOS, Jean-Paul – *Le Patrimoine: Histoire, pratiques et perspectives*. Paris: Éditions du cercle de la librairie, 1997, p.291

45 Sobre a problemática das fontes orais e fontes documentais para a vida quotidiana ver por exemplo: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína, Org. - *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998; e de HELLER; Ágnes - *História y Vida Cotidiana*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1972 e *Sociologia de la Vida Cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977; PAIS, José Machado - *Fontes documentais na análise da vida quotidiana*. [Lisboa: ISCTE, s.d.]

46 Carl Ginzburg, um dos mais conhecidos representantes da micro- história e do seu paradigma indiciário,

47 Ver por exemplo para a Casa da Golfareira de santa Marinha de Pedreira, Felgueiras, nossa comunicação baseada no estudo do arquivo familiar, apresentada ao 2º Congresso Histórico de Guimarães e publicada nas respectivas actas, edição da Câmara M. Guimarães/Universidade do Minho, 1996

48 Ewbank (1982) citado por NUNES, João Arriscado – *Do "cultural" no processo de produção das fontes para a Demografia Histórica e História da Família*. Separata da Revista da Faculdade de Letras[Porto] "Linguas e Literaturas" (anexo I), p.119

49 Ver por exemplo ensaios disto mesmo em estudos da década de 1980 do antropólogo Pina Cabral (1984 e 1986) e Carolina Brettell (1987) sobre Lanheses. In NUNES, João Arriscado, ob.cit.

50 NUNES, João Arriscado, ob.cit., p.125

51 Para a história dos Registos Paroquiais em Portugal, ver entre outros estudos mais desenvolvidos e concretizados os textos síntese de FARIA, António Machado – *Os Registos Paroquiais em Portugal*. "Arquivos do Centro Cultural Português", vol.IV, 1972. Separata. e CABRAL, António Machado de Faria de Pina – *Da Instituição dos registos Paroquiais em Portugal "Arqueologia e História"*, vol.X. Lisboa, 1932, p. 5-20.

52 Ver recensão dos inúmeros trabalhos históricos de

longa duração de Norberta Amorim, professora catedrática da Universidade do Minho e da vasta equipa de investigadores que tem impulsionado em LAGE, M.Otília Pereira, Coord. - "Bibliografia Nacional em Demografia Histórica e História das Populações". Guimarães, U.M.- NEPS 2001.

53 Arriscado Nunes, ob. cit. p.127.

54 AMORIM, Norberta Bettencourt – *Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Reconstituição de Famílias*. Guimarães: [s.n.], 1982

55 Arriscado Nunes, ob.cit., p. 128

## NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Notas ao texto "LEITURA NOVA MANUELINA"

56 FERRI, Pier Giorgio – *Os bens culturais no direito italiano*. ob. cit. p. 115. Para o caso português veja-se Lei de Bases do Património Arquivístico ...Dec.Lei de 2001 já citado e legislação complementar e SANTOS, António Sá, BICAS, Maria Margarida Meira - *Legislação Aplicada às Bibliotecas, Arquivos e Documentação: Inclui Código de Direitos de Autor*. Lisboa: Vislis Ed., 1999

57 Texto parcial de Comunicação LAGE, Maria Otília Pereira - Património Documental no Portugal de Quinhentos: Uma nova leitura da Leitura Nova Manuelina apresentada ao Congresso D. Manuel e a sua Época - III Congresso Histórico de Guimarães. Câmara Municipal de Guimarães e NEPS – Universidade do Minho (24 a 27 de Outubro de 2001) . 3ª Secção *População, Sociedade e Economia*. Ver notas específicas referentes a este texto no final do caderno

58 Visconde de Juromenha in Conde de Raczynski – *Les Arts en Portugal (1846)*.

59 A crítica da forma defeituosa como os documentos foram neles transcritos, já esboçada por Lousada numa nota inserta num desses livros, acha-se feita por João Pedro Ribeiro nas Memórias para a História do Real Archivo. BAIÃO, A – Os mais antigos índices da torre do Tombo: regras inéditas para as pesquisas nos livros de Leitura Nova. Lisboa: Anais das Bibliotecas e Arquivos. Série II, vol. IX, 1931, p. 25.

60 Para uma abordagem minuciosa e aprofundada do contexto sociohistórico e condições materiais de produção da leitura Nova, organização do trabalho e recursos humanos e materiais envolvidos, custos de materiais e matérias primas, ver Maria José Mexia Bigotte Chorão e Sylvie Deswarte In "Leitura Nova". Lisboa: INAPA/Torre do Tombo, 1997, 2 vols.; DINIS, António Joaquim Dias Dinis – *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. "Anais". Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1968. II Série, V. 17, p.118-158; PESSANHA, D. José - *Uma reabilitação histórica: Inventários da torre do Tombo no séc. XVI*. "Arquivo Histórico Português". Lisboa. Vol.III nº1 e 2, Jan.e Fev. 1905; BAIÃO, António – *O Guarda -Môr Damião de Góis e alguns serviços da Torre do Tombo no seu tempo*. "Anais das Bibliotecas e arquivos.SérieII, vol.IX, 1931; AZEVEDO, Pedro de , BAIÃO, António – *O Archivo da Torre da Tombo.Sua história, corpus que a compõem e sua organização*. Lisboa, 1905.

61 Com particular ênfase na Leitura Nova Manuelina, Leitura Nova Régia, – para a distinguir de outras iniciativas de trasladação de documentos originais para cópias autenticadas, como as dos importantes cartórios de Ordens Religiosas e Militares, por determinação dos seus mestres D. João, II, D. Manuel e D. João III -, tem sido objecto desde que foi terminada, ainda incompleta, a sua produção, com Damião de Góis, cronista de D. Manuel, de alguns estudos e comentários descritivo – analíticos. Entre os primeiros sob a forma de relatórios da situação da Torre do Tombo, conta-se o de Tomé Lopes, na transição de D. Manuel para D. João III, e o de Cristóvão Benavente na regência portuguesa de Filipe II de Espanha. Mais recentemente, a Leitura Nova, para além das apresentações gerais que tem merecido, em obras de referência de história e arquivística, de autores como Veríssimo Serrão,

Oliveira Marques, Hermano José Saraiva, Avelino de Jesus da Costa tem sido objecto de estudos especializados de reputada relevância desenvolvidos em campos disciplinares específicos: História da Arte e estudos de Iluminura, em que se destacam os trabalhos de Sylvie Deswarte, e mais recentemente Ana Alves Pereira e Paulo Pereira e Arquivística, com destaque para Maria José Mexia Bigotte Chorão na continuidade dos arquivistas da Torre do Tombo, Pedro A. de Azevedo e António Baião, do início do séc. XX. Sendo um dos tesouros dos fundos antigos da Torre do Tombo, a importância da Leitura Nova esclarece-se também pela sua história administrativa, material e social. Colecção de registos manuscritos, cujo suporte estava danificado ou cuja leitura já não era acessível - foi acumulada entre 1504 -1552 - seguindo as linhas gerais de um programa de organização delineado em Ordenança promulgada por D. Manuel I, sob conselho e orientação técnica de Rui de Pina - secretário e amigo do rei, guarda mor da Torre do Tombo e cronista - e de Tomé Lopes, escrivão da Câmara e guarda mor da Torre do Tombo, ambos nomeados directores da L. Nova. A elaboração em códices do melhor pergaminho da Flandres e de Portugal (cada códice exigia mais de 20 peles) das cópias dos documentos mais antigos do reino, em que a Leitura Nova assenta, foi realizada durante quase meio século, por uma vasta equipa de calígrafos - humildes e obscuros religiosos - e de iluministas, como Álvaro Pires, António de Holanda, António Martins - elementos destacados de elites cultas e de elevada extração social - que, na sua qualidade de Guardas de Armas Régias, trabalhavam, sob a direcção da Torre do Tombo e da Chancelaria régia, no ou para o Scriptorium Régio. Trata-se aqui afinal de um processo que tem correspondência nos actuais projectos de microfilmagem para preservação de documentos originais ou digitalização com idêntica função e constituição das nossas modernas bibliotecas e arquivos virtuais.

62 Dados estatísticos relativos à consulta desta notável colecção de códices fornecidos pela Torre do Tombo, dão para o ano 2000 - 645 requisições, para 1999, 572 requis. e 1998, 856 requis. Trata-se de um indicador simples de consulta/pesquisa da Leitura Nova, nos últimos 3 anos.

63 POMIAN, Krzysztof - Sur l'Histoire. Paris: Gallimard, 1999, p.119

64 A motivação principal para este estudo enraíza na nossa experiência de docente do módulo Património Documental da cadeira História das Populações e Património Documental dos Cursos de Pós Graduação e Mestrado de Património e Turismo iniciado na Universidade do Minho, Guimarães em 1999-2000.

65 LAGE, Maria Otília Pereira - O que o filho quer esquecer o neto deseja recordar. *Editorial do Boletim Informativo NEPS. Núcleo de Estudos de População e Sociedade. Instituto de Ciências Sociais. U.M. Guimarães. Nº 18.Mar. de 2001, p. 1-3*

66 Hoje fundo antigo da Torre do Tombo, de que aliás sempre esteve à guarda e para cuja organização, regimento e plano de classificação largamente usado foi determinante.

67 STIEGLER, Bernard - État de la memoire et mémoire de l'État. In BERTHO-LAVENIR, Catherine, Dir. - *Le Livre Monde. Paris: Flammarion/Bibliothèque Nationale, 1992, p. 202-214*

68 GODINHO, Vitorino Magalhães - Os Descobrimentos e a Economia Mundial. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1983 imp., vol. IV, p. 232

69 Além -Douro, 5 vols.; Beira, 3 vols.; O diana, 8 vols.; Estremadura, 13vols.; Místicos(miscelânea), 6 vols.; Ilhas, 1 vol.; Extras, 1 vol.; etc.. *Ibidem. Para uma descrição exaustiva e uma ordenação cronológica aprofundada de todos os livros da Leitura Nova, ver Chorão e Deswarte in Leitura Nova. Lisboa: IPACA, Torre do Tombo, 1997. I Vol.*

70 BAIÃO, António, 1931

71 Ordenança. Apud BAIÃO, António, 1931, p. 23.

72 TRIGUEIROS, Luis Forjaz - Visão socio-política dos séculos XV e XVI na Europa: Aula inaugural na Universidade Católica do Rio Grande do Sul(Porto Alegre), na Semana de estudos Camonianos, em 22 de Maio de 1972. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de "Os Lusíadas", 1972.

73 GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978.

74 CARVALHO, Joaquim de- Obra Completa. II História da Cultura (1948-1955). Lisboa: F.Calouste Gulbenkian,

1982imp. p.426-427.Para uma homenagem a J. de Carvalho e sua obra, ver Im Memoriam J.Barradas de Carvalho: História da Cultura em Portugal no Século XVI "História &Crítica." Nº9 Jun./Jul.1982

75 Ibidem

76 D.Manuel II- Liv.Ant.Port., XV, cit por CARVALHO, Joaquim, ob.cit. p. 439-440

77 Vitorino Magalhães Godinho - A expansão quatrocentista portuguesa. Apud Forjaz Trigueiros, ob.cit., p. 12

78 Jorge Borges de Macedo - Da História ao Documento. Do Documento à História. Lisboa: AN/TT, 1995

79 POMIAN, ob. cit. p. 98

80 Jacques Le Goff - Documento in Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1977, vol. 1, p.95-107

81 A criação do ofício de cronista, em 1434, por D. Duarte em cuja biblioteca estava representado Marco Túlio Cícero, sinal claro da forte componente cultural com dominância da cultura clássica, que caracteriza a monarquia de Avis.

82 Que lhes era conferido pelos responsáveis de nomeação régia. Todos os códices foram autenticados por um jurista ou no mínimo por um letrado, e alguns assinados pelo próprio rei.

83 Do ponto de vista da diplomática e da codicologia, não é uma unidade, pois se compõe de 62 livros.

84 *Damião de Góis - Crónica de Dom Manuel, Coimbra, 1955, Parte IV, cap. 86, "Das Instituições, ordenações, regimentos, moedas que fez, dignidades, ofícios, k villas que criou de novo", p. 236. Apud Leitura Nova de D. Manuel II. Lisboa: INAPA, 1997, vol. I, p. 31.*

85 MAGALHÃES, Joaquim Romero de - As estruturas políticas de unificação in MATTOSO, José, Dir. - História de Portugal. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993. III vol., p. 91

86 NETO, Margarida Sobral - A Persistência Senhorial in MATTOSO, José, Dir. - História de Portugal. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993. III vol., p.166

87 Lévy, Pierre -As tecnologias da Inteligência : O futuro do Pensamento na era Informática. Lisboa: Instituto Piaget, c.1990

88 CURTO, Diogo Ramada - Língua e Memória in MATTOSO, José, Dir. - História de Portugal. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993. III vol., p.365-366.

89 BABELON, J.-P., CHASTEL, A - La notion de patrimoine. Paris: Liana Levi, c. 1994.

90 Com a reforma da carreira de oficiais de armas que passa a ser regida por um regulamento próprio, D. Manuel fez corresponder a cada província do reino, um Rey d'Armas (acompanhado de Arauto e Passavante respectivos), cargo em que foram investidos alguns dos reputados iluministas da Leitura Nova. Assim, por exemplo, António de Holanda, que faz parte da Casa Real como oficial de armas, e que é com Álvaro Pires, Examinador dos Pintores, dos primeiros iluministas da Leitura Nova a partir de 1518, é Rey d'Armas Principal, participa em todas as cerimónias reais (baptizados, casamentos, funerais, cortes, entradas solenes, aclamações do rei, etc. ) ostentando a sua cota de armas de damasco vermelho ou brocado e no peito, suspensos de uma fita azul as armas reais de prata no interior de uma esfera do lado esquerdo. Também António Rodrigues, de estatura intelectual internacional, e Rei de Armas Portugal Principal de 1512 a 1560, tem um papel crucial, embora oculto, na realização do programa iconográfico dos grandes empreendimentos artísticos manuelinos de componente heráldica, onde toma pro referência a iluminura da Flandres. A partir de 1530, outros iluminadores de renome aparecem: António Fernandes que se vai impôr por volta de 1550 e o monge secular itinerante de Utreque, Jan Ruyssch que morre em Portugal depois de ter trabalhado com Rafael .Especialista em trompe l'oeil é o provável autor das cercaduras sobre fundo de ouro ornadas de motivos naturalistas da L.N. 12 O diana 4, 1510. - cf. S. Deswarte, apud ob, cit.).

91 Quase sempre duplicada a dualidade reverte do seu carácter aristotélico por representar simultaneamente o Céu e a Terra. Paulo Pereira, apud S. Deswarte, ob.cit.

92 PEREIRA, Paulo - A conjuntura artística e as mudanças de gosto in MATTOSO, José, Coord. - História de Portugal, p. 428 - 431.

93 Nesta sub rubrica inclui-se um texto parcial de

comunicação LAGE, Maria Otília Pereira, DIAS, Ana Margarida - O Homem e o Livro: reatualização de leituras. Apresentada no Encontro Bibliotecas e Novas Tecnologias. Lisboa, Fórum de Lisboa, 11 a 13 de 2000.

94 PITA, António Pedro - *Para situar a filosofia da cultura de Bento de Jesus Caraça*. Coimbra: [s.n.], 1992-p.111-127-Separata de "Revista da Universidade de Coimbra", nº 37, 1992.

95 Bento de Jesus Caraça em entrevista a HENRIQUES, Joaquim - *Inquérito ao livro em Portugal, Bibliotecas culturais, Cosmos, XX*. "Seara Nova", nº 866, 18 Mar. 1944, p.151-153.

96 HENRIQUES, Joaquim, ob. cit., p. 152.

97 Características - *estatuto jurídico e financeiro, laços de dependência financeiros ou comerciais, peso no mercado, capital simbólico, importância da literatura estrangeira* - na linha do estudo da "estrutura do campo editorial" de Bourdieu, "Actes de la Recherche en Sciences Sociales". Paris: Seuil, Mar.1999 (126-127), p. 9 -11 a contemplar também em estudo a prosseguir que, no quadro dos trabalhos de sociologia e história da cultura, como por exemplo, o de Roger Chartier, e outros, reuna aspectos diversos mas complementares próprios das seguintes problemáticas: edição/editores, bibliotecas, leituras.

98 Os preços dos volumes variaram de 1941 a 1948, entre 4\$00 e 10\$00, apresentando a sua maioria o preço de 6\$00.

99 Notas acrescentadas "de seu punho" à entrevista dada à Seara Nova, no âmbito de um "Inquérito ao Livro em Portugal: Bibliotecas culturais", "Seara Nova", nº 866, Mar.1944, p.151-153.

100 Texto introdutório ao 1º volume da Biblioteca Cosmos.

101 CORDEIRO, Cristina - *Manuel Rodrigues de Oliveira: a cultura do humanismo*; RODRIGUES, João - *Da raça de semideuses*; TENGARRINHA, José - *Um homem leal, solidário e bom*. "Livros de Portugal". Lisboa, publicação mensal da Associação Portuguesa de Editores e Livradores. Ano X, XII, Jan.- Fev., 1998, p. 20-24.

102 O projecto editorial Cosmos irá sendo posteriormente reactualizado pelo lançamento editorial cíclico de novas colecções das quais destacamos: Logo, em 1948, a Col. Panorama, Cosmos Gigante, organizada também por secções, e por fascículos prévios à saída das obras, visando "amplas camadas da população, até há dezenas de anos marginalizadas das grandes criações artísticas e culturais" e em que vai ter papel de destaque Fernando Lopes Graça, já ligado, à primeira biblioteca Cosmos. Em 1962, e sob a direcção de Vitorino Magalhães Godinho, as Edições Cosmos, alargado o seu âmbito de acção ao Rio de Janeiro, lançam em Portugal com edição traduzida por Ernesto Veiga de Oliveira, do 1º volume "O homem antes da Escrita", dir. A. Varagnac, a célebre colecção Rumos do Mundo, fundada por Lucien Febvre, e a que estão indissolavelmente ligados depois do desaparecimento deste, Fernand Braudel, e antes deles, Marc Bloch, com a sua sábia advertência "a memória dos homens é curta, e a sua capacidade de ilusão infinita". Em 1975, prosseguem ainda as Edições Cosmos, com a colecção "A Marcha da Humanidade", dirigida por Vitorino Magalhães Godinho, col. integrada na secção "Épocas e Áreas de Civilizações". E assim, por diante até aos nossos dias, em que passaram as Edições Cosmos, mantendo-se com a mesma designação, para propriedade da Livraria Arco - Íris, Lda. Lisboa.

103 NUNES, João Arriscado - *Para além das "duas culturas": tecnociências, tecnoculturas e teoria crítica*. "Revista Crítica de Ciências Sociais". Coimbra, nº52/53, Nov.98/ Fev.99, p. 15-60.

104 Ensaíamos algumas abordagens em duas comunicações apresentadas respectivamente ao Colóquio Comemorativo dos 20 anos da Revista Crítica de Ciências Sociais, e ao congresso de Sociologia, Coimbra 2000.

105 CARAÇA, Bento de Jesus - *Conceitos Fundamentais de Matemática*. 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 1998 (Ciência Aberta)- Introdução de Paulo Almeida, p. VII - XVI.

106 "Tipos de oposição - Podemos distinguir quatro tipos de oposição na experiência portuguesa no período de 1945-1968, sendo os dois critérios transversais a legalidade e a perspectiva temporal...: 1) "oposição"...comportamento anti-regime orientado

para oportunidades legais ou semi legais de conflito político, 2) conspiração...por definição ilegal e episódica; 3) "resistência" - oposição clandestina, com uma perspectiva estratégica de longo prazo; 4) paideia: acção desenvolvida a longo prazo, tal como era a estratégia "metapolítica" para a modernização das formas de pensamento e a mentalidade cultural da inteligência adoptada por A. Sérgio (que é justamente considerado o maior pensador português e o mentor de gerações de intelectuais liberais) e pelo Grupo Seara Nova." MARTINS, Hermínio - *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998, 56.

107 Que perseguiu Bento de Jesus Caraça, como tantos outros investigadores, homens de ciência e professores universitários portugueses, em que se contam por exemplo, o cientista Abel Salazar, o matemático António Aniceto Monteiro, o físico Mário Silva, o naturalista Aurélio Quintanilha, Sílvio Lima, Manuel Valadares, Flávio de Rezende, Augusto Sá da Costa e Morbey Rodrigues este do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, e das escolas de engenharia (I.S.T.) Ferreira de Macedo, Pires de Carvalho, João Lopes Raimundo e Torre da Assunção da Faculdade de Ciências da Univ. de Lisboa. Esta lista ilustra simplesmente o número de quadros universitários demitidos compulsivamente pelo regime salazarista das Universidades portuguesas, entre os quais se contavam numerosos matemáticos, das universidades do Porto e de Lisboa e muitos autores publicados na Biblioteca Cosmos. Alguns foram reintegrados, muitos ficaram em Portugal entregues a actividades privadas e uma minoria saiu para o estrangeiro.

Veja-se, sobre este tópico, informado em larga medida, por movimentações académicas antifascistas, sobre as quais teve implicação o quadro de subordinação orgânica da Universidade ao Estado Novo (Dec. -Lei nº 25317 de 13 de Maio de 1935), entre outros, como Oliveira Marques e Reis Torgal, Norberto Cunha, ob.cit. p.270-306, parte onde se aborda a designada "questão universitária", ano1933 - conferências de Rodrigues Lapa e Aurélio Quintanilha sobre respectivamente "A política do idioma e as universidades" e "o papel social e as necessidades da investigação em Portugal"; Inquérito sobre as Universidades; representação de 54 professores de Coimbra ao ministro da instrução - e ainda para uma caracterização da cena político-cultural coimbrã dos anos 30, o prefácio de A. P. Pita à obra PITA. A.P., Org. - *Joaquim Namorado: obras, ensaios e críticas: I - Uma poética da cultura*. Lisboa: Caminho, 1994, p.25.

108 LOPES, Ana Maria Teixeira - *Sociedade de Informação: um conceito em discussão*. In GONÇALVES, Maria Eduarda, Org. - *Cultura Científica e Participação Pública*. Oeiras: Celta, 2000, cap. 21, p. 319-329.

109 Mendes, Maria Valentina e C.ª - Introdução. In Inventário do Património Cultural Móvel: Os Incunábulo das Bibliotecas Portuguesas. Volume I - Catálogo. SEC, IBNL, 1995, p. 16.

110 MARTINS, José V. de Pina - "O tratado de confissão e os problemas do livro no século XV" in Tratado de confissão (Chaves, 8 de agosto de 1489). Lisboa: INCM, 1973. Apud ob cit MENDES, Maria Valentina C.ª - Introdução, p.23

111 PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz - Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989, p. 25 - 33. Desta obra foi distribuído um texto aos alunos para trabalho oral /escrito a incluir na última secção.

112 Alguma Bibliografia de apoio: Alarcão, Jorge - Introdução ao estudo da História e Património Locais - bibliografia geral de Catálogos de Exposições e de Colecções especiais já impressos; Ver também - Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais; Guia dos Fundos Locais de Arquivo; Roteiro das bibliotecas e Arquivos dependentes administrativamente do IPPC (1984); Para conhecer o estado actual, referências bibliográficas e nota histórica das principais iniciativas sobre Conservação do Património Arquivístico e Bibliográfico em Portugal - ver Grupo de Trabalho em Preservação & Conservação da BAD - Inquérito sobre o Estado de Conservação do Património Arquivístico e bibliográfico em Portugal. Lisboa: BAD, 1999

113 Cadernos "Villa Spinus" nº 1

114 Individualidade a vários títulos notável - escritor, ensaísta, filósofo, crítico e autor de uma vasta e diversificada

obra designadamente nos campos da filosofia estética e científica e no combate e polémica políticas – cuja vida e obra se descreve, profusamente ilustrada e documentada com excertos de escritos do autor em Orlando da Silva – Manuel Laranjeira:1877-1912: Vivências e imagens de uma época .[s.l.]:[s.n.], 1992, edição patrocinada e divulgada pela Câmara de Espinho

115 vol. I – Lisboa; Vol.II - Porto; Vol III – Viana do Castelo ; Vol. IV –Portalegre ; Vol. V – Vila Real; Vol. VI – Faro; Vol. VII – Coimbra; Vol. VIII – Leiria; Vol. IX – Aveiro; Vol. X – Castelo Branco; Vol. XI – Setúbal; Vol. XII – Évora; Vol. XIII – Guarda; Vol. XIV – Viseu.

116 Ver listagem na rubrica avaliação

117 Texto escrito para ser lido a professores e jovens estudantes do Ensino Secundário, em sessão pública (Junho de 2001) de inauguração da renovada Biblioteca da Escola Secundária Oliveira Martins, Porto, cuja reorganização iniciiei em 1979, e de que a escola me fez madrinha.

118 (Cursos de Pós-graduação e Mestrado em Património e Turismo. U.M.-ISC, Guimarães, 2001-2002)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABID, Abdelaziz – *Mémoire du monde : Péserver notre Patrimoine Documentaire*. « BBF ».Paris, t.42,n02, 1997,p.8-15.

ALMEIDA, Carlos A Brochado de – *Pelos caminhos do Património de Vila Nova de Cerveira*. V.N. de Cerveira : Câmara Municipal, 2000.

BABELON,J.-P., CHASTEL, A.- *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, c.1994.

BEAUDIQUEZ, Marcelle – *Guide de bibliographie générale : Methodologie et pratique*. K.G.Munchen, London, New York, Paris : K.G.Saur, 1989.

CASTELLS, Manuel – *A Sociedade em Rede*. S.Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, Manuel Pinheiro – *Diccionario Popular*. Lisboa: Typ.do Diário Ilustrado, 1877

FEBVRE, Lucien et MARTIN, Henri-Jean – *L'apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1971

GIACOMETTI, Michel ; com a colaboração de Fernando Lopes-Graça - *Cancioneiro Popular Português*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1978 ?]

GIACOMETTI, Michel – *Antologia da Música Regional Portuguesa*. 1963.

GUINCHAT, Claire et MENU, Michel; BLANQUET, Marie-France – *Introduction générale aux sciences et techniques de l'information et de la documentation*. Paris: Unesco,1990.

JORGE, Vítor Oliveira – *Arqueologia, Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

KISSELEVA, Olga – *Cyberart, un essai sur l'art du dialogue*. Paris:L'Harmattan, 1998.

LAGE, M. Otília Pereira, Coord. – *Como organizar: Currículos, projectos, teses, trabalhos, relatórios, bibliografias*. Porto: IPP-Serviços de Documentação e Publicações, 1997.

LAGE, M. Otília Pereira, et.al. – *Bibliografia Nacional : Demografia e História das Populações*. Guimarães: U. M, NEPS, 1999 (No Prelo).

LAGE, M. Otília Pereira ; DIAS, Ana Margarida, colab. – *'O Homem e o Livro' : Releituras*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2000 (Comunicação ao Congresso Novas Tecnologias).

LAGE, M. Otília Pereira – O que o filho deseja esquecer o neto procura recordar."Boletim Informativo". Guimarães, NEPS, nº 18, Mar.2001.

LAGE, M. Otília Pereira – *Património Documental no Portugal de Quinhentos : Uma nova leitura da Leitura Nova Manuelina*.

Guimarães: Câmara Municipal, Universidade do Minho, 2001 (Comunicação ao Congresso D. Manuel e a sua Época).

LAGE, M. Otília Pereira - *Abordar o Património Documental: uma noção em construção e sua gestão - territórios e Desafios*. Guimarães: UM, ICS, NEPS, 2001 (policopiados).

LAYDER, Derek - *New Strategies in Social Research*. Cambridge: Polity Press, 1996

LYON David - *A sociedade da informação*. Oeiras: Celta Editora, 1992.

McKENZIE D.F.; CHARTIER, Roger, Pref. - *La Bibliographie et la Sociologie des textes*. Éditions du Cercle de la Librairie, 1991.

MIRANDA, Jorge, [et.al.], Coord. - *Direito do Património Cultural: Comunicações apresentadas no curso realizado no Instituto Nacional de Administração (3 a 12 de Abril de 1995)*. Lisboa: INA, 1996.

ODDOS, Jean-Paul, dir.[et.al.] - *Le Patrimoine: Histoire, pratiques et perspectives*. Paris: Éditions du cercle de la librairie, 1997

PEIXOTO, Paulo - *Sociologia e Património*. "Contextos de sociologia: 100 títulos de sociologia". Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 2002, (2) p.47-53.

PESSOA, Fernando Santos - *Reflexões sobre ecomuseologia*. Porto: Afrontamento, 2001.

PORTUGAL. Ministério da Cultura. Biblioteca Nacional - *Biblioteca Nacional: orientações estratégicas: a Biblioteca Nacional Digital*. Lisboa: BN, 2002.

PROUST, Marcel - *Pastiches et mélanges*. Paris: Gallimard, c.1919, 1947.

SANTOS, António Sá, BICAS, Maria Margarida Meira Bicas - *Legislação Aplicada às Bibliotecas, Arquivos e Documentação*. Lisboa: Vislis, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da Silva, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel Luís - *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições, c.1998.

Nota: Dada a natureza didáctico-pedagógica deste Caderno, complementam a bibliografia sugerida, os seguintes documentos e textos de apoio para irem sendo progressivamente lidos e trabalhados.

## **Documentos de apoio – Referência sumária**

1. Legislação – Lei de bases do património cultural (Lei 107/2001 de 8 Set.).
2. Estatuto de Mecenato (Dec.Lei nº 74/99 de 16 de Mar.).
3. Princípios gerais - bens móveis do estado (Dec.Lei nº 307/94 de 21 de Dez.).
4. Alienação de bens móveis do Estado (Portaria nº 1152-A/94 de 27 de Dez.).
5. Autorização a governo p/ aprovar lei património cultural (Lei nº90-C/95 de 1 Set.).
6. Regime geral arquivos e património arquivístico ( Dec.Lei nº 16/93 de 23 Jan.).
7. Estruturação projectos investigação científica (Util:como organizar... , p.13-17).
8. Bibliografias, referências bibliográficas, citações (Util:como organizar., p.41-54).
9. L'état de la mémoire et mémoire de l'État ...
10. ISAD (G) – Normas Internacionais de Descrição em Arquivo.
11. B.E. Rede de Bibliotecas Escolares.
12. Política de Informação na EU...(1980-1992).
13. A solidão das culturas "Ler" - A paixão pelas bibliotecas.
14. Le pouvoir des bibliothèques ...
15. Orientações p/ Avaliação de Documentação Acumulada
16. EBLIDA declaration ...role of libraries in modern society
17. Centro de Patrimonio documental de Euskadi.
18. Que é livro raro?...
19. Actas...Instrumentos de trabalho em arquivologia... (1965).
20. Bibliometria, teoria e prática ...Explosão

demográfica e bibliográfica.

21. Torre do Tombo na viragem do milénio...  
conservação de doc. arquivo..fotografia.

22. Microfilmagem /digitalização "Páginas a  
& b".

23. Bibliotecas e Arquivos na CPLP  
...comunidade lusófona "Páginas a & b".

24. Documentacion multimedia...

25. (BE)Biblioteca a mais antiga máquina  
do tempo ... 'NETS'...- Otília Lage. Sep.ª BAD.

26. La naissance de l'Internet "Science &  
Vie" (nº 987, Dec.1999).

27. Documentos de arquivo... conceitos...  
discussão.

28. O que o filho deseja esquecer o neto  
procura aprender - Otília Lage. NEPS, Mar.2001

29. Arquivos africanos e tradição oral -  
Mazrui "Correio da Unesco", Abr., 1985.

30. Guia da Biblioteca Nacional (p.11-39).

31. Memória da Humanidade - J.S.Parker  
"Correio da Unesco", Abr., 1985.

32. (BE) La Biblioteca Escolar en España -  
R.Salaberria . "Cadernos BAD", 1996.

33. (BE) School Libraries in the United  
Kingdom -M.Ryan. "Cadernos BAD".

34. (BE)The Library Media Centers in  
American Schools - H.F.Jenkins "BAD"

35. (BE) How does IFLA promote school  
Libraries? -S.Nielsen. "Cadernos BAD"

36. (BE) Infoteca: Informática nas  
bibliotecas - J.Rafael António "C.Bad", 1996

37. (BE) Cartas de Direitos...Aluno...Bibliot.  
Escolares. "Cadernos BAD", 1996

38. Ces réseaux que la raison  
ignore:laboratoires, bibliothèques, collections -  
B. Latour.

39. Preservação e acesso de acervos de  
documentos históricos. Páginas a&b, 1997.

40. Divulgar o Passado -Irene Lisboa .  
Páginas a&b, (5)2000

